

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PEDRO CHAPAVAL PIMENTEL

**QUAL BRASIL OS REPRESENTANTES BRASILEIROS LEVAM PARA AS
NAÇÕES UNIDAS? OS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS NA ABERTURA DA
ASSEMBLEIA GERAL (1985-2017)**

CURITIBA

2018

PEDRO CHAPAVAL PIMENTEL

**QUAL BRASIL OS REPRESENTANTES BRASILEIROS LEVAM PARA AS
NAÇÕES UNIDAS? OS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS NA ABERTURA DA
ASSEMBLEIA GERAL (1985-2017)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de concentração Comunicação e Sociedade, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Panke

CURITIBA

2018

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral
(Elaborado por: Karolayne Costa Rodrigues de Lima CRB 9-1638)

Pimentel, Pedro Chapaval
Qual Brasil os representantes brasileiros levam para as Nações Unidas?
Os discursos diplomáticos na abertura da Assembleia Geral (1985-2017) /
Pedro Chapaval Pimentel. – Curitiba, 2018.
174 f. : il.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Panke.
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação
e Design, Universidade Federal do Paraná.

1. Discursos diplomáticos - Brasil. 2. Comunicação política - Diplomacia -
Brasil. 3. Organização das Nações Unidas (ONU) - Assembleia geral. I. Título.

CDD 302.2



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO


Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **PEDRO CHAPAVAL PIMENTEL** intitulada: **QUAL BRASIL OS REPRESENTANTES BRASILEIROS LEVAM PARA AS NAÇÕES UNIDAS? OS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS NA ABERTURA DA ASSEMBLÉIA GERAL (1985-2017)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua A PROVAÇÃO no rito de defesa.


A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 17 de Abril de 2018.


LUCIANA PANKE

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

 (por skype)
MARIA HELENA WEBER
Avaliador Externo (UFRGS)


FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES
Avaliador Interno (UFPR)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que com tão doce graça me aceitou como filho a despeito de todas as minhas falhas e incapacidades.

À minha família e em especial à minha mãe, Professora Dra. Ida Chapaval Pimentel, por todo o incentivo e apoio prestado de forma tão amorosa não apenas durante este período, mas em todos os momentos da minha vida. Obrigado por ser uma fonte de inspiração para mim e um exemplo vivo do que é amor incondicional. Ao meu irmão David e à minha sobrinha Nicole pela compreensão por minha ausência em tantos momentos ao longo desses dois anos.

À minha querida orientadora, Professora Dra. Luciana Panke, por acreditar e confiar em mim e no meu trabalho quando nem eu mesmo confiava. Obrigado por ter encontrado tempo para as orientações, incentivos, conversas e boas risadas em meio às demandas como Superintendente de Comunicação da Universidade Federal do Paraná.

À Professora Dra. Maria Helena Weber e ao Professor Dr. Francisco Paulo Jamil Marques pelas críticas, sugestões e elogios na banca de qualificação, que contribuíram enormemente com o desenvolvimento deste trabalho.

A todos os professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná. Além dos já mencionados, agradeço aos professores doutores Emerson Cervi, Regiane Ribeiro e Rodrigo Botelho pelos valiosos apontamentos ao longo das disciplinas de Metodologia de Pesquisa e Seminário de Pesquisa. À Professora Dra. Claudia Quadros pela incansável dedicação na coordenação do PPGCOM. Aos colegas da Turma de 2016, a qual se tornou o “Grupo Errado de Oração”: já não estou mais preocupado com o trabalho de vocês, passem daquele slide das variáveis, por favor! À Ester, minha irmã na fé e parceira de intercessão. “Aos caras”, Bruno e Luiz, tenho admiração e respeito por vocês. Aos grupos de pesquisa em Comunicação Eleitoral (CEL), em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE) e em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP).

Agradeço à “tribo” Bola de Neve, ao apóstolo Rinaldo Seixas e à pastora Denise Seixas. Aos meus pastores Marcelo e Viviane Bigardi, vocês me inspiram em buscar a excelência sempre! Aos pastores André Marques e Karen Nakel, Alvarez e Syrio. Pastores (as), vocês são homens e mulheres reais, fontes de inesgotáveis incentivos, exortações, cuidado e amor. À Equipe O, em especial aos meus líderes, Maico e Mariana Cardoso pela paciência, conselhos e orações. Aos ministérios Assessoria de Comunicação, Intercessão, Bola Guest, MDL, Política e Boas-Vindas, obrigado por fazer ou terem feito parte da minha vida durante essa caminhada. À célula Uberaba 6, que muitas vezes me fez enxergar a vida por outra perspectiva, há águas mais profundas! À Leciane, obrigado.

Às famílias Goodies Bakery, Latina e Mr. Pickler, respeito, amor e admiração!

Agradeço a todas amigas e amigos, irmãs e irmãos, que contribuíram direta ou indiretamente para com os resultados apresentados neste trabalho. Aos que porventura não estão nominalmente aqui citados, lembrem que o seu nome pode estar no livro da vida, e isso basta.

*Quando Deus falou, desde a primeira palavra, não era somente som.
A palavra, o som, é a decodificação de uma imagem.
Você escuta o som e é impossível deter a sua mente,
pois ela está procurando uma imagem.*
Ap. David Rebollo

*O céu e a terra passarão,
mas as minhas palavras jamais passarão.*
Jesus, o Cristo

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como os representantes brasileiros retrataram o Brasil nos discursos diplomáticos no Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) após o fim do regime militar, que durou aproximadamente vinte e um anos. O ano de 1985 marca o início da Nova República brasileira, período caracterizado pela reinserção internacional do país como democracia e pelo fortalecimento da sua imagem e participação nesse cenário. O Brasil é um dos membros fundadores da ONU e desde 1946 discursa no Debate Geral, evento que move as relações diplomáticas e espaço no qual os Estados-Membros da ONU têm para apresentar suas prioridades. Tendo em vista a importância desta organização para o Brasil e para as relações internacionais, somada ao fato de que discursos políticos são uma das formas de comunicação governamental utilizadas para projetar a imagem de sujeitos políticos, a pergunta de pesquisa que guiou este trabalho é: qual Brasil os representantes brasileiros levaram para as Nações Unidas entre os anos de 1985 e 2017? Com base nessa questão, o *corpus* de pesquisa é composto por trinta e três discursos diplomáticos proferidos pelos Presidentes ou Ministros das Relações Exteriores do Brasil e os objetivos específicos são: (i) mensurar as temáticas trabalhadas nesses discursos; (ii) identificar perfis projetados pelo Brasil; e (iii) verificar se há rupturas ou continuidades nesses discursos. A hipótese é a de que a imagem que o Brasil projetou de si mesmo em seus discursos diplomáticos a partir do governo Lula da Silva amparou-se mais em projetos de governo do que em uma tradição diplomática. A metodologia aplicada é a Análise de Conteúdo e os resultados encontrados demonstram que não há um padrão na porcentagem dos discursos dispensada a cada temática entre os governos. Verificou-se que os discursos em todos os governos do *corpus* apresentam “O Brasil de Princípios”, um país que ampara a sua imagem em uma tradição diplomática e em princípios consolidados em sua Magna Carta. Há, contudo, mudanças na imagem do país que não se restringem aos governos de Lula da Silva: cada um dos governos analisados enfatizou diferentes aspectos do país em seus discursos diplomáticos.

Palavras-chave: Brasil. Nações Unidas. Comunicação Política. Discursos Diplomáticos. Imagem Pública.

ABSTRACT

The research aims to analyse how Brazilian representatives portrayed Brazil in their diplomatic addresses at the General Debate of the United Nations General Assembly after the end of the military regime, which lasted approximately twenty-one years. The year 1985 marks the beginning of the New Brazilian Republic, a period characterised by the international reinsertion of the country as a democracy and by the strengthening of its image and participation in this scenario. Brazil is a founding member of the United Nations (UN) and since 1946 it has been addressing the General Debate, an event that moves the diplomatic relations and the space in which the UN member states have to present their priorities. Given the importance of the organisation to Brazil and to the international relations, coupled with the fact that political discourses are one of the forms of government communication used to project the image of political subjects, the question that guided the research is: which Brazil did the Brazilian representatives bring to the United Nations between 1985 and 2017? Based on this question, the sample is composed of the thirty-three diplomatic addresses delivered by the Presidents or Minister of Foreign Affairs of Brazil and the specific objectives are: (i) to measure the themes that were dealt with in the discourses; (ii) to identify the profiles projected by Brazil; and (iii) to verify whether ruptures or continuities are present in the discourses. The hypothesis of the research is that the image that Brazil projected of itself in its diplomatic addresses was based more on government projects than in a diplomatic tradition after Lula da Silva government. The carried-out methodology is the Content Analysis and the results demonstrate that there is no pattern in the percentage dedicated to each theme. It was also verified that the speeches in all governments of the sample present 'The Brazil of Principles', a country that sustains its image both on a diplomatic tradition and on the principles consolidated in its Magna Carta. However, there are changes in the image of the country that are not restricted to Lula da Silva government; each government presented emphasised different aspects of the country in their diplomatic addresses.

Keywords: Brazil. United Nations. Political Communication. Diplomatic Speech. Public Image.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	– PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA.....	33
FIGURA 2	– MARCA-PAÍS INTERNA.....	45
FIGURA 3	– MARCAS BRASIL.....	47
FIGURA 4	– MARCA BRASIL SENSATIONAL	48

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	– PUBLICAÇÕES SOBRE DISCURSO DIPLOMÁTICO POR BASE DE DADOS E PERÍODO DE ANÁLISE.....	55
QUADRO 2	– DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA NOS DISCURSOS DO BRASIL NA AGNU.....	73
QUADRO 3	– DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA NOS DISCURSOS DO BRASIL NA AGNU.....	73
QUADRO 4	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1989).....	83
QUADRO 5	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992).....	92
QUADRO 6	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1993-1994).....	99
QUADRO 7	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002).....	105
QUADRO 8	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA (2003-2010).....	115
QUADRO 9	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015).....	127
QUADRO 10	– TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2017).....	133

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	– PUBLICAÇÕES SOBRE DISCURSOS DIPLOMÁTICOS POR BASE DE DADOS E ÁREA DE CONHECIMENTO.....	56
GRÁFICO 2	– MÉDIA GERAL DE PRESENÇA DAS TEMÁTICAS NOS DISCURSOS DO BRASIL (1985-2017).....	72
GRÁFICO 3	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1989).....	82
GRÁFICO 4	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992).....	91
GRÁFICO 5	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1993-1994).....	98
GRÁFICO 6	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002).....	104
GRÁFICO 7	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA (2002-2010).....	114
GRÁFICO 8	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015).....	126
GRÁFICO 9	– TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2017).....	132

LISTA DE SIGLAS

ABACC	– Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
AERPEX	– Assessoria Especial de Relações Públicas no Exterior da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
ALCSA	– Área de Livre Comércio das Américas
APEX-Brasil	– Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
BID	– Banco Interamericano de Desenvolvimento
CASA	– Comunidade Sul-Americana de Nações
CIJ	– Corte Internacional de Justiça
CISET	– Secretaria de Controle Interno
COI	– Comitê Olímpico Internacional
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CS	– Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECOSOC	– Conselho Econômico e Social
EMBRATUR	– Instituto Brasileiro de Turismo
FIFA	– Federação Internacional de Futebol Associado
FL	– Frente Liberal
FMI	– Fundo Monetário Internacional
FUNAG	– Fundação Alexandre de Gusmão
G4	– Grupo dos 4
G20	– Grupo dos 20
GATT	– Acordo Geral de Tarifas e Comércio
HGPE	– Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
ODM	– Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OMC	– Organização Mundial do Comércio
ONU	– Organização das Nações Unidas
MINUSTAH	– Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
OEA	– Organização dos Estados Americanos
OIs	– Organizações Internacionais

OLP	– Organização para a Liberação da Palestina
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
OSC	– Órgão de Solução de Controvérsias
PDT	– Partido Democrático Trabalhista
PEB	– Política Externa Brasileira
PFL	– Partido da Frente Liberal
PIB	– Produto Interno Bruto
PMDB	– Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	– Partido da Reconstrução Nacional
PSDB	– Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	– Partido Socialista Brasileiro
PSC	– Partido Social Cristão Paraná
PT	– Partido dos Trabalhadores
PTRC	– Programas de Transferência de Renda Condicionada
RADIOBRÁS	– Empresa Brasileira de Notícias
RISE	– Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores
SECOM	– Secretária de Comunicação Social da Presidência da República
SERE	– Secretaria de Estado das Relações Exteriores e Repartições no exterior
SICOM	– Sistema Integrado de Comunicação Social da Administração Pública Federal
SG	– Secretaria-Geral das Relações Exteriores
SPD	– Secretaria de Planejamento Diplomático
TIAR	– Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TNP	– Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPI	– Tribunal Penal Internacional
UNCTAD	– Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2.	O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO	15
2.1.	O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	17
3.	ACERCA DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL	24
3.1.	A FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA	28
3.1.1.	Estruturas de Comunicação e a Imagem Pública do Brasil	38
3.1.1.1.	A estrutura de comunicação no Poder Executivo brasileiro	39
3.2.	OS DISCURSOS POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS	49
3.2.1.	Os discursos políticos no cenário internacional	50
3.3.	ESTADO DA ARTE: O CAMPO DOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS	53
4.	METODOLOGIA	61
4.1.	MÉTODOS DE COLETA DE DADOS	62
4.2.	MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO	62
5.	O BRASIL DAS NAÇÕES UNIDAS: ANÁLISE EMPÍRICA	70
5.1.	ANÁLISE CONJUNTA: O BRASIL DE PRINCÍPIOS	70
5.2.	ANÁLISES POR GOVERNO: O BRASIL DE CADA PRESIDENTE	79
5.2.1.	José Sarney (1985-1989): O Brasil de Novas Possibilidades	81
5.2.2.	Fernando Collor de Mello (1990-1992): O Brasil que se Adapta	89
5.2.3.	Itamar Franco (1993-1994): O Brasil Integrador	96
5.2.4.	Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): O Brasil de Diálogo	102
5.2.5.	Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010): O Brasil de Bons Exemplos	111
5.2.6.	Dilma Rousseff (2011-2015): O Brasil de Superações	124
5.2.7.	Michel Temer (2016-2017): O Brasil da Normalidade	131
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	146
	APÊNDICE 1 – HISTÓRICO DAS DEMANDAS ABERTAS VIA E-SIC	166
	APÊNDICE 2 – PRESIDENTES, CHANCELERES E ORADORES NA AG	168
	APÊNDICE 3 – LINHA DO TEMPO (1983-1999)	169
	APÊNDICE 4 – LINHA DO TEMPO (2000-2017)	170

1. INTRODUÇÃO

O ano de 1985 marca o fim do período de aproximadamente vinte e um anos de regime militar no Brasil. A eleição indireta da chapa Tancredo Neves-José Sarney e o início da Nova República trouxeram novamente um horizonte democrático para o país. A reinserção do Brasil como Estado Democrático de Direito no cenário internacional coube ao presidente empossado, José Sarney, e o fortalecimento da imagem brasileira aos demais presidentes¹. Esse momento de transição foi acompanhado pelos países da Organização das Nações Unidas (ONU), afinal, o Brasil é um Estado-membro ativo desde a fundação dessa organização.

A ONU é uma organização internacional fundada após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e tem dentre os seus principais objetivos ser um centro capaz de harmonizar as ações das nações para manter a paz e a segurança internacional, e fomentar relações amistosas e a cooperação entre países para resolver problemas econômicos, sociais, culturais e humanitários (UNITED NATIONS, 1945).

A Assembleia Geral das Nações Unidas (AG) é um dos principais órgãos que compõe o sistema ONU e funciona como uma espécie de aparelho deliberativo da organização. A AG é, por excelência, a plataforma política de maior grau democrático no sistema internacional, pois nela todos os 193 Estados-Membros da organização estão representados e têm no Debate Geral espaço para que as suas ideias sejam expostas por meio de discursos e para que situações conflitantes sejam resolvidas pelo voto.

O Brasil foi um dos primeiros membros a depositar o instrumento de ratificação da Carta das Nações Unidas e em 1946 realizou o primeiro discurso no Debate Geral da AG, logo após a abertura proferida pelo primeiro Secretário Geral da ONU, o norueguês Trygve Halvdan Lie. A partir da X sessão regular, em 1955, o Brasil deu início à tradição de ser o primeiro Estado-Membro da organização a ocupar a tribuna (GADEBATE, 2016). Conforme apresentado ao longo desta dissertação “a qualidade de

¹ O objeto de análise deste trabalho engloba os discursos proferidos no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas durante os governos dos presidentes José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2015) e Michel Temer (2016-2017).

Estado-Membro ativo e plenamente participante da ONU tornou-se parte indissociável da personalidade internacional do Brasil” (CORRÊA, 2007, p. 21).

Ainda que não fosse tido como uma superpotência no cenário internacional, o Brasil articulou seus discursos diplomáticos de modo a ser ouvido pelas outras nações do sistema ONU (CORRÊA, 2007). Assim, entende-se que discursos diplomáticos, um dos gêneros dos discursos políticos, podem ser utilizados como estratégia de comunicação governamental e têm potencial para influenciar, afetar ou ativar seus interlocutores a fim de lograr determinados objetivos. A comunicação governamental, por sua vez, pode ser vista como um dos ramos da comunicação política que lida diretamente com a construção da imagem pública de sujeitos políticos a fim de manter ou alcançar governabilidade (BRANDÃO, 2012; GOMES, 2004; LOCATELLI, 2015; WEBER, 2004). No caso deste trabalho, a imagem pública do sujeito público em análise é a de um país, e não de uma pessoa ou instituição.

Pesquisas que estudam discursos diplomáticos na área da comunicação política abordam desde reflexões conceituais a respeito das relações entre discursos políticos e diplomáticos (GORENC, 2011; WIETHOFF, 1981) até o uso desses discursos para a construção de identidades, imagens e narrativas nacionais (RODRIGUES, 2015; YANG, 2014). Embora esse gênero discursivo proporcione uma gama de possibilidades para investigação, ele vem sendo negligenciado pelos mais diversos campos de estudo, conforme apresentado na seção de estado da arte (CARVALHO, 2011; GOMES, 2011; OLIVER, 1950).

Além da escassez de estudos que trabalhem a linguagem diplomática, a escolha pelos discursos brasileiros no sistema ONU se deu pelas razões que seguem. Em primeiro lugar, essa organização possui relevância e peso histórico no sistema internacional, em especial para o Brasil cujos discursos são, desde as primeiras décadas da organização, invariavelmente os primeiros na sessão de abertura do Debate Geral da AG. Não obstante, os valores refletidos nesses discursos informam, historicamente, a formulação, a enunciação e a implementação da política externa do Brasil, em especial no processo de redemocratização e consolidação da Nova República a partir de 1985 (CORRÊA, 2007).

Nesse contexto, a pergunta que orientou esta pesquisa foi: qual Brasil os representantes brasileiros levaram às Nações Unidas? Para responder essa pergunta, o objetivo geral deste trabalho é analisar como os representantes brasileiros – Presidentes da República e Ministros das Relações Exteriores – retrataram o Brasil no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas ao longo do período da Nova República, isto é, entre os anos de 1985 e 2017. Como objetivos específicos, foram definidos os seguintes: (i) mensurar as temáticas trabalhadas nesses discursos; (ii) identificar perfis projetados pelo Brasil; e (iii) verificar se há rupturas ou continuidades nesses discursos. A hipótese traçada é a de que a imagem que o Brasil projetou de si mesmo em seus discursos diplomáticos a partir do governo Lula da Silva amparou-se mais em projetos de governo do que em uma tradição diplomática.

O *corpus* da pesquisa corresponde a um total de trinta e três discursos proferidos pelos representantes brasileiros em ocasião da abertura da Assembleia Geral entre os anos de 1985 e 2017. Destes trinta e três discursos, dezoito foram articulados pelos próprios presidentes e quinze pelos chanceleres². Durante o governo de José Sarney (1985-1989), os discursos foram proferidos pelo próprio presidente e pelo ministro das relações exteriores Roberto de Abreu Sodré. No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), os oradores foram o próprio presidente e ministro Celso Lafer. No mandato de Itamar Franco (1992-1994) somente o chanceler Celso Amorim se pronunciou na tribuna. Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), um discurso foi proferido pelo presidente e os restantes ficaram sob a responsabilidade dos chanceleres Luiz Felipe Lampreia e Celso Lafer. Nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a responsabilidade foi cumprida pelo presidente e por Celso Amorim. Já ao longo dos governos de Dilma Rousseff (2011-2015) e Michel Temer (2016-2017) a responsabilidade ficou a cargo dos próprios presidentes.

Para compreender como o Brasil foi apresentado à comunidade internacional, a metodologia empregada foi a Análise de Conteúdo (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003; WEBER, 1990; TRIVIÑOS, 1987; BARDIN, 1977) com base nas categorias temáticas desenvolvidas por Panke e Cervi (2011). Embora as categorias desses autores tenham sido desenvolvidas para o estudo de discursos eleitorais, foram

² Os termos ministro das relações exteriores e chanceler são empregados como sinônimos intercambiáveis neste trabalho. Conforme explica o Ministério das Relações Exteriores, "chanceler" é um título conferido ao ministro das relações exteriores, sobretudo na tradição latino-americana. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/perguntas-frequentes#I.12>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

verificadas semelhanças destes com os discursos diplomáticos (PANKE; CERVI, 2011; PANKE, 2010; OLIVER, 1950) e por isso realizou-se uma adequação das categorias a partir da leitura do próprio *corpus* e de literatura específica de cada um dos temas (CERVO; BUENO, 2012; HERZ; HOFFMANN, 2008; LOPES, 2017; 2007; MAGNOLI, 2008; PANKE, 2016; UNIC/Rio, 2015; SEITENFUS, 2012), conforme prevê o método empregado (BARDIN, 1977).

Assim, este trabalho está dividido em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo capítulo traz uma apresentação sumária do histórico que envolve as relações entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas. Em seguida, o terceiro capítulo apresenta o referencial teórico a respeito do objeto de estudo: discursos diplomáticos como um dos segmentos da comunicação de governo. Para isso, são avaliadas as diferenças entre comunicações política, pública, de Estado e de governo, apresenta-se a formação da imagem pública a partir desses discursos e são avaliadas as estruturas e políticas de comunicação à disposição dos governos brasileiros para a construção de uma imagem pública do próprio país. Após esse apanhado, é trazida uma discussão sobre discursos políticos e diplomáticos, passando então para o estado da arte dos estudos que versam sobre discursos diplomáticos.

No capítulo quatro discorre-se sobre a proposta metodológica adotada para a análise dos discursos brasileiros no Debate Geral da Assembleia Geral da ONU, isto é, a Análise de Conteúdo. Em seguida, no quinto capítulo são discutidos os resultados encontrados por meio da aplicação do método de pesquisa e, então, no sexto e último capítulo são apresentadas as considerações finais.

2. O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO

É muito bom discutir acordos tendo por trás de si uma esquadra com credibilidade.
Barão do Rio Branco³

A imagem pública do Brasil é um tema que desperta interesse ao menos desde o descobrimento do país, quando o escrivão Pero Vaz de Caminha redigiu a *Carta de Achamento do Brasil* ao monarca do Império Português, Dom Manuel I, em meados dos anos 1.500. Embora antes dessa carta já houvesse relatos de uma terra “isenta de monstros façanhudos e temíveis” (HOLANDA, 1977 *apud* GOES FILHO, 1999, p. 48), Caminha apresentou ao mundo um Brasil, que naquele momento não era intitulado como tal, sob uma perspectiva admirativa, uma terra boa e fresca, com prováveis riquezas e cujos habitantes foram descritos com interesse e simpatia (GOES FILHO, 1999).

Tentativas intencionais por parte do próprio Brasil em construir uma imagem de si mesmo podem ser verificadas no século XIX, a partir da mudança do regime monárquico para o republicano. Houve, nesse período, uma batalha de símbolos e alegorias que, de acordo com Carvalho (1990, p. 10), girava “em torno da imagem do novo regime, cuja finalidade era atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos”.

Essa batalha envolveu figuras públicas como a princesa Isabel do Brasil e Tiradentes, os quais ficaram conhecidos como "Isabel, a Redentora" e o "Cristo das massas", respectivamente (JURT, 2012). É nesse período que diversas correntes ideológicas e políticas trataram de desenvolver um imaginário republicano que tivesse tanto origem como legitimação populares (BOBBIO *et al.* 1998, p. 1109), promovendo a substituição do último imperador brasileiro, Dom Pedro II, pelo presidente Marechal Deodoro da Fonseca.

Uma vez que um Estado é uma ideia, e não uma coisa (HOBSBAWM, 1990; NARDIN, 2013), analisar o Estado brasileiro como um sujeito político requer situá-lo como uma formação em que diversas práticas políticas são condensadas e que envolve diversos agentes, internos e externos, governamentais e não governamentais. Tais

³ JUNGMANN, Raul. Aula Inaugural proferida pelo Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann. Curso Defesa, Segurança e Política Externa. Brasília : Instituto Rio Branco, 2017. Disponível em: <<http://funag.gov.br/images/Apresentacao-/2017.01.25-Aula-Magna-do-MD-IRBr.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

agentes têm, entre as suas funções, a incumbência de articular uma gama de discursos políticos e práticas sociais que se ocupam da transmissão e da transformação de poder (HALL, 2003; JERVIS, 1989; SANTOS, 2012).

Dito isso, não cabe a este trabalho discutir sobre a efetividade do empreendimento republicano supracitado, conforme discorre Carvalho (1990), e sim situar a tentativa de construção de uma identidade brasileira que teve seu início, ao menos, no processo de proclamação do Brasil República e trouxe reflexos para o período em pauta neste trabalho, entre os anos de 1985 e 2017.

Entre os sujeitos políticos mais ativos durante o período de proclamação da república está o Barão do Rio Branco⁴, patrono da diplomacia brasileira cujo ideal criou um legado para a atuação do Brasil no ambiente internacional que continua ecoando até os dias de hoje (SANTOS, 2012). Durante o período em que chefiou a chancelaria brasileira (1902-1912), ele “consolidou uma determinada visão da identidade internacional do país e do papel que a política externa deveria desempenhar na construção e reafirmação dessa identidade” (SANTOS, 2012, p. 10).

Esse esforço não se limitou a um espírito nacional republicano ou monárquico, conforme aponta Reis (2012). A ideia de nação desenvolvida pelo Barão deveria ser tratada como um domínio à parte e acima das discussões e definições de políticas internas, sendo

repetidamente construída sobre a noção de continuidade e de permanência: um território, um Brasil, que preexistia à história e à colonização portuguesa, depois um império que preservou as tradições e a civilização lusitanas, seguido por uma república que, em grande medida, conservou e resgatou as tradições da monarquia que a precedeu. (SANTOS, 2012, p. 162)

A preocupação do Barão com a diplomacia brasileira, além de ter resolvido questões relativas à delimitação das fronteiras nacionais, proporcionou “o prestígio e o lugar do Brasil no mundo” (SANTOS, 2012, p. 163). De fato, a diplomacia de Rio Branco caracteriza um momento que, de acordo com Corrêa (2007), se estende até os dias de hoje em prol da ampliação da inserção internacional e como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

⁴ O empreendimento diplomático ao qual este trabalho se refere é aquele levado a cabo por José Maria da Silva Paranhos Junior e não pelo seu pai, também diplomata, o Visconde do Rio Branco.

Se há continuidade na diplomacia desenvolvia a partir do Barão, ela não implica em inflexibilidade ou impermeabilidade, conforme explica Lafer (1987 *apud* GUSHIKEN; BRITO; UETA, 2017). Elementos como a localização geográfica, a disponibilidade de recursos naturais ou a estrutura de poder em escala global proporcionariam certa estabilidade e coerência na atuação de qualquer país no sistema internacional. Entretanto, é necessário ponderar a respeito de demandas que eventualmente surgem em nível doméstico e estrangeiro, em consonância com uma avaliação pragmática dos recursos disponíveis para atingir seus objetivos em determinado espaço de tempo.

Assim, ao longo dos anos, a diplomacia brasileira atuou em diversas conferências internacionais com vistas à inserção internacional do país, caso da II Conferência de Paz da Haia em 1907⁵ e da Liga das Nações, abandonada pelo Brasil em 1926 (CORRÊA, 2007). Com a dissolução da Liga e a respectiva transferência de responsabilidades para a recém-criada Organização das Nações Unidas, tomou-se como objeto de estudo esta, a qual é hodiernamente considerada a organização mais representativa no sistema internacional.

2.1. O BRASIL E A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas, doravante denominada ONU, é um sistema de instituições fundado após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, e do qual o Brasil é um dos 51 membros fundadores. Embora haja organizações internacionais com mais membros⁶, a ONU é aquela que possui simultaneamente maior número de Estados-membros e cujas discussões e negociações abordam tanto *low* quanto *high*

⁵ “A Segunda Conferência de Paz da Haia de 1907 teve como principal assunto o debate de proposta-surpresa dos Estados Unidos, com o apoio da Alemanha e do Reino Unido, de criar uma Corte Internacional de Justiça composta por juízes permanentes nomeados por oito a nove potências (Estados Unidos e países europeus) e os restantes sete ou oito postos pelas demais nações, em caráter rotativo. Contra tal iniciativa, o Brasil e demais países da América Latina, acompanhados por alguns Estados europeus e asiáticos, se insurgiram. [...] A Segunda Conferência de Paz da Haia foi um marco na história internacional por ter sido o primeiro conclave em que estiveram presentes todos os Estados soberanos à época, em um total de 44 países: 21 da Europa (incluindo neste número a Turquia), 19 das Américas (incluindo os Estados Unidos) e quatro da Ásia.” (CARDIM, 2014, p. 12-13).

⁶ A título de ilustração, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) conta com 211 membros, o Comitê Olímpico Internacional (COI) com 206 e a ONU com 193 (FIFA, 2016; IOC, 2016; UNITED NATIONS, 2016).

*politics*⁷. Ademais, até a presente data nenhum de seus membros se retirou permanentemente da instituição e a Carta das Nações Unidas⁸ é vista como texto fundamental das relações internacionais (LOPES, 2007).

Ao lado do Conselho de Segurança (CS), do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), do Secretariado, do Conselho de Tutela⁹ e da Corte Internacional de Justiça (CIJ), a Assembleia Geral (AG) é um dos principais órgãos das Nações Unidas. A AG é considerada pela diplomacia brasileira “uma espécie de consciência do mundo, e suas decisões são a personificação dessa consciência no esforço de resolver os problemas que dizem respeito a todos os povos” (SARDENBERG, 2013, p. 19).

Herz e Hoffmann (2004) explicam que a AG funciona como uma grande arena que resulta, muitas vezes, em um corpo legislativo ao estabelecer bases normativas de Direito Internacional. Ali, cada Estado-Membro possui direito a voto e é representado por até cinco delegados e cinco suplentes. A tomada de decisões é feita por maioria simples no caso de questões processuais e pela maioria de dois terços para assuntos relativos à segurança, paz, admissão de novos Membros ou finanças (SEITENFUS, 2012). A AG pode ser entendida, assim, como a plataforma política que, por excelência, possui maior grau democrático no ambiente internacional uma vez que abriga aproximadamente 98% do total de nações no mundo¹⁰.

Importante destacar que a AG não é apenas um órgão consultivo, podendo exercer, inclusive, poder de coerção no sistema internacional por meio de suas resoluções. Isso ocorreu, por exemplo, com os casos da Resolução 377 (*Uniting for Peace*), nos conflitos Árabes-Israelenses, em ações condenatórias ao apartheid na África do Sul, e na condução de políticas de descolonização de países africanos e asiáticos

⁷ Embora sejam conceitos passíveis de contestação pela sua maleabilidade (RIPSMAN, 2006), via de regra, enquanto temas de *high politics* envolvem a soberania dos Estados (poder, guerra e paz), os de *low politics* tratam de temas como bem-estar, justiça, meio ambiente, etc. (BEITZ, 1999).

⁸ Também conhecida como Carta de São Francisco, a Carta das Nações Unidas é o tratado que estabeleceu a ONU após ser ratificado pela maioria dos signatários, dentre eles o Brasil. Nela estão elencados os objetivos da organização, cujos principais são: preservar a paz e a segurança internacional e promover relações amistosas entre nações a fim de resolver questões econômicas, sociais, culturais e humanitárias (UNITED NATIONS, 1945).

⁹ O Conselho de Tutela suspendeu suas atividades em 1994 como resultado do encerramento do acordo de tutela sobre o território de Palau (SEITENFUS, 2012).

¹⁰ Esta porcentagem foi calculada levando em consideração os 193 Estados-membros da ONU, os dois Estados observadores (Vaticano e Palestina), e os seis Estados parcialmente reconhecidos como tal (Taiwan, Saara Ocidental, Kosovo, Ossétia do Sul, Abkhazia e Chipre do Norte). A lista de Estados pode variar dependendo da abordagem e entendimento quanto ao que é um Estado, conforme aponta Partner Perspectives (2017).

intensificado a partir das décadas de 1950 e 1960 (MIGNOZZETTI, 2014; PETERSON, 2006; PIMENTEL, 2017).

A Assembleia Geral se reúne anualmente em seu Debate Geral, bem como em reuniões paralelas de alto nível, chamadas de *High Level Meetings*, e cujas discussões giram em torno de assuntos pontuais. A título de ilustração, somente em 2016 a AG promoveu a Cúpula Sobre Refugiados e Migrantes¹¹, a Reunião de Alto Nível Sobre Resistência Antimicrobiana¹², o Segmento de Alto Nível para Comemorar o Trigésimo Aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento¹³ e o Encontro Plenário de Alto Nível para Comemorar e Promover o Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares¹⁴ (UNITED NATIONS, 2016).

O Debate Geral, ou assembleia ordinária da AG, tem a duração média de três semanas a partir da última semana de setembro, podendo se estender até o fim dos trabalhos, fixado no início de cada sessão (MIGNOZZETTI, 2014). De acordo com Sardenberg (2013), esse é o evento que recebe maior atenção da opinião pública mundial, sendo muitas vezes confundida com a própria Assembleia Geral. O Debate Geral, fórum em voga neste trabalho, é o espaço em que os Estados-membros da ONU têm para discursar e enunciar suas prioridades, sendo a sessão de abertura a única ocasião em que todos os Chefes de Estado e de Governo participam regularmente (GADEBATE, 2016).

Vale mencionar que não há um debate propriamente dito no Debate Geral, pois cada país tem um momento pré-determinado para expor suas ideias sem que haja espaço para que um interlocutor apresente uma antítese aos argumentos elaborados. Não há réplica se, por exemplo, o líder de uma nação fizer críticas a um país que se pronunciou anteriormente. Aqui, entra a importância de um planejamento adequado dos discursos e das temáticas que serão trabalhadas a fim de que o haja o convencimento do auditório e proporcione uma percepção favorável daquilo que foi dito pelo e a respeito do próprio orador, conforme apresentado na seção 3.2.

¹¹ No original: *Summit for Refugees and Migrants*.

¹² No original: *High-level meeting on antimicrobial resistance*.

¹³ No original: *High-level segment to commemorate the thirtieth anniversary of the Declaration on the Right to Development*.

¹⁴ No original: *High-level plenary meeting to commemorate and promote the International Day for the Total Elimination of Nuclear Weapons*.

Sardenberg (1995) destaca que o Brasil nunca foi um espectador neutro nas Nações Unidas, tendo participado ativamente desde a sua fundação e realizando o seu primeiro pronunciamento no Debate Geral já na primeira sessão ordinária, em 1946. Não obstante, o embaixador brasileiro Oswaldo Aranha foi o primeiro presidente eleito da Assembleia Geral, ainda na sua primeira edição. Em 1949, o país foi o primeiro Estado-membro a discursar para a AG e, a partir da X Sessão Ordinária, em 1955, deu início à tradição de ser o primeiro a ocupar a tribuna (GADEBATE, 2016; DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY, 2016; GAUN, 2014).

Embora não esteja citada em nenhum documento oficial, acredita-se que esta tradição se originou “em função do clima de confrontação que então se observava, com vistas a evitar que fosse concedida a primazia seja aos EUA, seja à URSS” (CORRÊA, 2007, p. 22). Outra explicação plausível é a trazida por Coronato (2015) ao mencionar que encarregar o Brasil de ser o primeiro a falar no Debate Geral poderia ter sido uma tentativa de compensar a sua exclusão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, fato que desagradou à diplomacia nacional.

Se essa tradição teve início a partir de negociações bi ou multilaterais, ou ocorreu por mera casualidade, ela é repetida anualmente desde 1955 pelo presidente brasileiro ou por seu ministro das relações exteriores. Fato é que “a qualidade de Estado-Membro ativo e plenamente participante da ONU tornou-se parte indissociável da personalidade internacional do Brasil” (CORRÊA, 2007, p. 21).

O histórico multilateral do país levou-o a participar “de grandes embates diplomáticos e, apesar das dificuldades internas que conheceu, soube, em momentos críticos, tomar posições” (SARDENBERG, 2013, p. 94). Como exemplos, rememora-se a participação contrária ao nazi-fascismo (1956); a criação do Estado de Israel levada a cabo pelo diplomata Oswaldo Aranha (1947); a promoção de uma nova democracia na África do Sul (1994) resultante do fim do *apartheid*, por anos condenado pelo Brasil; a presença do país na criação dos Estados resultantes da descolonização africana e asiática; e a liderança na preparação e realização da I Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD – Genebra, 1964), da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92 – Rio de Janeiro, 1992) e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20 – Rio de Janeiro, 2012) (SARDENBERG, 2013).

Em 1985, o Brasil reinaugurava a sua condição como Estado Democrático de Direito. A eleição indireta da chapa Tancredo Neves-José Sarney e o início da Nova República trouxeram novamente um horizonte democrático para o Brasil após aproximadamente vinte e um anos de regime militar. Naquele mesmo ano, o presidente José Sarney, em discurso na XL Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, definia o período como uma longa noite da qual o país acabava de sair (CORRÊA, 2007).

Conforme explica Kinzo (2001), a questão econômica e social no período que havia se iniciado foi complexa, o país teve quatro moedas diferentes em circulação e seis tentativas de estabilização econômica. Quanto à esfera política, deu-se em 1985 a intensificação da democratização no país, tendo como sinais mais importantes “a instituição de condições livres de participação e contestação (com a revogação de todas as medidas que limitavam o direito de voto e de organização política) e [...] a refundação da estrutura constitucional brasileira com a promulgação de uma nova Constituição em 1988” (KINZO, 2001, p. 8), Carta Magna na qual se consolidaram os princípios pelos quais o Brasil deveria reger as suas relações internacionais.

Esse rol de princípios está elencado no artigo 4º, incisos I ao X e parágrafo único, conforme segue: (I) a independência nacional; (II) a prevalência dos direitos humanos; (III) a autodeterminação dos povos; (IV) a não-intervenção; (V) a igualdade entre os Estados; (VI) a defesa da paz; (VII) a solução pacífica dos conflitos; (VIII) o repúdio ao terrorismo e ao racismo; (IX) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; (X) a concessão de asilo político; e (parágrafo único) a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações (BRASIL, 1988).

Esse processo de transição democrática foi acompanhado pelos Estados-membros da ONU, pois, entre os seus vizinhos, o Brasil foi o primeiro a abandonar o regime militar de forma pacífica. A atuação brasileira no sistema internacional e na organização, pautada no pragmatismo durante o período militar, levou o país a diversos atritos com as potências da época e ao aumento de uma retórica reivindicatória terceiro-mundista por parte do Brasil (CERVO; BUENO, 2012). Parte disso como resultado de haver se tornado o país “com o produto industrial mais elevado de todos os países do chamado Terceiro Mundo” no curso dos anos 1950 a 1980 (FAUSTO, 2012, p. 299).

A década de 1980 proporcionou ao Brasil a necessidade de reagir, se adaptar e se posicionar em relação às incertezas que emergiram. O período ficou marcado por diversas transformações conjunturais, caso do triunfo do capitalismo sobre o comunismo no cenário internacional e do regime democrático sobre o militar no cenário interno (CERVO; BUENO, 2012). Diante disso, as Nações Unidas poderiam ser utilizadas como plataforma política para auxiliar o país a transmitir determinadas mensagens e para projetar uma imagem desejada às outras nações.

Sob essa perspectiva, da ONU como plataforma política, este trabalho parte de alguns pressupostos do campo teórico das Relações Internacionais que lidam com organizações internacionais, práticas diplomáticas e relações entre nações¹⁵. O primeiro deles é a ideia de que as organizações internacionais (OIs) e, em especial, a ONU não são um governo mundial ou universal, ela é apenas “um corpo que reflete as estratégias políticas dos seus membros em determinado momento” (SAXON *apud* DONAHUE; PROSSER, 1997, p. 5, tradução nossa)¹⁶. Dessa forma, a organização, suas funções, autoridade e alcance são determinados pelos países que fazem parte dela, sendo moldadas pelas interações que lá ocorrem.

Em segundo lugar, as OIs são vistas como plataformas para um processo social de conhecimento intersubjetivo que possibilita: (1) que ideias e conceitos pré-concebidos sejam reafirmados ou transcendidos e/ou (2) que os agentes participantes desse processo definam suas preferências (WENDT, 1992). Os agentes envolvidos nesse processo “compartilham concepções cognitivas e intersubjetivas de um processo no qual identidades e interesses são endógenos à interação” (WENDT, 1992, p. 392, tradução nossa)¹⁷.

O processo em tela é uma via de mão dupla, em que tanto as próprias organizações, quanto os agentes envolvidos são moldados em termos de preferências, identidades e percepções dessas identidades. Consequentemente, emerge como

¹⁵ Esse é caso de autores como Barnett e Finnemore, (1999), Bull (2002), Held (2006), Keohane e Martin (1995), Keohane (1984), Krasner (2012), Kratochwil (2001), Mearsheimer (1995; 1994), Onuf (1989), Rosenau e Czempiel (2000), Ruggie (1995), Wendt (1992) e Young (1982). A título de ilustração, Mearsheimer (1995; 1994) acredita que os Estados sempre buscarão maximizar o seu poder, independente de organizações internacionais, que passam a ser meros instrumentos para consecução de seus objetivos. Keohane e Martin (1995) e Keohane (1984), por sua vez, defendem que a dependência existente entre atores do sistema internacional é tal que o uso da força torna-se cada vez menos vantajoso. Devido a isso, os Estados passariam a negociar, chegando até mesmo mudar o seu comportamento e objetivos.

¹⁶ No original: “*merely a body which reflects the political strategy of its membership at any one time*”

¹⁷ No original: “*share a cognitive, intersubjective conception of process in which identities and interests are endogenous to interaction*”

necessário a esse processo de interações o emprego estratégico de práticas de comunicação por parte de governos nacionais a fim de alcançar os seus objetivos, de projetar uma imagem adequada aos seus interlocutores.

Assim, o próximo capítulo apresenta o referencial teórico que trata do emprego estratégico da comunicação como meio para a formação da imagem pública de sujeitos políticos. No caso deste trabalho, avalia-se o uso de discursos diplomáticos como uma das plataformas de comunicação governamental e estratégia de construção da imagem do Brasil no cenário internacional.

3. ACERCA DA COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

A morte e a vida estão no poder da língua.
Provérbios 18:21a

As definições de comunicação pública, comunicação política, comunicação governamental e comunicação de Estado possuem fronteiras não bem delimitadas e passíveis de distintas conceituações (BRANDÃO, 2009; 2011; DUARTE, 2011; LOCATELLI, 2017). Elemento central nessas definições reside na questão da produção de comunicação orientada para o interesse público, do bem público, daquilo que trata de funções socialmente relevantes (HASWANI, 2011; KUNSCH, 2011; WEBER, 2011, 2017).

Em outras palavras, qualquer uma das definições utilizadas para tratar da comunicação oriunda e/ou relativa ao Estado trará em si a noção de que as informações em voga possuem relação direta com aquilo que é de interesse público, seja sob a forma informativa ou persuasiva, em épocas de governo ou eleitoral, para o público nacional ou internacional. Dito isso, este capítulo explana, em primeiro momento, o conceito de comunicação pública, passando para a comunicação política e em seguida para as comunicações de governo (governamental) e de Estado.

Lato sensu, a comunicação pública “pode se referir a qualquer comunicação produzida e publicizada por qualquer ator social, sob qualquer forma discursiva que reflita, crie e oriente o debate sobre questões públicas” (LOCATELLI, 2017, p. 191). Aspecto essencial na compreensão do conceito reside na ótica estatal-governamental apresentada por Zémor (1995 *apud* HERMEL, 1995) como um conjunto de mensagens emitidas pelos poderes públicos sob a condição de uma comunicação formal, que tem como objetivos: promover mudanças e o compartilhamento de informações de utilidade pública, a manutenção de uma coesão social, a melhora do conhecimento cívico, facilitar a ação pública e garantir debates políticos.

Considerando relevantes todos os aspectos da comunicação pública, este trabalho adota a perspectiva de que ela, vista sob a ótica do Estado e do governo, é “necessariamente estratégica, pois a política e a criação e a circulação de produtos e discursos obedecem a legítimos interesses das instituições do Estado e devem alcançar objetivos.” (WEBER, 2011, p. 106 *apud* LOCATELLI, 2017, p. 197).

Ainda que comunicação pública e política possam ser vistas como sinônimos (BRANDÃO, 2006), o elemento diferenciador entre elas reside no caráter essencialmente persuasivo da comunicação política, cuja ligação é “umbilical com o marketing político e [que], em linhas gerais, aborda o discurso e a ação de governos, partidos e seus agentes na conquista da opinião pública” (DUARTE 2009 apud LIEDTKE; CURTINOVI, 2016). Desse modo, a análise aqui apresentada trata conceitualmente somente da comunicação política, tendo em vista a sua função como campo de estudo passível de desdobramentos e pelo seu caráter fundamentalmente persuasivo.

A partir disso, enxerga-se a comunicação política como um processo que, de acordo com Norris (2001), pode operar tanto vertical, quanto horizontalmente. Em outras palavras, a origem e destino da comunicação política podem ser: (1) de cima para baixo (*top down communication*), partindo de instituições do governo para os cidadãos; (2) horizontalmente em conexões diretas entre agentes diversos (*lateral communication*); e (3) de baixo para cima (*bottom-up communication*), da opinião pública em direção a autoridades.

Ainda que essa comunicação opere nas relações entre diversos agentes, classes e espaços sociais, dentre os quais podem ser citados governos, mandatos parlamentares, campanhas eleitorais, instituições de natureza diversa, sociedade civil organizada, etc. (DALBOSCO, 2016), todos esses agentes convergem para a atuação do Estado.

Independente da direção, do meio utilizado ou dos agentes envolvidos, a comunicação política tem como principal objetivo tornar a agenda pública favorável ao cumprimento dos objetivos de determinado sujeito político (MCNAIR, 2003). Essa é uma comunicação que “diz respeito ao discurso e à ação na conquista da opinião pública em relação a ideias ou atividades que tenham relação com o poder” (DUARTE, 2011, p. 126). Sob essa perspectiva, a comunicação política pode ser vista como área mais abrangente, isto é, como um conceito guarda-chuva dos demais, seja comunicação eleitoral, governamental, de Estado, etc.

Uma vez que a comunicação política se refere aos discursos e às ações empregadas na conquista da opinião pública, Charaudeau (2006, p. 258) explica que distintos contextos exigem que o sujeito político tome ações e comunique “com estratégias ligeiramente diferentes, já que ele se encontra em posições de legitimidade

diferentes”. Nesse sentido, Castro (2016) aproxima os contextos de enunciação nos quais um sujeito político está inserido como dentro ou fora da governança. A título de ilustração, a comunicação de um sujeito político durante período de campanha, denominada comunicação eleitoral, tem como objetivo obter ou manter o voto do eleitorado ou ao menos evitar que os votos vão para seus concorrentes, já em período de governo a comunicação governamental acontece a fim de que uma boa governança seja possível entre os diferentes setores e estratos da sociedade.

As diferenças entre comunicação governamental e de Estado são mais difíceis de serem delineadas do que quando comparadas à comunicação eleitoral. Seja a comunicação política identificada como de Estado ou de governo, a sua existência deriva da responsabilidade inata das instituições públicas de “estabelecer fluxos de informação e comunicação capazes de fomentar a cidadania, estabelecer uma agenda pública, prestar contas, estimular o engajamento cívico e promover o debate público.” (LOCATELLI, 2017, p. 193).

Ainda que a discussão aprofundada de aspectos relativos à Teoria Geral do Estado não seja essencial nesse contexto¹⁸, faz-se necessário mencionar a relação existente entre Estado e governo. Governo é um dos elementos constitutivos do Estado (juntamente com território e nação), sendo representado por cidadãos eleitos via sufrágio universal para mandatos temporários, caso da sociedade brasileira.

Dito isso, a comunicação de Estado, ou estatal, de acordo com Weber (2011, p. 105) é aquela “regida pelo interesse público ao informar, explicar, disponibilizar, treinar, habilitar, ouvir e contribuir para o exercício da cidadania” e que tem como possibilidades o uso de estratégias e a difusão de informações, serviços e propaganda em redes que permitem a disputa de opiniões e versões sobre fatos políticos cobertos pelas mídias. Nesse sentido, a comunicação de Estado pode ser vista como mais perene do que a de governo, sendo utilizada para projetos políticos de longo prazo e, em tese, mais informativa e convincente¹⁹.

Nessa seara, faz-se necessário lembrar que a comunicação em Estados com regimes autoritários possui características diversas daquela em regimes democráticos. Conforme apresentado na análise das estruturas de comunicação do Brasil (seção

¹⁸ Tal debate pode ser encontrado em Azambuja (1993), Dallari (2013), e Maluf e Malufe Neto (2016).

¹⁹ Adota-se aqui a perspectiva argumentativa de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) cujo entendimento é de que a persuasão utiliza elementos passionais, enquanto o convencimento parte de elementos racionais.

3.1.1.), em regimes autoritários há maior tendência ao controle das informações e à concentração das mídias. Além disso, o uso dos meios e estruturas de comunicação tendem a ser empregados com fins fundamentalmente propagandísticos e/ou para a promoção, controle e censura de ideias. Este foi o caso, por exemplo, da criação da Radiobrás durante o regime militar, emissora que tinha como objetivo veicular apenas informações oficiais do governo²⁰.

No que diz respeito à comunicação governamental, ela é planejada para períodos de quatro anos, isto é, o tempo regular de um mandato para o Executivo, quando este resta sob a administração de uma política específica de governo previamente determinada por sua vitória nas eleições (BRASIL, 1988). De acordo com Duarte (2011, p. 122), essa comunicação “envolve as relações entre Estado, sociedade e governo a partir da ação desse último” ao lidar com fluxos de informação e trabalhar os relacionamentos entre Executivo e sociedade. Os limites dessa comunicação, que segundo Weber (2017, p. 37) está estruturada para a democracia, estão no “cumprimento dos planos de difusão de informações específicas em defesa de seus projetos”.

Saussez (*apud* MÉRITENS, 2009), por sua vez, enxerga a comunicação governamental como impessoal, sem ideias, conceitos ou promessas. Para o autor, essa comunicação se refere a fatos específicos, medidas, reformas ou comportamentos que se dirigem ao interesse público ou à promoção do bem-estar social. Em outras palavras, ela é mais informativa do que propriamente persuasiva. Diferentemente do autor, a abordagem deste trabalho é que a comunicação governamental pode contar com mecanismos e técnicas persuasivas, distinguindo-se da comunicação eleitoral essencialmente pelo período em que ocorre. Se esta busca votos, aquela busca a aprovação e a governabilidade para lograr objetivos ao longo do período de governo.

Ainda que a conceituação relativa à comunicação suscite indefinições (DUARTE, 2011; LOCATELLI, 2017; WEBER, 2017; MÉRITENS, 2009; WEBER, 2017; 2011) e as discussões a respeito da política externa como política de Estado ou de governo permaneçam em aberto (AMORIM, 2010; FERREIRA, 2014; LOPES, 2011), a opção conceitual deste trabalho em tratar a comunicação realizada pelo Brasil em

²⁰ Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/para-que-serve-a-radiobras/>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

âmbito internacional exclusivamente por comunicação governamental se deu pelos motivos elencados abaixo.

Em primeiro lugar, verificou-se a correspondência entre práticas de política externa e os interesses manifestados pelo Itamaraty²¹ em seus discursos diplomáticos (MARIANO, 2015; SANTOS, 2014). Em segundo lugar, levou-se em consideração as recentes discussões sobre a partidarização (FIGUEIRA, 2010) e a politização ruidosa (LOPES, 2017) da política externa brasileira, que trazem a política externa como política pública e, portanto, sujeita a sofrer alterações com a troca de governos.

A partir disso, a seção seguinte traz à baila o aparato teórico relativo ao processo de construção da imagem pública e explana de que forma a comunicação e os discursos políticos podem ser empregados no desenvolvimento e projeção de uma imagem desejada por um sujeito político.

3.1. A FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Imagens duráveis e consistentes importam (ELGSTROM, 2000, p. 263, tradução nossa)²². A formação da imagem pública é um processo complexo, intencional ou não, e que ocorre em diversas instâncias, momentos e instituições. A atenção dada à imagem pública não é uma ideia recente, tampouco ignorada no âmbito da comunicação política. É possível verificar sujeitos políticos atentos à sua imagem ao menos desde as primeiras assembleias e eleições da Antiguidade Clássica, isto é, desde o século VIII a.C. (MCNAIR, 2015; MICHELIS, 2015; GOMES, 2004).

Sob os auspícios da opinião pública, isto é, da ação de grupos de interesse e pressão (ANDRADE, 1964)²³, a construção da imagem pública de um país e sua respectiva promoção internacional assumiu crescente importância econômica, política, social e cultural, especialmente no contexto pós-globalização (DINNIE, 2008). Ainda

²¹ Ao longo desta dissertação, os termos Itamaraty e Ministério das Relações Exteriores são empregados como sinônimos intercambiáveis. Embora o Palácio Itamaraty somente tenha servido como sede do MRE entre 1899 e 1970, a tradição de denominar o ministério pelo nome do palácio permanece nos corredores da diplomacia brasileira até hoje.

²² No original: “*durable and consistent images do matter*”

²³ Este trabalho não ignora os distintos conceitos possíveis para o termo opinião pública (cf. BARTELS, 2001; KURAN, 2001; MARQUES *et al.*, 2017; SLOCUM, 2008), mas por opção conceitual adota a proposta teórica de Andrade (1964).

que tenham ocorrido mudanças substanciais em suas mediações ao longo dos anos, o objetivo em torno da necessidade de uma imagem pública favorável permanece o mesmo: a aprovação pública (WEBER, 2004).

Conforme destaca Weber (2004, p. 269), o conceito de aprovação envolve “imagens sociais, conceituais e visuais acumuladas no imaginário, indicativas da identidade de quem fala”. Consequentemente, o estatuto da imagem pública promove uma espécie de arena onde se resolvem litígios, se conquista hegemonia, se impõem pretensões, se organiza ou mobiliza sociedade civil ou internacional: “tranquiliza-se ou se excita a opinião pública ou o mercado financeiro, estabelecem-se ou suprimem-se as condições de governabilidade por parte de um partido, grupo ou ator, conquista-se ou perde-se credibilidade” (GOMES, 2004, p. 240).

Uma vez que sujeitos políticos buscam essa aprovação para chegar e/ou manter-se no poder, o “poder político, ou autoridade para governar, diz respeito ao menos em partes a imagem e símbolo [, e] comunicadores políticos de sucesso entendem isso, e constroem imagens que ressoam com as pessoas que eles desejam influenciar e governar” (MCNAIR, 2015, p. 2, tradução nossa) ²⁴. Este foi o caso, por exemplo, do Rei-Sol; o monarca Luís XIV foi uma figura pública conscientemente construída e teve um dos mais longos reinados da história europeia, reinando sobre a França por 72 anos (SCHWARCZ, 2010).

Dessa forma, as discussões em torno da construção de uma imagem dizem respeito àquilo que Gomes (2004, p. 242) denomina por *política de imagem*, isto é, “a prática política naquilo que nela está voltado para a competição pela produção e controle de imagens públicas”. Para o autor, o simples empreendimento pela imposição de imagens constitui porção significativa das disputas políticas, e torna possível compreender “parte considerável dos fatos, atitudes, preocupações e discussões da prática política” (GOMES, 2004, p. 242).

Afinal, o que é imagem pública? Categórico, Gomes (2004, p. 245) afirma que “imagem pública é imagem”. A noção de que sujeitos políticos possuem e constroem uma imagem pública pode parecer confusa se vista exclusivamente sob a concepção

²⁴ No original: “political power, or authority to govern, is at least in part about image and symbol [and] successful political communicators understand this, and construct images which resonate with the people they wish to influence and govern”

visual de imagem, ou seja, em sua plasticidade. Embora os termos imagem pública e imagem visual tenham em comum o vocábulo que indica a capacidade de representar algo – imagem –, eles se distinguem. Essa diferença se dá devido à imagem pública não ser um tipo de imagem em sentido próprio, e sim a apresentação e/ou a representação de algo para alguém num sentido figurado, analógico e metafórico. Em outras palavras, pode-se dizer que imagem pública é “um complexo de informações, noções, conceitos, partilhados por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam” (GOMES, 2004, p. 254).

Weber (2004), por sua vez, entende a imagem pública como resultado da soma de imagens concretas e abstratas, do tangível com o intangível. Ela é resultante da percepção e interação de distintos agentes com o sujeito político em questão. Isto é, experiências, interações, avaliações sobre aquilo que o sujeito é e aquilo que ele parece ser. Ainda, Canel e Sanders (2012, p. 90, tradução nossa) descrevem a imagem pública como “a estrutura mental de uma organização cujos públicos formam como resultado do processamento de informações relacionadas a essa organização”²⁵. Em outras palavras, é possível entender a imagem pública como algo semelhante à reputação de um sujeito.

Nesse sentido, Luque, Pedrosa e Sánchez (2016) apresentam o desenvolvimento da imagem institucional, isto é, da imagem de uma instituição, como a potencialização comunicacional de características de sua identidade. De acordo com Gomes (2004, p. 256), a rigor, não há importantes diferenças entre os termos *imagem pública* e outros similares, como fama, nome, reputação, imagem institucional, etc. “A vantagem do termo ‘imagem pública’ é simplesmente o seu valor técnico em nossa época: trata-se simplesmente da terminologia vencedora”.

Não obstante, é necessário distinguir identidade de imagem, pois enquanto esta é relativa à percepção, a “identidade é aquilo que a organização é” (CANEL; SANDERS, 2012, p. 90, tradução nossa)²⁶. Baseado nessas diferentes concepções, esta pesquisa aborda o conceito de imagem pública como a percepção que um interlocutor tem do conjunto de características relativas à identidade de um sujeito e que podem ser manifestadas por intermédio de diversos códigos de comunicação – verbais e não

²⁵ No original: “‘image’ understood as the mental structure of the organization that publics form as the result of the processing of information related to the organization”

²⁶ No original: “identity is what the organization is”

verbais –, inicialmente emitidos pelo próprio sujeito e, então, replicados e amplificados por diversas redes de comunicação, como a mídia e outros agentes.

No caso de um país, sujeito político no qual reside o estudo desta dissertação, a imagem pública se refere ao conjunto de representações mentais sobre suas pessoas, produtos, cultura e símbolos nacionais (VERLEGH; STEENKAMP, 1999). A imagem de um país, de acordo com Jervis (1989), é todo o perfil comportamental acumulado na mente dos receptores por meio de processos comunicativos que envolvem mensagens verbais e não verbais.

Com isso, faz-se necessário considerar que quaisquer mensagens podem ser emitidas por três tipos de linguagem, em combinações ou exclusivamente: a linguagem oral, a escrita e a visual (MCNAIR, 2015). Panke (2016, p. 89-91), amparada em Eco (1993) e Ibinarriaga e Hasbun (2012), propõe seis códigos de comunicação que compõem uma mensagem e que podem ser verificadas em diversas plataformas de transmissão, a saber:

1. *Linguagem linguística*: é o discurso verbal, seu conteúdo e argumentos;
2. *Linguagem cinésica*: são os movimentos e as expressões físicas realizadas durante as falas;
3. *Linguagem proxêmica*: corresponde ao uso e à organização do espaço físico durante a fala;
4. *Linguagem iridológica*: é o contato visual que o orador faz com seus interlocutores;
5. *Linguagem fisiológica e de moda*: é a aparência, o tipo físico, a roupa e como se apresenta o orador;
6. *Valores não verbais na voz*: o tom, o volume e a textura da voz.

Ainda que a imagem pública seja vista como uma ideia construída sob distintos códigos de comunicação, a análise neste trabalho, como apresentado no capítulo metodológico (4.), segue sustentada no pressuposto de que “a imagem pública, em sua substância, é uma entidade conceitual, *decisivamente apoiada e construída sobre mecanismos enunciativos lingüísticos* [sic]” (GOMES, 2004, p. 242, grifo nosso).

Em outras palavras, uma das formas pelas quais os interlocutores irão reconhecer e avaliar a identidade do emissor das mensagens reside no discurso verbal, em seu conteúdo e argumentos, conforme aponta Galicia (2010). Ainda de acordo com o autor, o discurso político emerge, então, como a forma de unificação de dois planos pelos quais a imagem pública é construída: o plano concreto e palpável, ligado aos

aspectos físicos daquilo que uma sociedade anseia; e o aspecto simbólico, que contém matérias primas psicológicas e intangíveis. De forma semelhante, Weber (2011) enxerga a combinação de dois modos de representação na imagem pública, sendo o da representação política – objetiva, tangível e vinculada ao lugar institucional conquistado – e o da representação simbólica – subjetiva e intangível, vinculada aos lugares de visibilidade pública.

É no julgamento público desses modos, planos e aspectos que resta a credibilidade dos sujeitos políticos, isto é, a “capacidade de ratificar, publicamente, o acordo em torno de verdades e projetos” (WEBER, 2004, p. 261). Essa noção coaduna com aquilo que Galicia (2010, p. 156, tradução nossa)²⁷ diz a respeito da percepção do público, pois “percepção é, então, a interação entre a identidade do emissor e a experiência daquela identidade reconhecida sob uma perspectiva subjetiva por parte do receptor”. Em outras palavras, a credibilidade não estaria pautada somente em torno de verdades e projetos, mas na percepção da própria identidade do sujeito político, ou seja, em sua imagem.

A criação dessas imagens ocorre em uma “relação triangular entre a cena da ação, a imagem humana daquela cena e a resposta humana àquela imagem atuando sobre a cena da ação” (LIPPMANN, 2008, p. 31). A percepção interna de uma pessoa a respeito de um sujeito político resultaria, assim, em um imaginário que “não é baseado em um conhecimento direto e certo, mas em imagens feitas por si mesma ou dadas a ela” (LIPPMANN, 1977, p. 25)²⁸. Isso significa que a criação de uma imagem pública é um construto que ocorre no movimento da opinião pública, sem que sua determinação seja exclusividade de apenas um dos agentes envolvidos: emissores podem utilizar estratégias para influenciar essa percepção dos receptores.

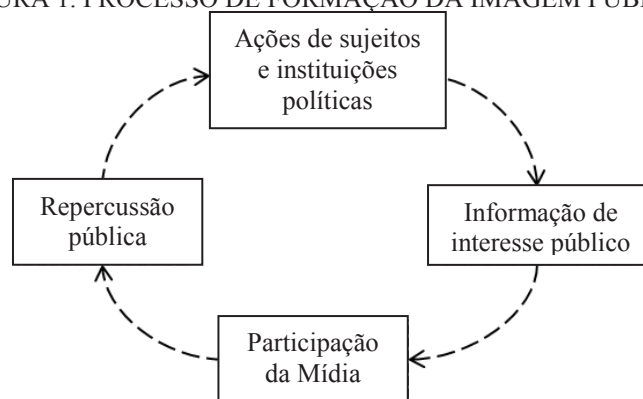
Como resultado, amparado em Weber (2004) é possível incluir na tríade de Lippmann (2008) a participação da mídia, espaço no qual a imagem pública pode ser efetivamente mensurada. Esse processo, apresentado na figura 1, se retroalimenta de modo que informações públicas, de interesse de toda a sociedade (informação de interesse público), são estrategicamente construídas e emitidas na forma de propaganda,

²⁷ No original: *Percepción es, entonces, la interacción entre la identidad del emisor y la experiencia de aquella identidad reconocida desde una perspectiva subjetiva, por parte del receptor.*

²⁸ No original: *“based not on direct and certain knowledge, but on pictures made by himself or given to him”.*

discursos, informações, eventos, atitudes, etc. (ações de instituições e sujeitos públicos). A partir daí, acontece a participação da mídia, retransmitindo e/ou reinterpretando essas informações por intermédio de diversos canais para chegar à etapa de repercussão pública. Esta, é desencadeada nas mais diversas instâncias e plataformas, como é o caso dos meios de comunicação, agentes coletivos, adversários políticos e indivíduos que veiculam suas próprias opiniões sobre as ações do sujeito político em questão.

FIGURA 1. PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA



FONTE: Adaptado de Pimentel e Panke (2017).

Há, nesse esquema, semelhanças com as estruturas que Almond e Powell Jr. (1980, p. 107) propõem como aquelas capazes de desempenhar funções de comunicação numa sociedade. Os autores elencam as seguintes: (1) contatos informais, diretos e pessoais, que podem ser mais ou menos independentes; (2) estruturas sociais tradicionais, caso das famílias e instituições religiosas; (3) estruturas políticas de *output*, aparato legislativo e burocracias; (4) estruturas políticas de *inputs*, sindicatos, agentes coletivos, partidos políticos; (5) meios de comunicação de massa. Atualizando os autores, é possível incluir nesta última a internet e as redes online.

Ao justapor as estruturas de comunicação de Almond e Powell Jr. (1980) no esquema proposto por Weber (2004), é possível enquadrar os contatos informais, diretos e pessoais (1) e as estruturas sociais tradicionais (2) no quadrante referente à repercussão pública. Já as estruturas políticas de *output* (3) estariam alocadas no espaço relativo às ações de instituições e sujeitos públicos, e as estruturas políticas de *inputs* (4) juntamente com os meios de comunicação de massa, internet e redes online (5) em participação da mídia.

Como resultado, Weber (2004, p. 262) destaca que do “processo de recepção à repercussão [sic] da imagem, residem as dúvidas e certezas sobre a cena política, seus protagonistas e seus difusores.” A imagem pública não existe, portanto, como algo imutável. Ao contrário, ela existe num processo impreciso que não possui efeitos diretos e nem instantâneos. A imagem pública é passível de mudanças, variações e adaptações resultante de conflitos entre a imagem desejada e planejada pelo emissor das mensagens e aquela imagem apreendida pelo receptor.

A todo tempo sujeitos políticos “se comparam e são comparados, em complexas instâncias: de visibilidade, opacidade e ocultamento, mostrados em espelhos midiáticos” (WEBER, 2004, p. 260). A constituição da imagem pública, vista como um processo vital à visibilidade e ao reconhecimento de sujeitos políticos, “trata-se de um processo de construções e desconstruções de verdades, realidades e de legitimidade, tanto de quem fala sobre si próprio, como sobre os próprios espelhos – mídias, espaços, palcos” (WEBER, 2004, p. 260).

Na esfera da recepção, as informações emitidas pelo sujeito político podem ser entendidas como espelhos, como o reflexo de algo que, embora semelhante ao original, é tão somente uma representação deste. De fato, a imagem pública é criada na esfera da recepção e a analogia com espelhos soa adequada na medida em que o discurso relativo ao sujeito político traz à tona suas características mediante a interpretação dos interlocutores. Em outras palavras, não existe pureza na construção de uma imagem pública, pois ela passa por inúmeras interferências e interpretações ao longo de sua constituição; imagem não é identidade.

O estatuto da imagem pública, de acordo com Gomes (2004), acabou privilegiando elementos como aparência, carisma, teatralização, espetáculo e simulacros no meio político. Como resultado, o aspecto negativo relacionado à política da imagem é que a cultura política pode acabar dando ênfase à imagem e às aparências. De acordo com McNair (2015), a comunicação política, ao que tange o espetáculo, passa a ser acusada de priorizar imagem sobre realidade, estilo sobre substância e aparências supérfluas sobre características substanciais.

Nesse sentido, Lippmann (2008) apresenta, inclusive, a existência de seres diversos da realidade como resultado desse processo.

Grandes homens, mesmo durante o período de suas vidas, são usualmente conhecidos pelo público somente através de uma personalidade fictícia. Eis a parcela de verdade no velho ditado de que nenhum homem é um herói para seu criado. Há nele somente uma parcela de verdade, posto que o criado, e o secretário particular, freqüentemente [sic] estão imersos na ficção. Personagens monárquicos são, evidentemente, personagens fabricados. Se eles acreditam em suas imagens públicas, ou se meramente permitem que o camareiro as gerenciem, há pelos menos dois seres distintos, o ser público e o régio, o privado e o humano (LIPPMANN, 2008, p. 24).

Esse processo não é restrito a indivíduos, pois países também competem por atenção, respeito, confiança e aprovação dos seus distintos públicos. Tal é o efeito que informações sobre determinada nação podem provocar na imagem que seus públicos formam dela que, de acordo com Ayrosa (1998), esse processo pode causar efeitos positivos ou negativos sobre aspectos políticos, econômicos e sociais. A título de ilustração, a imagem que se tem de um país pode ser decisiva para uma intervenção humanitária e/ou militar capitaneada pelas Nações Unidas. Esse foi o caso de Ruanda, que sofreu um genocídio com mais de 800 mil mortes em 1994 pela mera abstenção da ONU. Uma das explicações é que devido à fracassos anteriores, o governo dos Estados Unidos, um dos principais contribuintes do orçamento das Nações Unidas (PIMENTEL, 2017) acharam “que não havia apoio da opinião pública para uma intervenção, então não apoiou o chamado de outras nações para intervir” (RIBEIRO *apud* SANCHEZ, 2014)²⁹.

No extremo oposto, há de se frisar que a imagem divulgada de um sujeito político não pode se afastar em demasia da realidade sob o risco de parecer duvidosa e inverossímil ao receptor (FIGUEIREDO *et al.*, 2000). Em outras palavras, não é possível construir e manter uma imagem que não corresponda à realidade. Tangente a essa perspectiva, Weber (2004, p. 280-281), traz à baila o caso da candidata Roseana Sarney (PFL). Ela foi um “fenômeno político-midiático brasileiro, sustentada por um *marketing* eleitoral que a promoveu nas mídias [...] promovendo sua condição mulher como suficiente para sustentar sua pré-candidatura à presidência da República”.

De acordo com a autora, as denúncias de corrupção suplantaram a propaganda e a “retórica feminino-ideológica” e como resultado “o investimento em propaganda e

²⁹ Não se ignoram questões estratégicas sob a ótica geopolítica na região, que de acordo com Ribeiro (*apud* SANCHEZ, 2014) “não tem nenhum recurso mineral, nenhum interesse econômico, não é nem zona de influência”.

adoção da mídia ao fenômeno não foram suficientes para diluir as questões éticas e legais e a candidata desaparece. *Vence a política.*” (WEBER, 2004, p. 281, grifo nosso). Há, de acordo com Gomes (2004), uma tensão entre o real e o ideal: o público é apto a julgar, a partir de um conjunto de propriedades, aquilo que é necessário existir em determinada instituição para que esta cumpra adequadamente sua função real.

Gomes (2004, p. 278-282) descreve três funções dessa política de imagem. A primeira delas envolve a criação, produção e construção da imagem pública de sujeitos políticos; a segunda abrange o ajuste entre a expectativa dos públicos entre aquilo que é real e aquilo que é ideal; e a terceira, por sua vez, consiste no controle dessa imagem pública por meio de sua administração e gerenciamento. Sob esse aspecto, Locatelli (2017) menciona o fato que é o emissor quem pode dar uma intencionalidade persuasiva à mensagem, pois toda comunicação possui potencial persuasivo.

No que diz respeito às estratégias de comunicação que podem ser utilizadas, Locatelli (2017, p. 203) explica que “organizações têm formal ou informalmente uma estratégia, que contempla diversas subestratégias (entre elas a estratégia de comunicação), que em algum grau maior ou menor produz comunicações estratégicas, procurando [...] imputar ao interesse público interesses que de fato são seus”. Caso, por exemplo, demonstrado com a estratégia retórica de apresentar um copo meio cheio ou meio vazio. Figueiredo (*et al.*, 2000) explica que, ao olhar para o futuro o orador pode apresentar a situação atual a partir de uma ótica negativa (copo meio vazio), ou positiva (copo meio cheio). Fato é que o copo, a depender do orador, da sua estratégia retórica e de outros elementos elencados abaixo, pode estar simplesmente pela metade.

Em outras palavras, ainda que o emissor de mensagem não seja o único responsável pela criação de inferências, as quais dependem das condições de produção, do lugar de fala ocupado pelo orador, do contexto, das experiências entre agentes, etc. (BRANDÃO, 2012; LOCATELLI, 2017), é ele que detém elementos e técnicas necessárias para lograr os resultados almejados na esfera da recepção (GOMES, 2004).

No caso da imagem de um país, muitos dos elementos que

contribuem pesadamente para a formação de sua imagem, são permanentes ou semipermanentes e, portanto, estão além do controle de seus tomadores de decisão. A geografia e a história e, em larga medida, os sistemas político, econômico e social de um Estado não podem ser manipulados (...) enquanto os elementos básicos de uma imagem são difíceis de alterar, detalhes dessa imagem, que podem influenciar fortemente a maneira como o receptor [da

imagem] age, são mais suscetíveis à mudança (JERVIS, 1989 *apud* LOPES, 2017, P. 267).

Consequentemente, Homs (2000 *apud* GALICIA, 2013, p. 54-55) apresenta a necessidade que sujeitos políticos têm de planejar seus objetivos em prol da construção de uma imagem pública a partir de três possibilidades. A primeira delas ocorre de forma espontânea e voluntária com origem em seus públicos, os quais identificam atributos ou características representativas que servem como elementos de diferenciação dos sujeitos em questão. É quando os públicos identificam no sujeito político algo que lhes chama a atenção, são elementos da identidade desse sujeito se sobressaindo em relação a quaisquer outras informações. O Brasil, por exemplo, pode ser visto como um país pacífico devido ao fato de ter renunciado ao uso de tecnologia nuclear para fins não pacíficos.

A segunda possibilidade é aquela desenvolvida por meio de estratégias dos adversários e ocorre quando o posicionamento resulta de uma agressão estratégica. Esse é o caso de atributos diferenciadores que se referem às maiores vulnerabilidades dos sujeitos políticos. Como exemplo, esse é o destaque dado pelos meios de comunicação de massa às decisões do presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, quando retirou o país do Acordo de Paris³⁰ e desmanchou a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (SNEED, 2016). Nesse caso, o país passa a ser visto como antiecológico e retrógrado por alguns meios.

Outro exemplo dessa possibilidade é aquele que Gomes (2004) traz sobre a moratória mineira, uma disputa política que ocorreu na arena das imagens públicas por meio de declarações e fatos políticos. Conforme explica o autor, a formação da imagem pública do Brasil a partir de declarações de sujeitos políticos trouxe um prejuízo à imagem do país no cenário internacional de proporções muito mais significativas do que o dano contábil aos cofres federais.

Em torno da questão da imagem internacional – real ou presumida – da instituição Brasil construiu-se uma rede de declarações e fatos políticos que, na verdade, não estava dirigida aos interlocutores reais e intervenientes no

³⁰ O Acordo de Paris foi adotado na 21ª Conferências das Partes (COP21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), em Paris, com o “objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.”. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

debate, mas à imprensa do mundo inteiro e, através destes ao mercado internacional de capitais. No fundo, parece claro a todos que as decisões, declarações, acertos, acordos e desacordos publicamente apresentados não passaram de lances e disposições no jogo político mediante construção, controle e imposição de imagens (GOMES, 2004, p. 241).

A terceira estratégia é composta do posicionamento do próprio do sujeito político. De acordo com Homs (2000 *apud* GALICIA, 2013, p. 55, tradução nossa), “a melhor forma de posicionar-se é destacar sua principal fortaleza para que ela se constitua como uma vantagem competitiva”³¹. Galicia (2010) explica que esse posicionamento serve como uma tentativa de controlar a comunicação política, pois ela não se trata de criar algo novo ou diferente, mas de trabalhar o que já está na mente do público, de utilizar as conexões já existentes. É o reforço da imagem do Canadá como um país multicultural, aberto às diferenças e ao novo.

Com base no aparato teórico relativo à imagem pública e às estratégias de posicionamento trabalhadas nesta seção, a subseção seguinte traz considerações a respeito da imagem pública do Brasil, das estruturas de comunicação e planos de marketing desenvolvidos e à disposição do governo brasileiro para a projeção da imagem do país para seus distintos públicos.

3.1.1. Estruturas de Comunicação e a Imagem Pública do Brasil

A construção da imagem pública do Brasil no ambiente internacional é um processo histórico que data ao menos da proclamação da República e paralelamente ao empreendimento diplomático do Barão do Rio Branco na transição do século XIX para o século XX. Atualmente, a promoção do Brasil no exterior está a cargo de distintas entidades, como autarquias, assessorias, agências, secretarias e ministérios.

A proposta desta subseção é explorar as relações entre a estrutura de comunicação à disposição dos governos brasileiros e a consecução deste processo de construção e promoção da imagem pública, em especial no exterior. Dessa forma,

³¹ No original: “*La mejor forma de posicionarse es destacar la fortaleza principal para esta constituya una ventaja competitiva*”

levantaram-se as seguintes indagações: quais são os principais agentes públicos envolvidos na definição da imagem pública desejada pelo país? Há uma imagem para o público interno e outra para o público externo do país? A partir dessas questões buscase compreender o processo de construção da imagem pública do Brasil e, verificar, posteriormente (capítulo 5) se há uma “tradução” dessa (s) proposta (s) de imagem sob a forma discursiva no ambiente internacional, isto é, nos discursos do país na Assembleia Geral das Nações Unidas.

Conforme trabalhado na seção 3.1., a imagem pública é formada em um processo complexo, que passa por diversas instâncias e cuja constituição se dá no movimento da opinião pública (WEBER, 2004). Entretanto, o próprio sujeito político possui estratégias, instrumentos e meios necessários para influenciar a opinião pública a enxergá-lo e retratá-lo de determinada maneira na difusão de mensagens, informações, serviços e opiniões (GALICIA, 2010; GOMES, 2004; WEBER, 2011). Visando aproximar o caso brasileiro, a subseção seguinte explora a estrutura de comunicação do poder Executivo do Brasil e avalia a tradução visual dessa imagem por intermédio de uma marca-país.

3.1.1.1. A estrutura de comunicação no Poder Executivo brasileiro

Dentre os três poderes³², o Executivo, objeto de estudo deste trabalho, é aquele que possui a maior capacidade de investimentos (informação, propaganda e mídias) para tornar suas ações visíveis e “mais potência para ampliar a imagem pública de instituições e sujeitos públicos” (WEBER, 2011, p. 106). Destarte, a formação dessa imagem requer sistemas de comunicação organizados e “constituídos por estruturas administrativas, tecnologia avançada, empresas de assessoria, agências, profissionais qualificados e rotinas vinculadas às profissões de relações públicas, jornalismo e propaganda” (WEBER, 2011, p. 106).

Ainda que não seja o objetivo deste trabalho analisar as políticas de comunicação do Brasil, o modo como elas se estabeleceram, seus objetivos e funcionamento podem auxiliar na compreensão das estratégias de comunicação

³² Executivo, Legislativo e Judiciário.

empregadas relativas à imagem pública do país no cenário internacional. As primeiras diretrizes para políticas de comunicação do Estado brasileiro datam de meados da década de 1920. Contudo, políticas de controle e acesso à informação foram definidas apenas a partir do Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945) (GÖRGEN, 2009).

Com o apogeu do regime militar (1964-1985), o foco dos sistemas de comunicação Estatais se pautou num uso extensivo dos meios de comunicação com fins propagandísticos e para a promoção, controle e censura de ideias. Durante o governo do último presidente militar do Brasil (1979-1985), João Batista Figueiredo, a Secretária de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) foi instituída³³, incorporando à sua estrutura a Empresa Brasileira de Notícias (Radiobrás), que até então tinha como atribuições o planejamento, a execução e o controle das atividades de comunicação social em geral (DUARTE, 2011; SITE SECOM, 2014).

A partir da redemocratização e em especial dos anos 1990, “os processos de visibilidade, transparência e defesa do interesse público foram dirigidos à construção de um ‘novo país’ que exigia uma comunicação diferenciada para estruturar o debate público e a deliberação possível.” (WEBER, 2017, p. 27). Isto é, um novo país amparado em ideais democráticos passava a exigir, ou ter como necessidade, um sistema de comunicação pública, que não fosse, necessariamente, vertical e repressivo.

Fernando Collor de Mello (1990-1992), o primeiro presidente eleito pelo voto direto após a redemocratização empregou uma forte estratégia de marketing político que personalizou o governo em torno de sua própria figura. Seu sucessor, Itamar Franco (1992-1994) criou o Sistema Integrado de Comunicação Social da Administração Pública Federal (Sicom) que, no governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), passou a ser chamado por Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo Federal³⁴ (KUNSCH, 1997). Cardoso estruturou, assim, um sistema de comunicação que envolvia diferentes dinâmicas de comunicação de governo. Contudo, somente “sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) é que as práticas de comunicação pública são institucionalizadas (Duarte, 2007) e suas definições passam a servir de orientação para as práticas e investimentos do governo federal, através de legislação” (WEBER, 2017, p. 27).

³³ A Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR) foi instituída pela Lei nº 6.650, de 23 de maio 1979 (SITE SECOM, 2014).

³⁴ A Sicom foi criada pelo Decreto nº 785/1993 e renomeada pelo Decreto nº 2004/1996.

Desde então, a Secom passou por inúmeras reformas³⁵ que alteraram a sua estrutura, funções e responsabilidades, e atualmente é o Decreto nº 6.555/2008 que versa sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal. Dentre os órgãos essenciais da estrutura da Presidência da República estão a Secom, juntamente com o Gabinete Pessoal da Presidência da República; o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; a Casa Civil; e a Secretaria de Governo (PLANALTO, 2016a).

Interessante notar que, o trabalho de elaboração de discursos estava previsto apenas no Decreto nº 5.849, de 2006, em seu artigo 3º, inciso III, e sua responsabilidade não cabia absolutamente à Secom, estando a cargo da Assessoria Especial, um dos Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República. O decreto em questão foi reformado sucessivas vezes³⁶ e o item que versava sobre a elaboração de discursos foi excluído de sua redação. Atualmente, o decreto em vigência (Decreto nº. 9.038/2017) não faz referência à preparação de discursos. A ausência de menção ao encarregado por minutar, planejar, revisar ou consolidar os discursos oficiais brasileiros permite inferir que, se de um lado isso pode dar mais autonomia ao processo, também é possível que tal liberdade traga resultados inesperados como informações dissonantes, caso não haja um planejamento adequado.

Ao que tange a comunicação de caráter internacional, o Itamaraty é peça essencial na construção da imagem pública do Brasil por intermédio da diplomacia pública, tradicionalmente associada à promoção da imagem do país no exterior (HUNT, 2016; MRE, 2017)³⁷. De acordo com o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem como missão institucional “auxiliar o Presidente da República na formulação da política

³⁵ A legislação que versa sobre a Secom a partir do governo Lula foi reformada a partir das seguintes normativas: Lei nº 10.683/2003; Decreto nº 4.799/2003; Decreto nº 5.849/2006; Lei nº 11.497/2007; Decreto nº 6.555/2008. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historia-da-secom>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

³⁶ O Decreto 5.849/2006 foi revogado e acabou sendo reeditado por sucessivas vezes. O atual decreto em vigência (nº. 9.038/2017) é resultado da alteração dos seguintes decretos: 6.378/2008; 7.688/2012; 8.679/2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5849.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017.

³⁷ Este trabalho não ignora outros aspectos conceituais e práticos da diplomacia pública, como previsto pelo MRE (2017) “no sentido de maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil, em um esforço de democratização e transparência das políticas públicas nacionais”. Entretanto, uma vez que enfoque recai sobre discursos diplomáticos, limitou-se à análise da diplomacia pública sob o aspecto tradicional do termo.

exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileiros no exterior” (BRASIL, 2008).

A estrutura básica do Itamaraty compreende a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e Repartições no exterior (SERE). A SERE é o conjunto de unidades no Brasil, que envolve órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado; a Secretaria-Geral das Relações Exteriores (SG); unidades descentralizadas; Secretaria de Controle Interno (CISSET); órgãos de deliberação coletiva; e a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Já as Repartições no exterior são divididas em Missões Diplomáticas permanentes (Embaixadas, Delegações Permanentes e Missões junto a organizações internacionais); Repartições Consulares (Consulados-Gerais, Consulados, Vice-Consulados e Consulados Honorários); e Unidades Específicas, destinadas a atividades administrativas, técnicas, culturais ou de gestão de recursos financeiros (BRASIL, 2008).

Respondendo direta e imediatamente ao ministro das relações exteriores estão os órgãos de assistência: o Gabinete do Ministro de Estado; a Assessoria de Imprensa (AIG); a Secretaria de Planejamento Diplomático; a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares; a Consultoria Jurídica. Cabe notar que resta à AIG a função de ser uma das áreas responsáveis pela diplomacia pública do Estado a fim de promover, em conjunto com a Secom, a articulação com órgãos de imprensa nacionais e internacionais.

Contudo, de acordo com o artigo 14, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (RISE)³⁸, compete apenas à Secretaria de Planejamento Diplomático (SPD) “atuar, em coordenação com as áreas responsáveis no MRE, *como instância revisora* no Gabinete do Ministro de Estado dos maços de apoio, *discursos*, pontos de conversação e demais subsídios preparados por ocasião de visitas oficiais ou eventos internacionais” (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Logo, em termos de discursos diplomáticos, uma análise amparada exclusivamente sobre a documentação normativa disponível, o único órgão explicitamente responsável pelos discursos é a SPD, por meio da Coordenação-Geral de

³⁸ Portaria nº. 212/2008. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/images/RISE.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

Planejamento Político e Econômico. Não há, contudo, uma menção clara a quais são as outras áreas responsáveis no MRE pela elaboração desses discursos, conforme previsto no artigo 14 da RISE. Tendo como base estruturas organizacionais, é possível verificar que, *a priori*, não existe uma coordenação simbiótica entre os distintos agentes públicos envolvidos na construção da imagem pública do país para seus públicos no exterior, especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento dos discursos diplomáticos.

Para além da Secom e do MRE, há ainda outras entidades envolvidas neste processo, como por exemplo: a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), a Assessoria Especial de Relações Públicas no Exterior da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Aerpex), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur). Ainda que com finalidades diferentes, elas tangem a necessidade de melhorar ou promover a imagem do Brasil, seja como um “mercado atrativo para aportes de capital estrangeiro” (Apex-Brasil)³⁹; para “reforçar conceitos positivos sobre o Brasil no exterior e neutralizar – ou contextualizar – percepções superficiais e estereotipadas” (Aerpex)⁴⁰; ou visando a “promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional” (Embratur)⁴¹.

Tomando em consideração as diversas entidades envolvidas no processo de construção e promoção da imagem do Brasil no exterior, imaginava-se que estratégias de comunicação fossem desenvolvidas dentro de um planejamento macro a fim de minimizar ruídos no processo comunicativo. Nesse sentido, uma vez que investigar as rotinas de produção dos discursos oficiais do Brasil extrapola o objetivo deste trabalho, seria possível o desenvolvimento de futuras pesquisas nesta direção.

Não obstante, embora também não seja o objetivo deste trabalho trabalhar a noção de marca-país, é válida menção ao tema uma vez que ela representa a imagem que as pessoas guardam de determinado lugar e pode ser trazida à tona pela sua simples menção (KOTLER; GERTNER, 2004). Em outras palavras, a construção da marca-país pode ser entendida como uma espécie de tradução visual da imagem pública, que,

³⁹ Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/internacional/internacional-2>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

⁴¹ Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/institucional/2015-04-06-14-28-40.html>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

conforme explica Panke (2016) pode ocorrer por diversos códigos de linguagem, seja visual, linguística, cinésica, etc.

Assim, ainda que a imagem pública não possa ser vista ou considerada em sua essência exclusivamente sob aspectos visuais ou plásticos (GOMES, 2004), amparado em Panke (2016) é factível utilizar a sua representação visual para ilustrar a crescente preocupação com a forma como o Brasil se projeta, e a maneira como ele tem se dedicado a esse processo após a redemocratização, em 1985.

Os casos da Marca do Governo Federal e da Marca Brasil, apresentados a seguir, ilustram esse processo. De um lado, esta foi concebida em um concurso promovido pela Embratur e tem como objetivos ser uma marca guarda-chuva; promover uma mensagem permanente; um slogan que sintetiza todos os argumentos e valores; e uma marca turística de como elemento de identidade e reconhecimento nos mercados (EMBRATUR, 2003). Por outro, aquela, sob cuja responsabilidade está a Secretaria Especial de Comunicação Social, tem como objetivo corporificar a chancela ou assinatura do governo federal nas ações de comunicação, indicando sua responsabilidade sobre as mensagens transmitidas e facilitar o controle social da Administração Pública, marca tal que pode ser utilizada tanto para público interno, quanto externo (BRASIL, 2009; SECOM, 2009; 2015; 2016)⁴².

A imagem abaixo (Figura 2) ilustra a construção das marcas do Governo Federal a partir da administração de Fernando Collor de Mello, que deu início a um processo mais incisivo de marketing político (SERPA *apud* PRADO, 2016)⁴³. Durante o governo Collor de Mello, a marca-país trazia a *tagline*⁴⁴ “Governo do Brasil” sem utilizar um conceito ou uma visão de Brasil como marca, que traduzisse sua administração em uma frase. Não obstante, Zago e Sobrinho (2017) explicam que o então presidente tentou trazer a ideia de um “Brasil novo”, nome que remetia ao seu malfadado plano econômico, que veio a ser chamado de Plano Collor.

⁴² Dados coletados por meio do sistema e-SIC em solicitação encaminhada à Embratur no dia 24/10/2017 às 10:52. A resposta à demanda foi recebida no dia 13/11/2017 e o histórico encontra-se no Apêndice 1.

⁴³ Esta pesquisa não ignora a existência de marcas anteriores ao governo Fernando Collor de Mello, como é o caso dos slogans: “Governar é povoar”, de Afonso Pena (1906-1909); “Governar é abrir estradas”, de Washington Luís (1926-1929); “50 anos em 5”, de Juscelino Kubitschek (1956-1961); “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, utilizado durante o regime militar (1964-1985); e do “Tudo Pelo Social” utilizado por José Sarney (1985-1990). Contudo, somente foram encontradas marcas de governo no período da Nova República a partir do governo de Fernando Collor de Mello.

⁴⁴ *Tagline* é uma frase curta e de efeito. Há quem utilize-a como sinônimo de slogan, mote ou *teaser*.

FIGURA 2. MARCA-PAÍS INTERNA



FONTE: Adaptado de Zago e Sobrinho (2017).

O slogan de Itamar Franco, “Brasil, União de Todos” continha um triângulo amarelo com alusão ao seu estado de origem, Minas Gerais, cuja bandeira possui um triângulo vermelho. Apesar de explicitar sua origem, a *tagline* de Franco trazia como necessário o caráter de união nacional, uma vez que as medidas de seu antecessor haviam causado um grande mal-estar na população (PRADO, 2016; ZAGO; SOBRINHO, 2017).

Fernando Henrique Cardoso trouxe o slogan “Governo Federal, trabalhando por todo o Brasil”, trazendo uma visão de país diretamente ligada a um dos seus principais programas de gestão, o “Avança, Brasil” cujo objetivo primordial era a geração de empregos e estabilidade econômica. Assim, a logo de Cardoso dá destaque ao trabalho realizado pelo governo federal em todo o país, diferente do que aludia o triângulo de Franco (PRADO, 2016; ZAGO; SOBRINHO, 2017).

Luiz Inácio Lula da Silva lançou a marca “Brasil, Um País de Todos – Governo Federal” que apontava para um ideal semelhante ao de Franco, um país para todos os brasileiros, sem distinções. Diferente das marcas anteriores, o então presidente apostou na inclusão de diversas cores para enfatizar a inclusão social, a diversidade da nação e trouxe a ótica social de Lula da Silva, em que o país de todos é um país de oportunidades para todos (PORTAL BRASIL, 2011). No sentido da valorização do

povo brasileiro, vale menção à campanha “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”, conduzida pela Associação Brasileira de Anunciantes e logo institucionalizada pelo governo federal com o slogan “o melhor do Brasil é o brasileiro” (FOLHA DE S. PAULO, 2004).

O governo de Dilma Rousseff, por sua vez, teve dois direcionamentos de marca. Em seu primeiro mandato a marca da presidente trazia o slogan “Brasil, País Rico é País sem Pobreza” e que era uma evolução estética da anterior, utilizada por Lula da Silva. Naquele momento, o governo reafirmava o compromisso de dar prioridade à erradicação da miséria e à redução da pobreza extrema trazendo cores que aludissem à bandeira do país (PORTAL BRASIL, 2011).

A segunda marca da Rousseff foi “Brasil, Pátria Educadora”, de estética idêntica à anterior, a presidente afirmou com essa marca que a educação seria “a prioridade das prioridades, mas também que devemos buscar, em todas as ações do governo, um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e sentimento republicano” (ROUSSEFF *apud* PORTAL BRASIL, 2015). Michel Temer, por sua vez, ao chegar ao governo anunciou em seu primeiro discurso que o slogan de sua administração passava a ser o mesmo da bandeira nacional, “Ordem e Progresso” trazendo a ideia de que era necessário “recuperar o País da desorganização política, econômica e social e retomar o crescimento econômico” (DECAT, 2016).

A partir da análise dessas marcas do Governo Federal, não é possível verificar a existência de um padrão quanto ao uso de cores, elementos linguísticos (Governo Federal ou Brasil), fontes (com ou sem serifa) ou periodicidade para o seu uso. Alguns presidentes chegaram a usar a mesma marca para dois mandatos, caso de Cardoso e Lula da Silva, enquanto Rousseff utilizou um para cada um deles. Dessa forma, verifica-se que cada governo ou presidente empossado desenvolve uma marca que possibilite a tradução de aspectos específico do seu mandato e transmita à população uma imagem visual desejada.

No caso da marca voltada especificamente para o público externo, é possível observar um conjunto de marcas adotadas pelo Brasil ao longo de sua história. De acordo com o relatório da agência Chias Marketing, até o ano de 2002 não existe “uma mensagem global que corresponda ao Brasil que se deseja vender ao turista. Cada material ou pequeno grupo apresenta uma visão pontual e específica do destino

apresentado, e na maioria das vezes superficial” (EMBRATUR, 2003, p. 64-65). Desde adaptações na grafia do nome Brasil/Brazil até o uso de distintas cores e slogans estavam presentes nas marcas utilizadas pelo país em diversos materiais e momentos específicos para a promoção turística no exterior, conforme ilustrado na Figura 3.

FIGURA 3 – MARCAS BRASIL



FONTE: Embratur (2003)

O Brasil, assim, “não adotou na história da sua trajetória turística uma marca. Além disso, ficou também evidenciada a própria descontinuidade no que diz respeito à imagem e à forma de se apresentar, seja através de diferentes símbolos, como através da logotipia da palavra Brasil.” (EMBRATUR, 2003, p. 65). A fim de emitir uma mensagem padrão concernente à imagem do país, o Brasil passou a adotar no ano de 2005, durante o governo Lula da Silva, a Marca Brasil “Sensational!” (Figura 4).

FIGURA 4 – MARCA BRASIL SENSATIONAL



Sensational!

FONTE: EMBRATUR (2003)

Dessa forma, ainda que a Marca do Governo Federal possa ser utilizada para o público externo, a adoção de uma marca-país que dialogue com um público alvo exerce um papel importante no processo de decisão dos compradores (sejam turistas ou investidores) para que eles não infiram ou continuem inferindo uma imagem do país a partir de associações irrelevantes, incorretas ou confusas (PAPADOPOULOS; HESLOP, 1993). A Marca Brasil “Sensational!” serviria, nesse sentido, para apresentar os valores contidos no Plano Aquarela, um planejamento de marketing de longo prazo desenvolvido pelo Ministério do Turismo (EMBRATUR, 2003).

A Marca Brasil “Sensational!” criada durante o governo de Lula da Silva é a mesma a despeito das trocas de governos e de posicionamentos políticos. Embora tenha sido estabelecida durante governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (Lula da Silva e Rousseff), permaneceu em sua transição para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), de Temer. A Marca Brasil, assim, parece assemelhar-se a uma comunicação de Estado, ultrapassando questões governamentais ao enfatizar a captação de capital turístico oriundo do exterior.

A partir da análise das distintas marcas utilizadas pelo país, entendendo que elas podem ser vistas como a tradução visual da imagem pública do país e que imagens duráveis e consistentes importam (ELGSTROM, 2000), verificou-se a inexistência de uma mensagem padrão entre elas. Uma possível explicação para essas discrepâncias pode residir no fato delas tratarem de objetivos e públicos diferentes.

Se uma tem como ênfase a promoção de uma mensagem exclusiva do governo federal que, via de regra, é renovado quadrienalmente, a outra enfatiza a captação de capital turístico estrangeiro. Fato é que conforme verificado nos dados desta seção e de acordo com o que Brandão (1998) explica, a informação pública não é responsabilidade imediata da Secom e acaba sendo uma função executada por diversas outras instituições governamentais. Essa incongruência entre as marcas de governo pode ter como explicação, ainda, as batalhas simbólicas que ocorrem no âmbito da política de imagem cujos agentes políticos estão em constante luta por maior visibilidade (GOMES, 2004).

Tendo em vista essas considerações, a seção seguinte traz a discussão sobre discursos políticos e diplomáticos como uma estratégia de comunicação governamental, com atenção à sua efetivação em organizações internacionais, caso da Organização das Nações Unidas.

3.2. OS DISCURSOS POLÍTICOS E DIPLOMÁTICOS

Os discursos diplomáticos brasileiros, proferidos anualmente na ocasião da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas foram “durante muitos anos o principal veículo de que dispunha a diplomacia brasileira para se fazer ouvir internacionalmente” (CORRÊA, 2007, p. 23). Tamanha importância dada a esses discursos é justificada, pois “a sermos realistas, a esfera pública interessa basicamente aos participantes mais fracos do jogo político” (GOMES, 2004, p. 95).

Ainda que o Brasil não seja uma superpotência mundial, seus discursos reverberaram no sistema internacional. Esse é o caso dos “3D” (Desarmamento, Desenvolvimento e Descolonização) apresentados pelo embaixador Araújo Castro em 1963⁴⁵ como uma nova frente para a atuação da política externa brasileira para além do conflito entre Estados Unidos e União Soviética e do discurso do embaixador Azeredo da Silveira, em 1974⁴⁶, sobre o pragmatismo responsável e ecumênico que trazia a diversificação de parcerias como prioridade ao interesse nacional (SARDENBERG, 2013).

⁴⁵ Disponível em: <<http://blog.itamaraty.gov.br/11-onu/41-o-discurso-dos-tres-ds>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

⁴⁶ Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1233-O-PRAGMATISMO-RESPONSAVEL_final.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2018.

O indivíduo que se posiciona numa plataforma para falar em nome de uma instituição deve ter adquirido previamente um *status* social para o exercício da palavra que, de acordo com Canel e Sanders (2012), é definido, entre outros, com base em consentimentos diretos ou indiretos do povo dos quais são decretadas suas vontades. Em outras palavras, a “credibilidade de um discurso depende da legitimidade de quem fala, do seu ‘lugar de fala’, do poder fiduciário que lhe foi atribuído e da imagem sobre esta legitimidade, construída estrategicamente” (WEBER, 2004, p. 263).

Diante disso, ainda que ações Estatais e atos administrativos originados em organizações do setor público não necessariamente gerem produtos comunicacionais voltados ao debate público (WEBER, 2011), todos eles acabam produzindo fatos políticos com potencial para repercutir no “mar da política” (RIORDA; ELIAZALDE, 2013, p. 18). Isso quer dizer que “no âmbito da decisão política sempre existirá uma análise de variáveis comunicativas orientadas a compreender os ganhos e as perdas de reputação, credibilidade e legitimidade como resultado da decisão.” (RIORDA; ELIAZALDE, 2013, p. 19, tradução nossa)⁴⁷. O fazer política, portanto, está intrinsicamente conectado ao processo de comunicação governamental.

3.2.1. Os discursos políticos no cenário internacional

Em um ambiente internacional, a comunicação ocorre essencialmente de duas maneiras. Donahue e Prosser (1997) explicam que a primeira delas é a comunicação entre grupos, compartilhada por diferentes culturas coletivas. A outra, também intercultural, é realizada por meio de indivíduos que, quando falam em nome de um Estado, materializam a voz da instituição por eles representada (PANKE, 2010).

Conforme expõe Carvalho (2011, p. 42), os discursos e práticas diplomáticas baseiam-se em postulados que defendem os interesses dos governos representados por seus oradores. Assim, a fala de um Estado é personificada pelo seu representante que rege suas relações com o mundo ao partilhar o que é prioritário para si, afirmando sua soberania e se diferenciando de outros Estados e instituições. No caso deste trabalho, no momento em que um chanceler ou presidente do Brasil vai à tribuna de uma

⁴⁷ No original: “inevitavelmente, en el ámbito de la decisión política siempre existirá un análisis de variables comunicativas orientadas a comprender las ganancias y las pérdidas de reputación, credibilidad y legitimidad como resultado de la decisión.”

organização internacional, ele está ali materializando a voz do país representado por ele. Naquele momento, não é o presidente eleito por um determinado partido que está falando, e sim o próprio Brasil.

No que diz respeito aos espaços sociais dos quais falam os sujeitos políticos, este trabalho estuda o Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde os 193 Estados-Membros da organização se reúnem anualmente para discursar, debater, fazer recomendações e enunciar suas prioridades. As interações nessas plataformas políticas ocorrem por meio da diplomacia, prática que tem como funções: (1) facilitar a comunicação entre líderes políticos dos participantes da política mundial, (2) negociar acordos, (3) produzir “inteligência” sobre países estrangeiros com a compilação de informações e (4) minimizar os atritos nas relações internacionais (BULL, 2002). Nesse sentido, de acordo com Bull (2002, p. 190) a “diplomacia genuinamente multilateral é a condução de negociações entre três ou mais estados que buscam resolver um assunto em conjunto”.

Ainda que haja diferentes níveis de barganha entre os sujeitos políticos envolvidos nessas negociações, contendo *low* ou *high politics*, as interações realizadas por meio dos discursos, da troca de ideias e da palavra antifônica fazem com que seja possível “resolver as situações conflitantes sem aniquilar fisicamente o adversário” (FIORIN, 2015, p. 26). O espaço político, segundo Charaudeau (2015), não é necessariamente geográfico ou físico, como aquele substancializado pelo prédio da ONU, mas sim aquele fragmentado em múltiplos espaços de discussão, persuasão e decisão que estão em constante interação.

É nesse espaço em que o poder político se manifesta como resultado da dialética existente entre dois componentes da atividade humana, a saber, “o do debate de idéias [sic] no vasto campo do espaço público, lugar onde se trocam opiniões; [e] o do fazer político no campo mais restrito do espaço político, onde se tomam decisões e se instituem atos” (CHARAUDEAU, 2015, p. 22). Conforme afirma Riorda (2013), ainda que a comunicação não seja mais importante que as decisões de gestão, ela é condição *sine quae non* para o fazer política. Tal é a importância dos discursos políticos que

Se nos detemos alguns instantes para considerar a transcendência que a preparação e a exposição do discurso político tem tido na cultura ocidental, chegaríamos a afirmar, em primeiro momento, que nos encontramos analisando a mais antiga estratégia de comunicação e marketing políticos de todos os tempos e, em segundo lugar, seria palpável diante de nossos olhos

que o ato discursivo poderia nos impulsionar ao topo do poder ou nos enterrar num poço de lama (MONASTERIO, 2013, p. 189, tradução nossa)⁴⁸.

De acordo com Gomes (2004), a elaboração de discursos obedece a uma competência gramatical que se caracteriza como marketing político. Isso ocorre porque esse material é desenvolvido com base numa lógica comunicacional que deve fazê-los circular e torna-los efetivos na transmissão de mensagens a respeito de estilo, imagem e comunicação. Discursos são planejados e produzidos para gerar efeitos junto à opinião pública; eles sempre serão intencionais.

O mesmo se verifica quanto aos discursos proferidos nas relações entre países, os quais Hunt (2015) enxerga como a forma mais antiga de diplomacia e destaca, por isso, a força como meio de transmissão, disseminação e ampliação de mensagens. O discurso brasileiro na ONU, configurado como discurso diplomático não é apenas uma das funções da prática diplomática, mas também um dos gêneros de discursos políticos, como é o caso do discurso eleitoral, governamental, partidário, sindical, etc. (PANKE, 2010).

Assim, em consonância com Panke (2010, p. 25), os discursos políticos são a “manifestação pública e linguística, sobre a *polis* ou o espaço público, realizada por indivíduos, partidos, governos, sujeitos institucionais ou grupos organizados”. A autora menciona ainda algumas características adjacentes a esse tipo de discurso, conforme seguem: (1) tratam de questões relacionadas à vida em sociedade; (2) podem apresentar problemas e apontar para soluções; (3) são orais; (4) o orador é legitimado para falar em nome de um grupo ideológico; (5) se projeta em relação ao futuro e toma o passado como referência; (6) caráter essencialmente persuasivo.

Adentrando especificamente no campo dos discursos diplomáticos, Oliver (1950) apresenta as seguintes características: (1) Racionalização: a ambiguidade e o espaço para autocontradição devem estar presentes no caso de mudança de políticas e posicionamentos de governo; (2) Despersonalização: o orador fala em nome de um governo e não por si mesmo; (3) Não é necessariamente conciliatório: a linguagem

⁴⁸ No original: *Si nos detenemos unos instantes para considerar la trascendencia que la preparación y exposición del discurso político han tenido para la cultura occidental, llegaríamos a afirmar, en primer término, que nos encontramos analizando la más antigua estrategia de comunicación y marketing político de todos los tiempos y, en segundo lugar, se haría palpable ante nuestros ojos que el acto discursivo nos podría impulsar a la cima del poder o enterrar en la última sima del fango.*

utilizada pode ser brusca e dirigir a mudanças, por isso o orador deve saber expressar exatamente o grau de hostilidade, amizade ou indiferença relativa a um governo.

Dito isso, os Estados são os principais sujeitos políticos nos processos de interação que ocorrem nessa organização internacional – a saber, a Assembleia Geral da ONU –, constituída pela articulação de práticas sociais e de discursos políticos que lidam com a transmissão e transformação de poder. Essas relações de poder são inúmeras e “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e [...] não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 101).

De acordo com Riorda e Elizalde (2013, p. 9, tradução nossa) “não é possível colocar em funcionamento, transformar uma estratégia em algo real, em algo que tenha efeitos, se não se utilizam diferentes níveis e dispositivos de comunicação”⁴⁹. Assim, em sociedades cujo acesso aos meios de comunicação é amplo, faz-se política pensando que qualquer evento político será comentado e analisado tanto por adeptos, quanto por opositores de um sujeito político. O apogeu disso seria, então, quando “o líder de uma nação, ou o candidato prestes a tornar-se líder, fala em qualquer fórum público” (WILLIAMS; YOUNG; LAUNER, 2012, p. 1744, tradução nossa)⁵⁰.

Sendo os discursos diplomáticos uma estratégia de comunicação governamental que possui o potencial de influenciar, afetar ou ativar indivíduos, grupos e/ou organizações. A seção seguinte apresenta o estado da arte das principais pesquisas que versam sobre a utilização de discursos diplomáticos – objeto deste estudo –, para a formação da imagem pública de sujeitos políticos.

3.3. ESTADO DA ARTE: O CAMPO DOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS

Uma vez que esta pesquisa tem como objeto o uso de discursos diplomáticos para a formação da imagem pública de sujeitos políticos, o recorte deste trabalho está voltado para a análise da imagem pública projetada pelo Brasil em âmbito do Debate

⁴⁹ No original: “No es posible poner en funcionamiento, transformar una estrategia en algo real, en algo que tenga efectos, si no se utilizan diferentes niveles y dispositivos de comunicación.”

⁵⁰ No original: “[...] when the leader of a nation, or a candidate to become that leader, speaks in any public forum”.

Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas entre os anos de 1985 e 2017. Assim, no que diz respeito aos discursos diplomáticos, ainda em 1950, Robert T. Oliver (1950) afirmou que o campo de estudos que abrange esse tipo de discurso era largamente indefinido e negligenciado tanto por linguistas, como por estudiosos das Relações Internacionais.

Em consonância, enquanto Gomes (2011) afirmou que a análise desses discursos na área de Relações Internacionais permanece uma seara subexplorada, Carvalho (2011) reconheceu que a linguagem diplomática não vinha recebendo atenção apropriada em estudos linguísticos ou históricos. A partir desse diagnóstico e visando avaliar se isso se mantém e/ou se confirma na área da Comunicação, realizou-se uma varredura em bancos de dados científicos buscando pesquisas que tratassem de discursos diplomáticos. Baseado em Gomes (2016), adotou-se como premissa deste estado da arte o pressuposto de que a atenção acadêmica é um indicador do nível e da intensidade que envolvem determinado campo de estudo.

Para isso, os meios de coleta dos metadados deram-se a partir de cinco fontes distintas: o Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTDC)⁵¹, os artigos publicados e indexados nas plataformas EBSCOhost⁵² e ScienceDirect⁵³, e em anais publicados em dois dos principais congressos científicos da área de Comunicação realizados em território brasileiro, a saber, o da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compólítica)⁵⁴ e o da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós)⁵⁵.

A busca foi realizada a partir das seguintes expressões no título, palavras-chave ou resumo dos artigos: *discurso diplomático*, *diplomatic discourse*, *diplomatic address*, *diplomatic speech*. A partir dessa busca encontraram-se os resultados apresentados no Quadro 1.

⁵¹ Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/>>. Acesso em: 19 de ago. de 2017.

⁵² A EBSCOhost é um banco de dados internacional que fornece tanto textos completos como a indexação de periódicos acadêmicos. Disponível em: <<http://web.b.ebscohost.com/ehost/search/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

⁵³ A ScienceDirect é o banco de dados internacional gerido pela Elsevier. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

⁵⁴ Disponível em: <<http://www.compolitica.org/>>. Acesso em: 19 ago. de 2017.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.compos.org.br/anais_encontros.php>. Acesso em: 19 ago. 2017.

QUADRO 1. PUBLICAÇÕES SOBRE DISCURSO DIPLOMÁTICO POR BASE DE DADOS E PERÍODO DE ANÁLISE

Base de Dados	Quantidade de Trabalhos	Período de Abrangência
BTDC	20	1997-2016
EBSCOhost	60	1988-2016
ScienceDirect	16	1980-2016
Compolítica	-	2006-2017
Compós	-	2000-2017

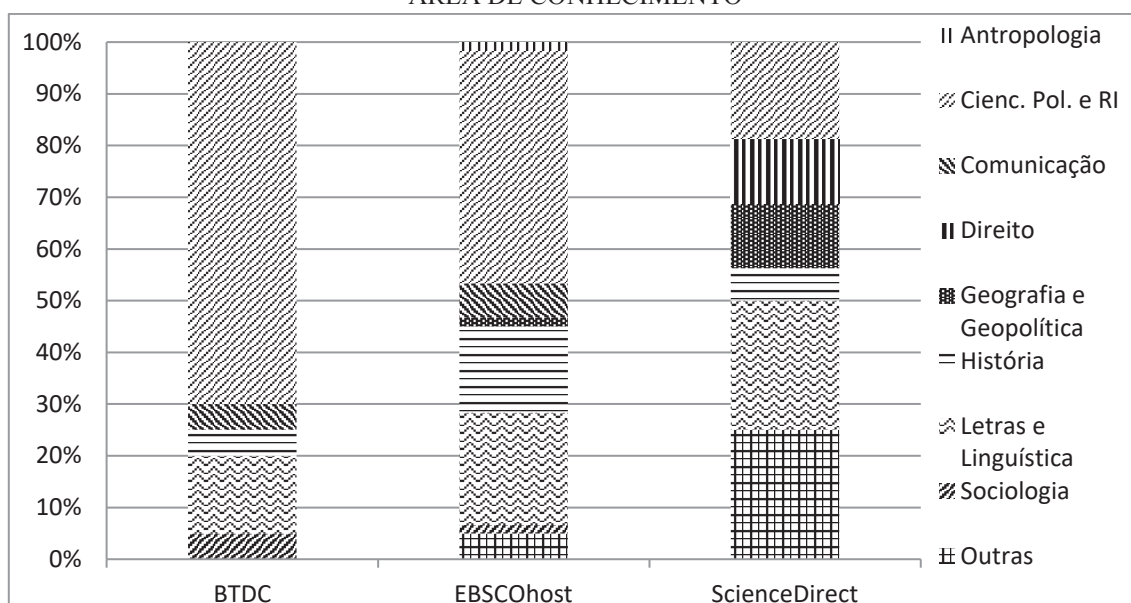
Fonte: O autor (2017).

Ainda que haja publicações anteriores àquelas raspadas nos bancos de dados em questão (CIOFFI-REVILLA, 1979; OLIVER, 1954; 1951; 1950), como apresentado a seguir, a quantidade de pesquisas científicas referentes a discursos diplomáticos ainda é baixa, em especial na área de Comunicação Política no Brasil, pois os anais de dois importantes congressos científicos da área – Compolítica e Compós – não apresentaram sequer uma publicação ao longo dos anos. No que diz respeito ao estudo de discursos políticos, as pesquisas nesses dois congressos versam sobre questões epistemológicas, discurso eleitoral, midiático, jornalístico, publicitário e questões de gênero, mas passam ao largo dos discursos diplomáticos.

Não obstante, conforme apresenta o Gráfico 1, a pesquisa em comunicação política “abrange terrenos e metodologias diversas que promovem intercâmbio entre campos do saber” (PANKE; CERVI, 2011, p. 396). Quanto à produção nacional, as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais são aquelas que mais apresentam estudos sobre discursos diplomáticos no Banco de Teses e Dissertações da Capes (BTDC), representando 70%.

Internacionalmente, a plataforma EBSCOhost foi aquela que mais apresentou estudos no tema, com um total de 60 artigos produzidos entre os anos de 1988 e 2016. Desses, as áreas que mais produziram foram Ciência Política e Relações Internacionais (45%) seguida de Letras e Linguística (22%). Já a plataforma ScienceDirect, apresentou um total de 16 pesquisas que foram desenvolvidas em campos de conhecimento diversificados.

GRÁFICO 1. PUBLICAÇÕES SOBRE DISCURSOS DIPLOMÁTICOS POR BASE DE DADOS E ÁREA DE CONHECIMENTO



Fonte: O autor (2017).

Vale mencionar que estudos específicos da área de Comunicação aparecem apenas no BTDC e na plataforma *EBSCOhost*, apresentando uma (5%) e quatro pesquisas (7%), respectivamente. Isso mostra que o campo de estudos em questão permanece não apenas pouco explorado, mas apresenta potencial para o desenvolvimento de pesquisas e aplicação de distintas metodologias. A fim de compreender de que forma as pesquisas existentes aproximam os discursos diplomáticos, a seguir são avaliadas aquelas que trazem relação direta com este trabalho.

Os autores Donahue e Prosser (1997), afirmam ter publicado o primeiro trabalho com propostas para a análise de discursos diplomáticos nas Nações Unidas. De forma ampla, eles revisam diferentes métodos possíveis para dar conta desse tipo de discurso e trazem diversas aplicações para a Análise do Discurso e Análise da Retórica. Por se apresentar como uma obra precursora na área, os autores propõem possibilidades de estudos sem, necessariamente, defender uma tese senão a da importância desse tipo de trabalho.

Há, contudo, estudos anteriores aos de Donahue e Prosser (1997), como os de Robert T. Oliver, publicados na década de 1950 (OLIVER, 1950; 1951; 1954) e de

Claudio A. Cioffi-Revilla, de 1979. Por trazer os primeiros estudos do gênero discursivo, Oliver apresenta mais prognósticos de pesquisa, sob a forma ensaística, do que resultados em si.

A partir de Oliver (1950), por exemplo, são propostas quatro possibilidades de estudo. A primeira dela é a análise da fala de qualquer diplomata, o que tornaria possível: (a) avaliar diferentes considerações a respeito de determinado tema; (b) observar métodos de apelo a diferentes públicos; (c) avaliar o sucesso em julgar e atrair o público em direção aos seus interesses; e (d) definir e delimitar a racionalização feita pelo orador, opção tomada neste trabalho ao analisar o conteúdo dos discursos brasileiros, conforme apresentado no capítulo metodológico (4.).

O segundo tipo possível é a análise de discursos relativos a quaisquer problemas diplomáticos, como a tentativa de estabelecer um acordo de paz entre as Coreias do Norte e do Sul, por exemplo. Uma vez que organizações internacionais possuem línguas oficiais para as quais os discursos são traduzidos, também existe a possibilidade de comparar os discursos de diferentes países a partir de fontes oficiais.

A terceira possibilidade é a análise da recepção e das reações dos públicos em diferentes países e/ou referente a diferentes discursos. Hodiernamente, isso poderia ser feito por meio do estudo de jornais, revistas, redes online e/ou de forma comparativa. A quarta possibilidade trazida pelo autor é a análise de determinada política governamental desde a sua apresentação, passando pelo seu desenvolvimento, ou florescimento como coloca o autor, culminando em sua conclusão ou abandono.

Cioffi-Revilla (1979), por sua vez, estuda o discurso diplomático sob uma ótica instrumental, analisando-o a partir de três perspectivas: canais, sinais-mensagens e redes. O autor propõe um complexo modelo para descrever o fluxo de comunicação produzido por discursos diplomáticos, que é descrito como não linear e sujeito a diversos ruídos. Ainda que a comunicação diplomática esteja sujeita à (má) interpretações, erros e julgamentos, o autor destaca a importância de dois processos em sua discussão: aquele de codificação, realizada pelo emissor – objeto desta pesquisa –, e o de decodificação, realizada pelo interlocutor.

Gorenc (2011) enxerga a diplomacia como comunicação e a linguagem como um meio ativo para criar ideias. O autor avalia as diferenças entre discursos

diplomáticos e discursos políticos, advogando que enquanto estes empregam uma linguagem “colorida” e rica em metáforas, aqueles deveriam utilizar uma linguagem neutra e menos implícita de modo a evitar desentendimentos entre interlocutores. Diferentemente de Oliver (1950), Gorenc (2011) não enxerga a possibilidade de contradições e linguagem voltada para o conflito nesse gênero discursivo.

O estudo de Yang (2014), por sua vez, defende que a imagem favorável de um país é um valor intangível que pode fortalecer a confiança e coesão de um povo. Com isso, o autor apresenta a construção da imagem nacional chinesa por meio de elementos étnicos e culturais e avalia as distintas plataformas pelas quais essa imagem foi construída, incluindo entre elas os discursos diplomáticos. Há, ainda, o estudo de Wiethoff (1981) que avalia as principais práticas dos discursos diplomáticos descritos por Nicolau Maquiavel, enfatizando características e estratégias retóricas dessa comunicação política.

Autores como Cervo e Bueno (2012) e Almeida (2006) utilizam os discursos brasileiros apenas como elementos de referência ao longo dos seus estudos sobre a Política Externa Brasileira (PEB). As análises desses autores são qualitativas e de forma não estruturada. Semelhantemente, Corrêa (2007) apresenta os discursos brasileiros proferidos em âmbito das Nações Unidas entre os anos de 1946 e 2006. Essa obra é apresentada como base para uma visão histórica da diplomacia brasileira, ou seja, o autor compilou, transcreveu, contextualizou e analisou os discursos. A publicação traz uma valiosa contribuição à historiografia brasileira, pois fornece uma contextualização das circunstâncias internas e externas nas quais o Brasil esteve imerso ao longo dos anos em análise.

Machado (2006), por sua vez, toma os discursos diplomáticos brasileiros proferidos nos governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, isto é, entre 1985 e 1999, para identificar operações ideológicas em função da inserção internacional do Brasil. A conclusão do autor é que ao longo desses quinze anos houve uma continuidade na condução da política externa brasileira no que diz respeito a estas operações ideológicas, especialmente ligadas ao apoio de políticas neoliberais, ao discurso de legitimação de um processo de abertura econômica.

Santos (2006) instrumentaliza uma Análise do Discurso a fim de analisar processos de construção de identidades, relações sociais e representações sociais a partir

dos discursos diplomáticos brasileiros. A partir da análise de formações discursivas, em especial nas declarações de finais de cúpulas presidenciais sul-americanas e na imprensa escrita, a autora avalia que há uma ressignificação narrativa do fenômeno “América do Sul”, como uma espécie de nova região do mundo, diferente da América Latina e que faz parte de um projeto de integração regional envolvendo aspectos econômicos, físicos, políticos e culturais.

Por meio da análise qualitativa descritiva dos discursos diplomáticos brasileiros durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, Rodrigues (2015, p. 6) “propõe uma reflexão sobre como o discurso diplomático estabelece um enredo para identidade nacional e colabora para a construção de uma narrativa de país”. Para demonstrar as inter-relações entre o discurso diplomático e a identidade nacional no auxílio ao desenvolvimento do mito nacional brasileiro, o autor desenvolve sua pesquisa a partir quatro categorias, a saber: América Latina; Brasil Africano; Brasil Emergente e Autoestima. Seriam esses os quatro principais eixos encontrados pelo autor nos discursos diplomáticos brasileiros relativos à identidade brasileira.

Também por meio de uma análise qualitativa, Barbosa (2011) apresenta seu trabalho investigando a importância atribuída ao sul-americanismo na política externa do Brasil nos discursos diplomáticos durante os governos de Lula da Silva (2003-2010). A autora conclui que “a consolidação da América do Sul, no entendimento do governo brasileiro, seria um processo chave na qualidade da inserção internacional do Brasil” (BARBOSA, 2011, p. 5).

A partir deste estado da arte é possível verificar que ao que tange os discursos diplomáticos brasileiros, parece haver mudanças nos discursos brasileiros que caracterizaram dois períodos distintos, marcado, pela atuação internacional do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Se até o fim do governo de Cardoso houve uma ênfase discursiva no que diz respeito ao neoliberalismo, a partir de Lula da Silva o destaque passa a ser dado aos países emergentes, em especial às Américas do Sul e Latina e ao continente africano, sendo que o Brasil se apresenta como potência e uma espécie de porta-voz dessa região.

Dos estudos encontrados, percebe-se a preferência dada a métodos qualitativos, caso da Análise do Discurso. Através da busca nos bancos de dados deste estado da arte, foi encontrado apenas um trabalho que emprega método de análise quantitativo.

Amparado na Análise de Conteúdo, Castro (2015) estuda o uso da palavra *paz* nos discursos do presidente egípcio Anwar Al-Sadat relativos ao Tratado de Paz entre Israel e Egito em 1978, revelando mudanças no uso do termo que foram condicionadas às intenções políticas do presidente em exercício.

Com base neste estado da arte, o capítulo seguinte descreve a metodologia utilizada para resolver o problema desta pesquisa, isto é, qual é o Brasil que os representantes brasileiros levaram para o mundo em seus discursos na abertura do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas no período da Nova República (1985-2017)? Assim, considerando a escassez de métodos qualitativos na análise de discursos diplomáticos, optou-se por empregar neste trabalho uma Análise de Conteúdo.

4. METODOLOGIA

A fim de analisar a imagem que o Brasil projetou de si mesmo no Debate Geral da Assembleia Geral da ONU entre 1985 e 2017, foram levantadas as seguintes questões: qual Brasil os representantes brasileiros levam em seus discursos para as Nações Unidas? É possível verificar uma linearidade pautada exclusivamente sob uma tradição diplomática e identidade brasileira acima de interesses governamentais (REIS, 2012; SANTOS, 2012)? Ou essa imagem se dá como reflexo da conjuntura social e política e histórica na qual o país encontra-se inserido, tanto nacional quanto internacionalmente, isto é, sujeita a alterações (MILANI; PINHEIRO, 2013; SARDENBERG, 2013)?

Partindo desses questionamentos iniciais, o objetivo geral delineado para este trabalho é analisar como os representantes brasileiros – presidentes da República ou ministros das relações exteriores – retrataram o Brasil no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas no período da Nova República, isto é, entre os anos de 1985 e 2017. Como objetivos específicos os seguintes: (i) mensurar as temáticas trabalhadas nesses discursos; (ii) identificar os perfis projetados pelo Brasil; e (iii) verificar se há rupturas ou continuidades nesses discursos.

A hipótese que orienta a pesquisa é a de que a imagem que o Brasil projetou de si mesmo em seus discursos diplomáticos a partir do governo Lula da Silva amparou-se mais em projetos de governo do que em uma tradição diplomática. Essa hipótese resulta da ideia de partidarização (FIGUEIRA, 2010) e de politização ruidosa (LOPES, 2017) da política externa brasileira, termos que descrevem a política externa pós-governo Lula da Silva como sendo tomada por política pública, isto é, sujeita a projetos políticos específicos dos partidos e das ideologias que estariam no governo.

Para a consecução desses objetivos, o objeto de estudo são os discursos diplomáticos brasileiros proferidos entre os anos de 1985 e 2017 em ocasião da abertura do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas. Assim, ao entender que independente de quem é o orador encarregado de discursar na tribuna, se chanceler ou presidente, é o Brasil quem está falando na ONU, as seções seguintes apresentam os métodos utilizados na coleta (seção 4.1.) e na análise de dados (seção 4.2.).

4.1. MÉTODOS DE COLETA DE DADOS

A fim de viabilizar a análise, a coleta dos trinta e três discursos proferidos entre os anos de 1985 e 2017 foi realizada a partir de duas fontes distintas. Uma vez que não foram encontradas todas as transcrições em sites oficiais do governo, optou-se pela transcrição realizada pelo embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa e publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil. Logo, os discursos de proferidos entre os governos de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso (1985 a 2002) foram transcritos por Corrêa (2007). Já os discursos realizados nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer, entre 2003 e 2017, foram coletados a partir do site oficial do Planalto (2017a), com exceção do discurso de Lula da Silva em 2006, que não se encontra nos arquivos digitais do Planalto⁵⁶ ou do Ministério das Relações Exteriores⁵⁷. Como solução, o discurso de 2006 foi coletado a partir de Corrêa (2007).

4.2. MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS: ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para avaliar os discursos dos representantes brasileiros na abertura do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas no período da Nova República (1985-2017) empregou-se a Análise de Conteúdo (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003; WEBER, 1990; TRIVIÑOS, 1987; BARDIN, 1977). A opção por esse método se deu por dois motivos. Em primeiro lugar, os discursos diplomáticos permanecem um objeto pouco explorado pela academia, em especial nas áreas de Comunicação e Comunicação Política, apresentando assim um objeto promissor para investigação. A segunda razão é que, conforme explica Nardin (2013), a análise de discursos diplomáticos pode ser pautada em métodos quantitativos ou qualitativos, e dada à escassez de análises com aproximação quantitativa, conforme apresentado na seção 3.3., a escolha deste trabalho foi por um método que possibilita ambas as abordagens.

⁵⁶ Disponível em: <www2.planalto.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁵⁷ Disponível em: <www.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 18 mar. 2018.

A Análise de Conteúdo, como proposta metodológica para a análise da comunicação, envolve uma série de técnicas “visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p. 42).

Triviños (1987) explica que a definição de Bardin (1977) traz consigo algumas peculiaridades essenciais à Análise de Conteúdo, como a de ser um meio para o estudo das comunicações entre homens com ênfase no conteúdo das mensagens. Para o autor, o ideal é utilizar este método para a análise de mensagens escritas, devido à sua estabilidade como “um material objetivo ao qual podemos voltar todas as vezes que desejarmos” (TRIVIÑOS, 1987, p. 60).

A Análise de Conteúdo pode ser utilizada tanto para estudos quantitativos como base para estudos qualitativos (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003; WEBER, 1990; TRIVIÑOS, 1987; BARDIN, 1977). Cappellet, Melo e Gonçalves (2003) explicam que, a partir da Análise de Conteúdo, os enfoques quantitativos têm sua atenção voltada para procedimentos capazes de mensurar frequências com que determinados elementos aparecem nas comunicações e suas possíveis significações. Por outro lado, as abordagens qualitativas preocupam-se com a presença ou ausência de características, ou conjunto delas, nas mensagens analisadas.

Embora seja possível a utilização de diferentes procedimentos para a execução de uma Análise de Conteúdo das comunicações, concorda-se com Bardin (1977) que propõe a utilização de “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 38). Desta forma, como técnica de Análise de Conteúdo optou-se pela análise temática ou categorial, que consiste no desmembramento do texto em unidades temáticas a fim de “descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação, preocupando-se com a frequência desses núcleos, sob a forma de dados segmentáveis e comparáveis” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 08). Neste trabalho, optou-se pelo desmembramento do texto em parágrafos, conforme previsto por Weber (1990), os quais foram previamente transcritos pelas fontes das coletas de dados (CORRÊA, 2007; PLANALTO, 2017b), e cuja subsequente categorização temática foi realizada conforme descrito a seguir.

Para explicitar, sistematizar e expressar o conteúdo das mensagens, isto é, para realizar o método de Análise de Conteúdo, Cappelle, Melo e Gonçalves (2003) e Triviños (1987) propõem três fases a partir de Bardin (1977): (1) a pré-análise; (2) a exploração do material; e (3) o tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A fase da pré-análise pode ser decomposta em quatro etapas: (a) a leitura flutuante; (b) a constituição do *corpus*; (c) a formulação de hipóteses e objetivos; e (d) a referenciação de índices e elaboração dos indicadores. A leitura flutuante é o momento em que se toma conhecimento e cria-se intimidade com o material de análise, que no caso desta pesquisa compreendeu na leitura dos discursos diplomáticos brasileiros que viriam a se tornar o *corpus* de análise. A constituição do *corpus* representa a escolha dos documentos que serão analisados, e “a organização do material de forma a responder critérios de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 06). Conforme apresentado na seção de coleta de dados, optou-se por analisar todos os trinta e três discursos de abertura do Debate Geral da AG proferidos pelo Brasil entre os anos de 1985 e 2017.

Em seguida, passa-se para a formulação de hipóteses e objetivos da pesquisa com pressupostos iniciais flexíveis que segundo os autores podem ser alterados conforme a evolução da pesquisa, os quais estão elencados no início do capítulo metodológico (capítulo 4). A última fase da pré-análise propõe a referenciação e elaboração de indicadores de análise. Weber (1990) explica que nessa etapa é necessário criar um esquema de códigos passível de teste.

Para cumprir com este requisito utilizou-se como referência temática as categorias propostas por Panke e Cervi (2011), originalmente desenvolvida para a análise de discursos eleitorais. Essa proposta vem sendo utilizado pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Eleitoral da Universidade Federal do Paraná (CEL-UFPR) e apresenta um rol consistente de trabalhos publicados (AZEVEDO JUNIOR; CASTRO; PANKE, 2017; PIMENTEL; NICHOLS; QUEVEDO, 2017; CASTRO, 2016; TESSEROLI, 2015; PANKE; CERVI, 2013).

Embora esta pesquisa analise um objeto distinto dos autores (PANKE; CERVI, 2011), é possível encontrar semelhanças entre os discursos eleitorais e diplomáticos. Ambos tratam questões da vida em sociedade, apresentando problemas ou apontando soluções, são orais e tem seu orador legitimado para falar em nome de um grupo

ideológico. Eles também possuem ambiguidades e espaço para autocontradição, no caso de mudanças políticas ou de posicionamento. Além disso, ambos podem adotar tons de confronto ou conciliação, hostilidade, amizade ou indiferença (PANKE; CERVI, 2011; PANKE, 2010; OLIVER, 1950).

Dito isso, na medida em que houve a necessidade de aperfeiçoamento das categorias⁵⁸, promoveu-se sua atualização, excluindo assuntos cuja ocorrência fosse nula na totalidade dos discursos diplomáticos, incluindo aqueles mais relevantes para este gênero discursivo e/ou justapondo aqueles que se complementavam. A seguir estão arroladas as oito categorias temáticas utilizadas na análise dos discursos brasileiros nesta pesquisa:

1. **País:** ênfase ao país do orador como protagonista das ações; ênfase à visão de mundo exposta em valores e ideias; interesse nacional e características do país; marcas retóricas relacionadas ao orador ou ao presidente; menções positivas a e uso de citações e ideias de líderes;
2. **Nações Unidas:** menções diretas à Organização das Nações Unidas (história, objetivos, valores, atuação, etc.) e aos principais órgãos, agências especializadas, presidentes da Assembleia Geral e secretários da organização (Secretário-Geral, Assembleia Geral, Conselho de Segurança, UNICEF, ONU Mulher, UNAIDS, etc.);
3. **Cooperação Internacional:** temas relacionados à existência ou à necessidade de diálogo, entendimento, integração ou cooperação entre nações (bi ou multilateral); interdependência entre nações; menções a organizações, blocos ou tratados regionais, inter-regionais ou internacionais (quando não ONU); globalização; multilateralismo;
4. **Segurança Internacional:** menções a guerras ou conflitos regionais ou internacionais (Guerra Fria; Balcãs; Oriente Médio; etc.); Operações de Paz; Terrorismo; crime organizado; acordos e tratados sobre controle de armas (ZOPACAS, OTAN, etc.);

⁵⁸ As categorias originais propostas por Panke e Cervi (2011) são: Saúde, Educação, Segurança, Religião, Infraestrutura, Meio-ambiente, Economia, Político-sociais, Relações internacionais, Lula, Candidato, Desqualificação, Brasil.

5. **Político Institucional:** menções à autodeterminação dos povos; modelos de governo; movimentos populares; relações entre poderes; regimes e sistemas políticos; espionagem; eleições; descolonização; etc.
6. **Economia:** temas relacionados à economia (protecionismo, subsídios, livre-comércio, crise econômica, políticas fiscal e monetária, desenvolvimento econômico e/ou sustentável, etc.); organizações internacionais e negociações (OMC, GATT, FMI, Rodada Doha, etc.); (sub) desenvolvimento econômico; acesso a e uso de tecnologia para o desenvolvimento;
7. **Meio Ambiente:** mudanças climáticas; efeito estufa; desmatamento; agricultura; acordos, convenções e tratados relativos ao tema (Protocolo de Quioto, Cúpula de Copenhague, Agenda para o Desenvolvimento, Rio 92, Rio+20, etc.); gestão da água, energia e saneamento;
8. **Direitos Humanos:** desenvolvimento social; bem-estar; fome; miséria; escravidão; tráfico de drogas e pessoas; aborto; imigrantes e refugiados; liberdade religiosa; menções a epidemias e pandemias (HIV, malária, ebola, etc.); esporte; lazer; cultura; uso da internet; educação; questões de gênero.

As oito categorias utilizadas para a análise foram desenvolvidas a partir da leitura do *corpus* (CORRÊA, 2007; PLANALTO 2016), de bibliografia sobre cada um dos temas e discussões com a orientadora deste trabalho, professora doutora Luciana Panke. A construção se deu amparada nas categorias propostas por Panke e Cervi (2011) e a adequação ao objeto deste trabalho ocorreu a partir das seguintes referências. A categoria País (1) teve como base autores que tratam do Brasil e sua participação no ambiente internacional e a importância da utilização de discursos (ALMEIDA, 2017; CERVO, BUENO, 2012; GOMES, 2011; LOPES, 2017; OLIVER, 1954; MILANI; PINHEIRO, 2013; MIYAMOTO, 2011; PANKE, 2010; RODRIGUES, 2015).

A categoria Nações Unidas (2) teve como referência autores que trabalham diretamente com a relevância da organização e com a sua evolução ao longo dos anos (HERZ; HOFFMANN, 2004; LOPES, 2007; MIGNOZZETTI, 2014; PETERSON, 2006; PIMENTEL, 2017; SEITENFUS, 2012; SILVA, 2013). A categoria Cooperação Internacional (3) foi pautada em autores que tratam da importância da cooperação entre nações (BULL, 2002; HERZ; HOFFMANN, 2004 1984; LIMA, 2005; SEITENFUS,

2012). Para a categoria Segurança Internacional (4) utilizou-se como base autores que descrevem os principais conflitos internacionais nas últimas décadas e as tentativas de resolução dos mesmos (CASARÕES; VIGEVANI, 2014; MAGNOLI, 2008; MAGNOLI; BARBOSA, 2013; NYE JR., 2007; WRIGHT, 1965).

No que diz respeito à categoria Político Institucional (5), sua construção foi amparada em autores que tratam de sistemas de governo, eleições e temáticas relacionadas (BEITZ, 1999; BOZZA; PANKE, 2013; CERVI, 2011; PANKE; CERVI, 2011; ROSENAU; CZEMPIEL, 2000). As temáticas Economia (6), Meio Ambiente (7) e Direitos Humanos (8) foram desenvolvidas a partir dos três eixos propostos para o Desenvolvimento Sustentável (Econômico, Ecológico e Social) estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (UNIC/Rio, 2015). Além disso, também se tomou como referência a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNIC/Rio, 2009), e específico para a temática Economia o autor Mazzucchelli (2008); para Meio Ambiente os autores Barros-Platiau, Varela e Schleicher (2004); e para Direitos Humanos o trabalho de Panke (2016).

As categorias, desenvolvidas após as leituras do referencial e dos próprios discursos, fase da pré-análise, não significam, *stricto sensu*, que essa é a imagem que o Brasil tem, mas servem como referencial para posterior compreensão de qual é o Brasil trazido em cada um dos discursos e daquilo que o governo decidiu trabalhar em seus discursos. É necessário destacar, ainda, que essas categorias servem como tipos ideais sob a perspectiva de Max Weber (1974, p. 345), ou seja, não são encontradas em sua forma pura, pois os tipos ideais não visam “forçar esquematicamente a vida histórica infinita e multifacetária, mas simplesmente criar conceitos úteis para finalidades especiais e para orientação”. Portanto, os parágrafos foram categorizados de acordo com a ênfase à temática.

Realizada a etapa de pré-análise em todos os seus procedimentos, ocorre em seguida a exploração do material, quando os dados brutos são codificados. Esse processo envolve o “recorte, contagem, classificação, desconto ou enumeração em função de regras previamente formuladas” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 06). Weber (1990) delimita seis possibilidades para a classificação temática,

descrevendo suas vantagens e desvantagens⁵⁹; a escolha para esta etapa foi classificar tematicamente cada parágrafo textual, conforme mencionado anteriormente.

A etapa de exploração do material se deu, a princípio, de forma individual pelo autor deste trabalho, que classificou um total de 2.024 parágrafos, o que equivale à soma de todos os parágrafos do *corpus*. Em seguida, para que fossem realizados testes de fiabilidade da classificação elaborada pelo autor da pesquisa, foi requisitado ao pesquisador e mestre Bruno Washington Nichols que classificasse amostras aleatórias dos discursos em diferentes momentos da pesquisa. No caso de incompatibilidade com a classificação inicial dada pelo autor, foram realizadas adequações às categorias temáticas para que a classificação se tornasse menos subjetiva possível. Esse processo de adequação ocorreu até o momento em que as classificações de todos os parágrafos aleatórios se deram de forma idêntica entre o autor e o pesquisador demandado.

A fase final é composta pelo tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação. Aqui, os dados brutos são “submetidos a operações estatísticas, a fim de se tornarem significativos e válidos e de evidenciarem as informações obtidas” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 06). Após as categorias temáticas serem identificadas ao longo dos discursos, ocorrem a mensuração e a conversão em porcentagem, momento em que o analista pode propor inferências e realizar interpretações a partir do quadro teórico e dos objetivos propostos, ou, ainda, se deparar com novas dimensões do material em análise (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003).

Nesse momento o estudo não apenas revela diferenças entre as mensagens, mas também demonstra como o conteúdo analisado pode, ou não, variar ao longo do tempo (WEBER, 1990). Nesse sentido, os dados encontrados permitem, conforme menciona Castro (2016), a realização de comparações entre a frequência de determinados temas num mesmo discurso, entre discursos ou entre governos, por exemplo. No caso desta pesquisa, é possível verificar quais foram os temas mais abordados por cada presidente, se houve continuidade ou rompimento entre a ênfase dedicada a esses temas em um mesmo governo ou na mudança de governos, se o uso de determinados temas esteve

⁵⁹ As possibilidades descritas por Weber (1990, p. 21-23) são: a palavra; o significado das palavras por unidade semântica; sentenças; temas; parágrafos; e o texto completo.

condicionado a eventos, etc. Assim, o capítulo seguinte apresenta a análise dos discursos propriamente ditos.

5. O BRASIL DAS NAÇÕES UNIDAS: ANÁLISE EMPÍRICA

A partir da apresentação do método de análise, este capítulo traz os principais resultados para o estudo dos discursos do Brasil no Debate Geral da Assembleia Geral da ONU ao longo da Nova República brasileira, que teve início no ano de 1985. Por meio da Análise de Conteúdo, ao mesmo tempo em que são apresentados os resultados obtidos, lança-se mão de inferências e interpretações desses dados, o que corresponde à terceira etapa do método de Análise de Conteúdo, conforme apresentado no capítulo metodológico (4.). É neste estágio, conforme explana Bardin (1977, p. 101), que é possível “propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos [sic] previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” a partir de dados significativos e válidos.

Desse modo, a Análise de Conteúdo está segmentada em duas seções, a primeira (5.1.) é dedicada ao estudo dos trinta e três discursos em conjunto, o que proporciona uma visão global daquilo que o Brasil tratou ao longo desse período. Na segunda parte (5.2.), cada subseção traz uma análise dos discursos e do contexto em que foram proferidos os discursos nos governos de cada um dos presidentes da República, de José Sarney até Michel Temer. Com base neste conjunto de observações, foi possível chegar à conclusão do objetivo desta pesquisa – a saber, qual é o Brasil que os representantes brasileiros levam em seus discursos no Debate Geral da Assembleia Geral da ONU entre os anos de 1985 e 2017 – por meio da confirmação ou refutação da hipótese apresentada.

5.1. ANÁLISE CONJUNTA: O BRASIL DE PRINCÍPIOS

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios [...] (BRASIL, 1988).

Com o fim do regime militar e com o processo de redemocratização no Brasil, o período que se iniciou com a denominada Nova República trouxe a necessidade de o país adotar uma nova Constituição. A convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, proposta pelos próprios deputados federais e senadores, e a sua instalação,

em 1987, resultou na promulgação da Constituição Federal de 1988, Carta Magna que resiste até os dias atuais, a despeito das inúmeras emendas que trouxeram significativas mudanças para o aparato político e normativo no país (PAULO; ALEXANDRINO, 2012).

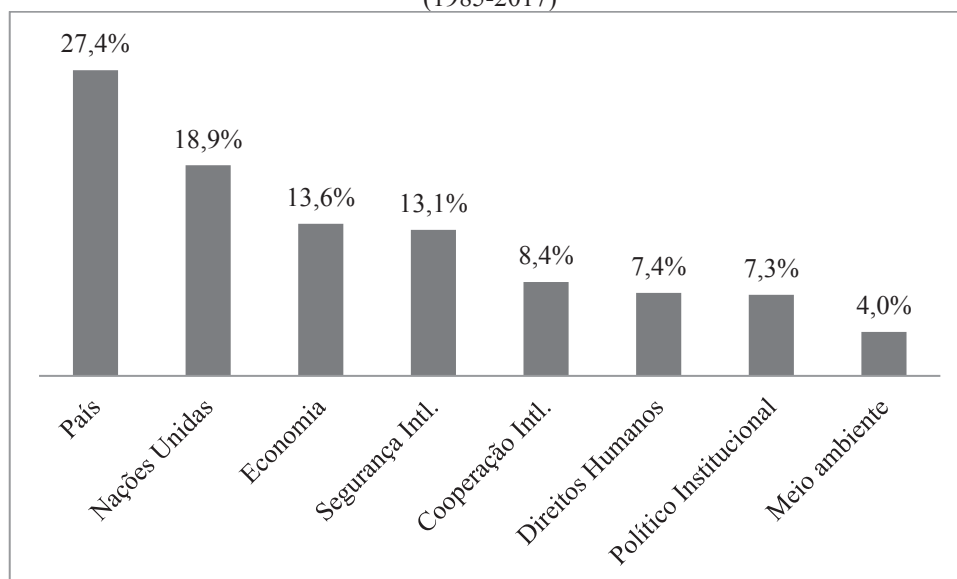
Com a previsão de diversas obrigações para o Estado, aquela que ficou conhecida como “Constituição Cidadã” também trouxe onze princípios que deveriam reger as relações do Brasil com o restante dos países do sistema internacional, conforme prevê o artigo quarto em seus dez incisos e parágrafo único⁶⁰ (BRASIL, 1988). Desse modo, conforme apresentado ao longo desta seção e explorado nas seções seguintes, é possível identificar a partir de um panorama geral desses discursos que o Brasil se posicionou ao longo do período como um país de princípios.

O gráfico abaixo (Gráfico 2) apresenta a média geral de presença das categorias temáticas em todos os discursos proferidos pelo Brasil no fórum em questão. Conforme explicitado no capítulo metodológico deste trabalho (4.), diversos temas podem estar presentes em um mesmo discurso, de modo que a classificação por categorias temáticas se deu parágrafo por parágrafo. A título de ilustração, se o primeiro parágrafo de dado discurso tratou de saudações ao Secretário-Geral da ONU e menções à organização, ele foi classificado como Nações Unidas, se o segundo parágrafo do mesmo discurso deu destaque às características do Brasil, este parágrafo foi classificado como País.

O processo acima descrito se deu em cada um dos discursos, de modo que o gráfico abaixo condensa a média de uso de cada uma das categorias temáticas em todos os trinta e três discursos do *corpus*. A partir dele, é possível verificar que, conforme apresentado na seção 2.1., o fórum da Assembleia Geral é utilizado pelo Brasil como plataforma para tratar tanto assuntos de *low*, quanto de *high politics*.

⁶⁰ Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (BRASIL, 1988).

GRÁFICO 2. MÉDIA GERAL DE PRESENÇA DAS TEMÁTICAS NOS DISCURSOS DO BRASIL (1985-2017)



Fonte: O autor (2018).

É possível verificar que a categoria País foi utilizada na maior parte das falas no período, ocupando uma média de 27,4% das referências. Esta categoria dá ênfase ao país do orador como protagonista das ações, à visão de mundo exposta em valores e ideias, ao interesse nacional e às características do país. Além disso, ela trabalha com marcas retóricas relacionadas ao orador e com o uso de citações e ideias de líderes para enfatizar seus próprios valores. Embora pareça natural que a ênfase dos discursos recaia no próprio país, não há um padrão para a utilização da categoria País; quando avaliadas ano a ano (Quadro 2 e 3), é possível verificar idiossincrasias em cada uma delas.

A segunda categoria mais utilizada ao longo do período foi Nações Unidas, com 18,9% do discurso dedicado a menções à organização, à sua história, objetivos, valores, etc. Também são considerados enunciados que destaquem os principais órgãos, fundos ou agências especializadas do sistema ONU, como é o caso da sua Assembleia Geral, Conselho de Segurança, UNICEF, ONU Mulher, entre outros. Porquanto o país fala no fórum desta organização, parece sintomática a ênfase dada a essa categoria. Uma vez mencionadas as temáticas que ocupam quase metade dos discursos (46,3%), os quadros abaixo (Quadros 2 e 3) permitem avaliar o resultado oriundo da classificação temática de cada um dos parágrafos dos trinta e três discursos preferidos entre os anos de 1985 e 2017, e também avaliar de forma geral o uso das categorias pelos oradores.

QUADROS 2 e 3. DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA NOS DISCURSOS DO BRASIL NA AGNU.

Presidente Mandato Orador	Sarney				Collor				Franco		Cardoso								
	1º		2º		1º		2º		1º		1º		2º		1º		2º		
Ano	Sarney	Sodré	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Tema	Sarney	Sodré	0,270	0,238	0,109	0,272	0,275	0,227	0,268	0,326	0,292	0,275	0,250	0,147	0,235	0,153	0,172	0,115	0,314
País	0,096	0,124	0,095	0,196	0,130	0,101	0,148	0,195	0,152	0,188	0,152	0,413	0,462	0,544	0,118	0,237	0,224	0,192	0,275
Nações Unidas	0,018	0,045	0,143	0,130	0,054	0,072	0,063	0,098	0,065	0,125	0,065	0,013	0,096	0,044	0,294	0,085	0,207	0,058	0,118
Cooperação Intl.	0,132	0,270	0,286	0,261	0,022	0,101	0,125	0,122	0,174	0,125	0,174	0,023	0,087	0,206	0,088	0,153	0,069	0,346	0,118
Segurança Intl.	0,088	0,079	0,095	0,022	0,130	0,130	0,102	0,073	0,196	0,104	0,025	-	-	0,015	0,044	0,254	0,034	0,077	0,059
Político Institucional	0,149	0,202	0,143	0,196	0,174	0,174	0,117	0,073	0,022	0,083	0,113	0,077	0,077	0,044	0,191	0,119	0,241	0,135	0,098
Economia	-	-	-	0,022	0,065	0,072	0,125	0,085	-	0,021	0,025	-	-	-	-	-	-	0,038	-
Meio ambiente	0,158	0,011	-	0,065	0,152	0,072	0,094	0,085	0,065	0,063	0,075	0,029	0,029	-	0,029	-	0,052	0,038	0,020
Direitos Humanos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Presidente Mandato Orador	Lula				2º				Rousseff				Temer					
	1º		2º		1º		2º		1º		2º		1º		2º			
Ano	Da Silva	Da Silva	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	MÉDIA
Tema	Da Silva	Da Silva	0,235	0,138	0,250	0,231	0,350	0,269	0,438	0,379	0,356	0,229	0,300	0,597	0,510	0,229	0,231	0,274
País	0,255	0,108	0,357	0,115	0,150	0,115	0,150	0,077	0,125	0,069	0,136	0,063	0,163	0,065	0,235	0,229	0,192	0,189
Nações Unidas	0,059	0,092	0,107	0,115	0,025	0,115	0,025	0,154	0,031	0,086	0,034	0,083	0,038	0,039	-	0,086	0,096	0,084
Cooperação Intl.	0,059	0,154	0,107	0,038	0,025	0,038	0,025	0,038	-	0,172	0,068	0,167	0,125	0,078	0,098	0,171	0,269	0,131
Segurança Intl.	-	0,108	0,071	0,038	0,025	0,077	0,025	0,077	0,031	0,103	0,034	0,083	0,188	0,013	0,020	0,057	0,019	0,073
Político Institucional	0,078	0,169	0,036	0,308	0,100	0,269	0,100	0,269	0,219	0,103	0,271	0,188	0,075	0,078	0,059	0,114	0,077	0,136
Economia	-	0,062	-	-	0,225	0,038	0,225	0,038	0,156	0,069	0,051	0,104	0,013	0,065	0,020	0,029	0,019	0,040
Meio ambiente	0,314	0,169	0,071	0,154	0,100	0,077	0,100	0,077	-	0,017	0,051	0,083	0,100	0,065	0,059	0,086	0,096	0,074
Direitos Humanos	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

FONTE: O autor (2017).

Com base nos quadros 2 e 3, é possível verificar que em termos de períodos de governo, a categoria País foi a mais utilizada nos mandatos de Fernando Collor de Mello, com uma média de 25,7%; Itamar Franco, com média de 30,9%; no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, média de 35,9% e nos dois mandatos de Dilma Rousseff, média de 39,8%.

No caso dos outros governos, houve ênfase somente em três discursos do governo José Sarney (em 1985, com 36%; em 1986, com 27% ao lado de Segurança Internacional; e em 1989, com 27%); em um do governo Fernando Henrique Cardoso (2002, com 31%); e no primeiro discurso de Michel Temer em 2016, (23%, juntamente com Nações Unidas). Vale mencionar que os primeiros governos de Cardoso (1995-1998) e de Lula da Silva (2003-2006) optaram pela ênfase a outras temáticas, sendo Nações Unidas e Cooperação Internacional no caso do primeiro e Direitos Humanos, Nações Unidas e Economia no caso do segundo.

Nesse sentido, enquanto discursos eleitorais dão ênfase a categorias que destacam aspectos positivos do candidato ao cargo eletivo (CASTRO, 2016), os discursos diplomáticos proferidos pelo Brasil não apresentam o mesmo padrão. Portanto, nesta pesquisa o destaque a si mesmo, ou seja, à categoria País não é recorrente ao longo do tempo ou em todos os governos.

Da mesma forma, embora existam semelhanças entre os discursos diplomáticos e os discursos eleitorais, conforme verificados em Panke e Cervi (2011), Panke (2010) e Oliver (1950) e apresentado na seção 4.2., não é possível afirmar que haja o mesmo raciocínio no que diz respeito ao repertório utilizado pelos oradores neste fórum internacional. Logo, o país não opta em todos os discursos pela terceira estratégia de posicionamento delimitada por Homs (2000 *apud* GALICIA, 2013), aquela em que os sujeitos políticos destacam as suas principais fortalezas.

A temática Nações Unidas foi a segunda mais utilizada no recorte temporal, com uma média de 18,9%. O destaque, todavia, foi dado no início do mandato de Cardoso, em 1995 (41%); 1996 (46%); e 1997 (54%); no terceiro ano do primeiro mandato de Lula da Silva, em 2005 (36%), e no primeiro ano de Temer em 2016 (23%, juntamente com a categoria País). Em relação a esses discursos, vale mencionar que à exceção do discurso de 2016, todos os outros foram proferidos pelo ministro das relações exteriores

no cargo, Luiz Felipe Lampreia no governo Cardoso e Celso Amorim no governo Lula da Silva.

Embora não seja um padrão de que em anos de aniversário da ONU o Brasil dedique mais tempo para falar da organização, os anos de 1995 e 2005 foram utilizados para falar sobre suas funções, passado, presente e futuro. O discurso proferido por Lampreia em 1997 dedicou mais do que a metade do tempo a esta categoria: houve uma evolução percentual que passou de 41% em 1995, para 54% em 1997, dando relevância ao espírito de liderança de personalidades que fizeram parte da história da organização, caso de Dag Hammarskjöld e Osvaldo Aranha. Em outras palavras, o Brasil ao apresentar figuras emblemáticas, trouxe à tona a necessidade de novas lideranças para a organização.

Em geral, as menções feitas a essa categoria têm relações com o anseio brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e são postos sob a forma de cobranças ou sugestões que rememoram o ideal de paz da organização. Assim, conforme explica Saxon (*apud* DONAHUE; PROSSER, 1997), uma vez que a ONU é reflexo das estratégias políticas de seus membros, o Brasil argumenta em prol de seus objetivos. Esse é o caso, por exemplo, da independência nacional e da igualdade entre Estados, princípios elencados em sua Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A principal crítica brasileira quanto à composição do CS está na sua representatividade, que reflete um cenário pós-Segunda Guerra Mundial, quando os vencedores herdaram os assentos permanentes do órgão, que dão direito, entre outros, ao veto em quaisquer tipos de votações. Eleito membro não permanente do CS pela primeira vez em 1946, o Brasil é um dos membros das Nações Unidas que mais ocupou o assento rotativo, por nove mandatos, número igualado somente pelo Japão (AMORIM, 2007). Embora Pimentel e Reis (2016) demonstrem, sob uma ótica qualitativa, que as demandas brasileiras pela vaga permanente aumentaram significativamente durante os governos petistas (2003-2015) em comparação com a era Cardoso (1995-2002), as menções quantitativas à ONU não seguiram o mesmo raciocínio.

A categoria Economia foi a terceira mais utilizada no recorte temporal, com uma média de 13,6%. Essa temática recebeu destaque em 2000 (24%) no governo de

Cardoso e ao longo dos governos de Lula da Silva, nos anos de 2004 (17%, ao lado de Direitos Humanos); 2006 (31%) e 2008 (27%). Esta é a categoria que versa sobre temas contíguos à economia como é o caso do protecionismo, livre-comércio, políticas fiscal e monetária, crises econômicas e financeiras, e de menções a organizações e negociações internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional, a Rodada Doha, etc.

Quanto a essa categoria faz-se necessária menção à OMC, cujo Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) recebeu no ano 2000 o maior número de demandas propostas pelo Brasil desde o seu estabelecimento em 1995. Somente em 2000, o Brasil foi reclamante de sete disputas comerciais, caso das demandas relativas a medidas de salvaguarda e antidumping contra os Estados Unidos (DS218 e DS217), México (DS216), Comunidades Europeias (DS219 e DS209), Turquia (DS208) e Argentina (DS190) (ARBIX, 2008; BRUNO; AZEVEDO; MASSUQUETTI, 2013).

Em 2004, os temores do mercado relativos à eleição de Lula da Silva pareciam estar superados uma vez que o presidente havia adotado um tom mais conciliador desde as eleições de 2002, mudando sua postura, cujo apelido tornou-se “Lulinha Paz e Amor”, e dando continuidade a algumas das políticas neoliberais do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso. Naquele ano a economia crescia, a geração de empregos batia recorde, a inflação começava a desacelerar e o real ganhava força em relação ao dólar (LA BOTZ, 2015; PLANALTO, 2014b; FIGUEIREDO; COUTINHO, 2013; PANKE, 2010).

O fato de o país ter quitado a dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em 2005 parece ter sido instrumentalizado no ano seguinte (2006) como aspecto favorável à menção de temas econômicos. Em 2008, a crise mundial exerceu forte influência sobre o discurso, pois foi o ano em que o cenário econômico mundial sofreu um dos mais severos abalos desde a crise de 1929 (MAZZUCHELLI, 2008)⁶¹.

A categoria Segurança Internacional, que versa sobre guerras ou conflitos regionais ou internacionais, operações de paz, terrorismo e acordos e tratados sobre controle de armas, foi a quarta temática mais empregada pelos oradores no recorte

⁶¹ Conforme Hobsbawm (1995), a Crise de 1929, que também ficou conhecida como A Grande Depressão, é considerada uma das maiores crises da história do capitalismo.

temporal, com uma média de 13,1%. O destaque, contudo, ocorreu nos anos 1986 (27%), 1987 (29%), 1988 (26%), 2001 (35%) e 2017 (27%). Em linhas gerais, a ênfase dada pelo Brasil não foi aos conflitos em si, mas sim à necessidade de solução e às tratativas e promessas de paz. Nesse sentido, é possível inferir que isto decorre do histórico pacífico do país que refletido, inclusive, em sua Magna Carta (PIMENTEL; REIS, 2016; CORRÊA, 2007; BRASIL, 1988).

Na década de 1980 o uso dessa temática destacou o fato de o Brasil ser participante em processos de desnuclearização e de pacificação de regiões específicas, a exemplo da criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e do Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe (Grupo do Rio), ambos em 1986. Enquanto este é um mecanismo que atuou tradicionalmente na consolidação da democracia na América Latina e que tem como pressuposto o trabalho dos Grupos de Contadora e de Apoio a Contadora na pacificação da América Central, aquele trata de manter a região do atlântico sul como uma zona de paz livre de armas nucleares (ABDENUR; NETO, 2014; SANTOS, 1992).

Em 2001, a categoria se referiu majoritariamente aos ataques terroristas orquestrados por Osama Bin Laden ao World Trade Center e ao Pentágono e aos desdobramentos desses atentados. Em 2017, por sua vez, conflitos regionais tomaram espaço no discurso, como o Afeganistão, Líbia e Iêmen, e em especial à questão nuclear envolvendo a Coreia do Norte.

Tanto o fato de Brasil ter aberto mão do uso de energia nuclear para fins não pacíficos, quanto os esforços no âmbito de cooperação e defesa são recorrentemente destacados pelos oradores, em especial sob a “tentativa brasileira de se tornar um *region-builder* no Atlântico-Sul” (ABDENUR; NETO, 2014, p. 8). Em outras palavras, o país valoriza, a partir de suas decisões no âmbito militar, a capacidade para assumir o protagonismo na região, o que o faria dele um interlocutor legítimo para galgar maiores objetivos no cenário internacional, caso do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos e o repúdio ao terrorismo, presentes na Constituição de 1988 são aspectos recorrentes nos discursos da Nova República (BRASIL, 1988).

Há, ainda, temas que aparecem de forma esporádica, mas que receberam destaque em anos específicos como é o caso de Cooperação Internacional, com uma

média de 8,4%, de Direitos Humanos, com uma média de 7,4%, de Político Institucional, com uma média de 7,3% e de Meio Ambiente, com uma média de 4%. É possível inferir que a ênfase dada a esses temas em momentos específicos é resultado de fatores conjunturais, como o uso do histórico de vida do presidente da República, caso de Lula da Silva em 2003 (31%) e 2004 (17%) que trouxe a sua trajetória de superação para destacar o tema dos Direitos Humanos e a luta contra a fome e a miséria, em especial por meio do Programa Fome Zero, que colocou o Brasil como um dos países com maior progresso nessa área⁶²; e de eventos esporádicos como o aperfeiçoamento dos processos democráticos na América Latina e as eleições em países como a Argentina, Chile, Uruguai e México no período contíguo a 1999.

Assim, no que diz respeito à Constituição Federal (BRASIL, 1988), a prevalência dos direitos humanos, o repúdio ao racismo, a cooperação entre povos para o progresso da humanidade, a concessão de asilo político e à integração da América Latina aparecem como elementos relevantes na análise das categorias supracitadas.

A categoria Meio Ambiente permaneceu utilizada de forma residual nos discursos, recebendo ênfase em anos cuja existência de grandes conferências relativas ao tema justificasse seu uso, caso da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Rio 92 – Rio de Janeiro, 1992), da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (Indonésia, 2007 e Dinamarca, 2009), e da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20 – Rio de Janeiro, 2012). Isso pode se justificar, pois, conforme destaca Bull (2002), a diplomacia é utilizada na condução de negociações entre Estados que buscam solucionar determinados imbróglios em conjunto de modo que essas nações optam por enfatizar um tema em detrimento de outros.

A partir destas considerações, as seções seguintes trazem a exploração individual dos discursos realizados ao longo dos períodos de governo de cada um dos presidentes da Nova República, organizados temporalmente.

⁶² Disponível em: <<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2014/09/16/brasil-reduz-a-pobreza-extrema-em-75-diz-fao.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

5.2. ANÁLISES POR GOVERNO: O BRASIL DE CADA PRESIDENTE

A análise conjunta dos discursos possibilitou verificar características contíguas a todos os discursos do Brasil, como é o caso do país tratar de temas de *high* e *low politics*, de exercer um papel de cobrança quanto a questões econômicas e à composição da ONU e do CS, e de apresentar-se como uma alternativa de liderança viável para o mundo, uma vez que a sua principal característica é apresentar-se como um país pacífico e de princípios.

Teoricamente, a inserção internacional do Brasil durante o período da Nova República pode ser caracterizada por três paradigmas que coexistem. Conforme descrito por Cervo (2003), esses paradigmas são: o Paradigma do Estado Desenvolvimentista; o Paradigma do Estado Normal (ou neoliberal); e o Paradigma do Estado Logístico.

O primeiro deles, o paradigma do Estado Desenvolvimentista, teve seu início ainda na década de 1970 e foi pautado essencialmente em duas variáveis: a industrialização e o crescimento econômico do país. Ao longo da década de 1980, a aplicação deste paradigma de inserção internacional do Brasil buscou preencher demandas internas e recuperar o atraso econômico, incentivando a inovação tecnológica em setores de ponta, momento em que o país visava “romper o modelo de dependência acoplada centro-periferia [...] com] mecanismos de superação de assimetrias internacionais navegando no próprio sistema capitalista”(CERVO, 2003, p. 14).

Durante os anos de 1989 e 1990 diversos presidentes neoliberais foram eleitos em n a América Latina⁶³ e deu-se início ao chamado Paradigma Normal, modelo de inserção que teve três elementos guiando as relações internacionais do Brasil: a superioridade militar dos Estados Unidos, a supremacia do mercado e a ideologia neoliberal (CERVO; BUENO, 2012). De acordo com Cervo (2003, p. 16) “o endividamento latino-americano dos anos 1980, cujo aumento deveu-se à elevação das taxas de juros durante os mandatos de Ronald Reagan, converteu os países da região em grandes esmoleiros internacionais” e resultou em algumas determinações externas⁶⁴: a

⁶³ Fernando Collor de Mello no Brasil; Carlos Salinos de Gortari no México; Alberto Fujimori no Peru; Carlos Saúl Menem na Argentina; Carlos Andrés Pérez na Venezuela; e Augusto Pinochet no Chile.

⁶⁴ Amado Cervo (2003, p. 16) destaca ainda que a “busca desenfreada de recursos externos abriu uma porta pela qual os comandos passariam. O denominado Consenso de Washington conjugou-se com exigências do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e dos governos, sobretudo o norte-

abertura de mercados de consumo, de valores, do sistema produtivo e de serviços, privatizações, e a proteção ao capital estrangeiro. A Era dos Fernandes⁶⁵ (1990-2002), como denominada por Cervo (2003), teve como ideia primordial a redução da funcionalidade do Estado que deveria, sucintamente, promover a estabilidade econômica e monetária.

Os dois mandatos de Cardoso ensaiaram a introdução do terceiro paradigma, o Logístico, que enxerga o Estado como provedor de apoio logístico aos empreendimentos, públicos ou privados, com o fim de robustecê-los em termos comparativos internacionais. Há, assim, uma (tentativa de) recuperação da autonomia decisória do Estado, foco na “interdependência implementando um modelo decisório de inserção autônoma. Seu escopo final [do Paradigma Logístico], a superação de assimetrias entre as nações, ou seja, elevar o patamar nacional ao nível das nações avançadas” (CERVO, 2003, p. 21).

Essa breve menção aos paradigmas da política externa brasileira, ainda que sumária, ampara a análise dos discursos brasileiros e da verificação se eles corroboram com a delimitação teórica proposta por Cervo (2003). Não obstante, como suporte também foi desenvolvido um quadro que apresenta a relação dos presidentes, chanceleres e oradores do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas no período (APÊNDICE 2) e uma linha do tempo sumária de eventos nacionais e internacionais a partir do Movimento das “Diretas Já”, um dos maiores movimentos populares do Brasil e que reivindicou eleições presidenciais diretas no ano de 1983 (APÊNDICES 3 e 4).

A partir das concepções apresentadas e do referencial teórico trabalhado ao longo desta pesquisa, as seções seguintes identificam e descrevem as peculiaridades concernentes aos discursos proferidos nos governos de cada um dos presidentes do Brasil entre os anos de 1985 e 2017. Para tal, a Análise de Conteúdo é tomada a partir da análise dos discursos de cada ano juntamente com a apresentação do contexto em que os oradores falaram à ONU.

americano. Os dirigentes da América Latina haveriam de seguir as instruções do centro, sem o que os empréstimos não seriam concedidos”.

⁶⁵ Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

5.2.1 José Sarney (1985-1989): O Brasil de Novas Possibilidades

Acreditamos que o Brasil consolida nesta América uma democracia nova, vencendo tantos desafios. Pela mesma razão, os brasileiros se expressam pela voz do seu Presidente, para sonhar o sonho de paz e de justiça, exorcizando o medo e levantando altares à esperança. (SARNEY, 1985 *apud* CORRÊA, 2007, p. 515).

José Sarney foi o primeiro presidente pós-regime militar e tornou-se responsável por assegurar as eleições presidenciais diretas de 1989. O sufrágio de 1985 ocorreu de forma indireta e teve como vencedora a chapa Aliança Democrática, composta por Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney (FL). Contudo, a transição para o regime democrático ainda esteve sujeita a imprevistos, uma vez que a posse do presidente recém-eleito, marcada para março daquele ano, não ocorreu (KINZO, 2001).

O reestabelecimento do governo civil ocorreu em meio a circunstâncias delicadas; o falecimento de Tancredo fez com que seu vice, José Sarney, tomasse posse. O governo deste foi resultado de acordos entre setores da oposição e dissidentes do governo, não tinha respaldo do voto popular e tampouco um plano de governo propriamente dito (KINZO, 2001). O novo presidente governou “sob forte presença da figura de Tancredo Neves, nomeando o ministério escolhido por este” (FAUSTO, 2012, p. 285).

O governo de Sarney teve como principais diretrizes a reforma política e o ajuste econômico proporcionado pelo Plano Cruzado, as “duas linhas-mestras [que] condicionariam a reinserção do Brasil no cenário internacional e as relações do Brasil com os seus principais parceiros” (CORRÊA, 2007, p. 443). De um lado as atenções se voltavam para a revogação das leis oriundas do regime militar e para a eleição de uma nova Assembleia Constituinte, marcada para 1986 que ficou responsável pela nova Constituição. De outro lado, o então presidente convocou a população a colaborar com o Plano Cruzado e lutar contra a inflação. Em linhas gerais, a inflação aumentou exponencialmente e a crise das contas externas levou o Brasil a declarar moratória em 1987 (FAUSTO, 2012).

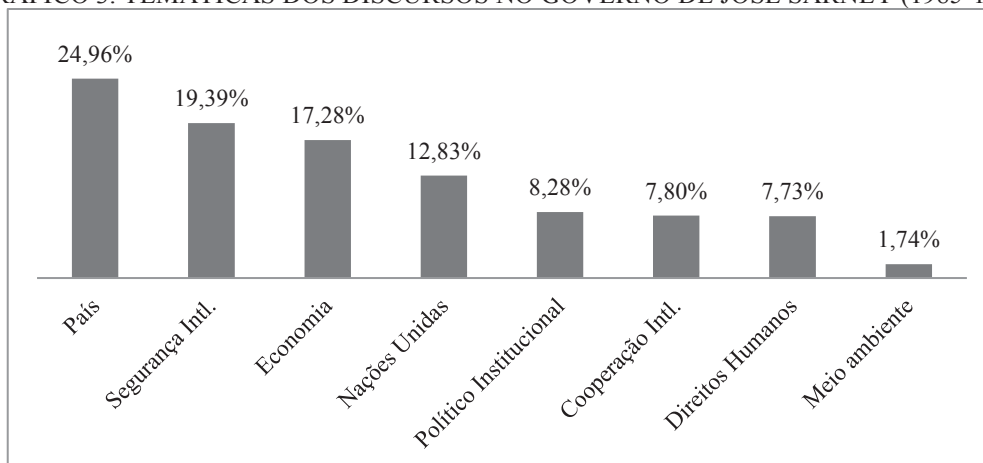
As eleições de 1986 proporcionaram maioria na Câmara e no Senado ao PMDB, com isso os trabalhos da constituinte começaram em 1987 e resultaram na promulgação da Constituição Federal de 1988, refletindo anseios e pressões de diferentes grupos da

sociedade. A nova Carta Magna trouxe avanços dos direitos sociais e políticos dos cidadãos e minorias, criou o *habeas corpus* e a previsão de um código de defesa do consumidor. Houve, contudo, críticas ao excesso de regras no texto constitucional e ao monopólio outorgado ao Estado em diversos setores, como petróleo, telecomunicação, energia elétrica e transportes (FAUSTO, 2012; KINZO, 2001).

Quanto aos discursos no Debate Geral ao longo do governo de José Sarney, os oradores empregaram todas as categorias, com destaque à País, com 24,96%, seguida de Segurança Internacional, com 19,39%, e Economia, com 17,28% (Gráfico 3). A ênfase às categorias País e Economia deu-se como resultado de serem as duas principais ideias que guiaram o país no período que sucedeu o fim do regime militar: a recuperação econômica e a reforma política (CORRÊA, 2007).

Embora a queda do Muro de Berlim tivesse ocorrido em 1989, o que simbolicamente representou o fim das tensões bipolares entre o mundo capitalista e o socialista, as distâncias entre os países do Primeiro e do Terceiro Mundo se acentuavam, tanto no campo econômico com a instabilidade cambial, o protecionismo, a “oligarquização dos foros decisórios”, quanto no campo militar com o aumento de conflitos armados regionais (CERVO; BUENO, 2012, p. 458).

GRÁFICO 3. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1989)



Fonte: O autor (2018).

Ainda que na média do período o país tenha utilizado todas as temáticas em seus discursos, verifica-se peculiaridades ao analisar as mesmas categorias anualmente,

como é o caso de ênfase a temáticas específicas e a completa ausência de outras em determinados momentos, conforme apresenta o quadro abaixo (Quadro 4).

QUADRO 4. TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE JOSÉ SARNEY (1985-1989)

Tema	Presidente Mandato Orador Ano	Sarney				
		1º				Sarney
		Sarney	Sodré	Sodré	Sodré	
		1985	1986	1987	1988	1989
País		0,360	0,270	0,238	0,109	0,272
Nações Unidas		0,096	0,124	0,095	0,196	0,130
Cooperação Intl.		0,018	0,045	0,143	0,130	0,054
Segurança Intl.		0,132	0,270	0,286	0,261	0,022
Político Institucional		0,088	0,079	0,095	0,022	0,130
Economia		0,149	0,202	0,143	0,196	0,174
Meio ambiente		-	-	-	0,022	0,065
Direitos Humanos		0,158	0,011	-	0,065	0,152
Total		1	1	1	1	1

Fonte: O autor (2018).

Em 1985, o então presidente José Sarney foi responsável por realizar a abertura da Assembleia Geral, dedicando 36% do tempo discursivo à categoria País, um possível reflexo da conjuntura pela qual o país passava somado à necessidade de apresentar um novo Brasil ao mundo, conforme trecho abaixo.

O Brasil acaba de sair de uma longa noite. Não tem olhos vermelhos de pesadelo. Traz nos lábios um gesto aberto de confiança e um canto de amor à liberdade. Quem é prisioneiro do passado não enxerga o futuro. Moisés não ficou de costas para a Terra da Promissão. (SARNEY, 1985 *apud* CORRÊA, 2007, p. 446).

Esse trecho apresenta um Brasil otimista que apesar do passado difícil vislumbrava novas possibilidades. O uso retórico da figura de Moisés, um líder, legislador e libertador do seu povo, não é arbitrário, pois ele é visto com respeito por diversas religiões – judaísmo, cristianismo e islamismo. É possível inferir que, ao mencionar o personagem tido como “um homem comedido e humilde, mais do que qualquer pessoa que havia na terra” (PETERSON, 2011, p. 195), o orador evoca características presentes no próprio país: um país que sabia o seu lugar no sistema internacional, mas que deveria ser respeitado pelas nações. O Brasil seria um país cuja

confiança faria superar as dificuldades e cujo passado trazia aprendizados para um futuro promissor e livre das amarras que o prendiam.

A segunda temática mais utilizada naquele ano, Direitos Humanos, esteve presente em 15,8% do tempo. Uma vez que no sistema internacional “dizer é fazer” (ONUF, 1989), a ênfase dada a esses temas justifica-se pelo fato de que o Brasil foi o primeiro entre os vizinhos latino-americanos a abandonar o regime militar de forma pacífica, o que tornou necessário ao orador apresentar um país cuja mudança tenha trazido novos valores à baila, caso da luta contra o racismo, a pobreza, a fome e a miséria, e a favor da liberdade, do bem-estar e da paz.

Para o então presidente José Sarney (1985 *apud* CORRÊA, 2007, p. 459) “liberdade e paz são o fim da miséria, da fome”. Não obstante, já em 1984 o país havia participado da elaboração da Declaração de Cartagena sobre Refugiados, que estabeleceu diretrizes e conceitos relativos aos direitos humanos e lançou o termo “violação maciça de direitos humanos” (BARRETO; LEÃO, 2010). Tais elementos viriam a servir de diretrizes à elaboração da Carta Magna de 1988: o país estava construindo discursivamente aspectos relevantes para sua apresentação no sistema internacional.

No que diz respeito à Economia, a temática aparece em terceiro lugar, com 14,6% do tempo. Isso se deu como reflexo da necessidade de ajustes econômicos no país, cujas tentativas malfadadas viriam a se concretizar nos anos seguintes por meio dos quatro distintos planos econômicos lançados por José Sarney durante o seu mandato presidencial⁶⁶. Embora Sarney apresentasse a condição econômica do seu povo “no limite do suportável”, ele destacou em tom de cobrança que o endividamento dos países latino-americanos passara a ser um problema global e a única solução seria “uma reestruturação profunda das estruturas econômicas internacionais.” (SARNEY, 1985 *apud* CORRÊA, 2007, p. 456).

Já no ano de 1986, o orador encarregado do discurso foi o chanceler Roberto de Abreu Sodré. Neste ano duas categorias foram as mais utilizadas: País e Segurança Internacional, ambas com 27%. Sodré, apresentou o Brasil como uma democracia que, a despeito de jovem, poderia ser vista como “avançada e irredutível, uma sociedade plena,

⁶⁶ Plano Cruzado (28 fev. 1986); Plano Cruzado 2 (22 nov. 1986); Plano Bresser (12 jun. 1987); Plano Verão (16 jan. 1989).

aberta, moderna e solidária.” (SODRÉ, 1986 *apud* CORRÊA, 2007, p. 466). O Brasil tentava se impor como um novo país, maduro, com identidade própria e que valorizava e respeitava outras nações.

A ênfase dada a questões de segurança se justifica pelo fato de o Brasil ter instrumentalizado o estabelecimento de mecanismos para a promoção da paz em favor da sua imagem como um país pacífico e disposto a cooperar no cenário internacional, como é o caso da ZOPACAS⁶⁷ e do Tratado de Tlatelolco⁶⁸, que objetivou tornar a América Latina a primeira zona sem armas nucleares. O país enxergava a perspectiva de uma corrida armamentista nuclear ou no espaço como um processo assustador, e reiterava a “política firme e decidida contra a proliferação de armas nucleares” (SODRÉ, 1986 *apud* CORRÊA, 2007, p. 473) levada a cabo pelo Brasil.

Ainda em 1986 houve uma redução no uso da categoria Direitos Humanos, com apenas 1,1% do tempo e um acréscimo à categoria Economia, com 20,2%. Essa ênfase à economia deu-se como reflexo da tentativa de José Sarney e da sua equipe de ministros de implantar os Planos Cruzado 1 e 2 a fim de estabilizar a economia do país. Além disso, também houve a participação do país na reunião do GATT⁶⁹, em Punta del Este, que almejava criar “negociações frutíferas e vantajosas para toda a comunidade internacional, que levem a uma ordem economia mais justa e eficaz” (SODRÉ, 1986 *apud* CORRÊA, 2007, p. 468). O acesso à tecnologia foi um dos aspectos colocados como essenciais para essa mudança, pois o Brasil como país do paradigma Desenvolvimentista (CERVO, 2003) buscava recuperar o seu atraso econômico incentivando o uso e demandando o acesso a novas tecnologias.

Em 1987, o chanceler Sodré foi novamente encarregado pelo discurso e a ênfase recaiu sobre a categoria Segurança Internacional, com 28,6%, seguida de País, com 23,8% e por Economia e Cooperação Internacional, ambas as categorias com 14,3% cada. A questão nuclear tomou espaço no discurso daquele ano, em especial com relação à esfera regional, na qual houve um entendimento definitivo levado a cabo pelos

⁶⁷ Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.

⁶⁸ Convencionalmente, o Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe ficou conhecido como Tratado de Tlatelolco.

⁶⁹ O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*General Agreement on Tariffs and Trade*), estabelecido em 1947 como o mecanismo responsável pela criação e gerenciamento das regras do sistema multilateral de comércio foi sucedido pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/132-organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, e José Sarney quando “da desconfiança gerada pelo desconhecimento passou-se à confiança baseada na cooperação” (CORRÊA, 2007, p. 479).

O Brasil despontava como membro ativo nas negociações de questões nucleares, pois somado ao entendimento com o presidente argentino, o país havia participado do estabelecimento da ZOPACAS, no ano anterior. Além disso, o Brasil se apresentou como um país que estava convencido de que poderia contribuir construtivamente com a ONU ao “apresentar sua candidatura a uma das vagas que cabem à América Latina no Conselho de Segurança” (SODRÉ, 1987 *apud* CORRÊA, 2007, p. 483). Esse papel de membro ativo em negociações nucleares e em prol da democracia, em especial na América Latina, poderia pesar positivamente colocando o país como um interlocutor legítimo da sua região geográfica.

A questão econômica esteve em pauta como resultado do esvaziamento dos Planos Cruzados e do estabelecimento do Plano Bresser, da moratória unilateral do Brasil e da suspensão dos pagamentos da dívida externa⁷⁰. O Brasil reivindicava mudanças no sistema econômico internacional ao se apresentar como “um país em desenvolvimento que não abdica desse direito [de realização e progresso] e que está convencido não só da justiça e legitimidade de suas reivindicações, mas também da viabilidade de seus objetivos no campo econômico e social.” (SODRÉ, 1987 *apud* CORRÊA, 2007, p. 483).

No que diz respeito à Cooperação Internacional, aspectos relativos a entendimentos bi e multilaterais estiveram em voga. O encontro entre representantes das duas Repúblicas da Alemanha⁷¹, o diálogo entre Ronald Reagan (Estados Unidos da América) e Mikhail Gorbachev (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) foram simbolicamente representativos para demonstrar o estabelecimento de uma nova ordem político-ideológica no sistema internacional. Não obstante, no ano anterior o Brasil havia assinado mais de trinta protocolos que viriam a conduzir as negociações à assinatura do tratado do Mercado Comum Brasil-Argentina de 1988. O país também tomava parte em diversos foros regionais, como a Associação Latino-Americana de

⁷⁰ Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/brasil-declara-moratoria-9948414>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

⁷¹ À época, a Alemanha estava dividida entre a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental, de sistema capitalista) e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental, de sistema socialista).

Integração (ALADI) e o Consenso de Cartagena. Aqui, o Brasil novamente se apresentava como um membro ativo na participação de mecanismos de cooperação da região da América Latina.

O discurso de 1988, proferido por Sodré, foi aquele que utilizou todas as categorias pela primeira vez ao longo do mandato do presidente José Sarney, dando destaque temático à Segurança Internacional (26,1%), seguida de Economia e Nações Unidas, ambas com 19,6%. Em seguida são utilizadas as categorias Cooperação Internacional (13%) e somente então a categoria País (10,9%). No ano da promulgação da Constituição Federal de 1988, a mesma foi utilizada para amparar o ideal pacífico do Brasil, conforme enunciou o chanceler.

Tão forte é o repúdio de nossos povos às armas de destruição em massa, tão firme é nosso propósito de desenvolver a tecnologia nuclear com fins exclusivamente pacíficos, que a nova Constituição brasileira consagrou importante preceito: todas as atividades nucleares em território nacional serão admitidas apenas para fins pacíficos e mediante aprovação do Congresso. (SODRÉ, 1988 *apud* CORRÊA, 2007, p. 494).

Essa ênfase discursiva ao uso de tecnologias para fins nuclear coaduna-se com o que versa a Constituição Federal no artigo 21, inciso XXIII, alínea a, ao imputar à União a responsabilidade de explorar serviços e instalações nucleares, desde que seja para fins exclusivamente pacíficos. Além disso, a Constituição brasileira elenca onze princípios que regem as relações internacionais do Brasil (dez incisos e o parágrafo único do artigo 4º), sendo que este ideal pacífico está explícito nos incisos VI que estabelece a defesa da paz, e VII, que estabelece a solução pacífica dos conflitos (BRASIL, 1988).

Ainda naquele ano ocorreu a primeira reunião dos Estados da ZOPACAS, e embora houvesse encaminhamentos promissores nas questões da África Austral, no Golfo e no Afeganistão, ainda havia tensões preocupantes na América Central (CORRÊA, 2007). Nesse aspecto, o país fez cobranças às Nações Unidas e seus Estados-membros, presentes na Assembleia Geral, a fim de que se aprimorasse a cooperação e a busca de soluções para os problemas relativos à segurança internacional e à economia.

O último discurso do governo de Sarney foi proferido pelo próprio presidente em 1989 e, novamente, foi bem pulverizado em termos temáticos. A categoria que apareceu com mais expressão foi País, com 27,2%, seguida de Economia, com 17,4% e de Direitos Humanos, com 15,2%. O Brasil foi apresentado como uma democracia que avançou 50 anos no mandato de Sarney, com plena liberdade, paz, ordem e com um Estado de Direito instalado.

Quanto à economia, segunda categoria mais presente, dois eventos específicos delinearam o discurso. No cenário nacional, Sarney lançou mais uma tentativa malfadada de estabilização econômica – o Plano Verão de 1989 –, e no cenário internacional, foi realizado o Consenso de Washington, que estabeleceu uma série de diretrizes neoliberais para os países subdesenvolvidos, em especial da América Latina. Evento tal ensaiava o desenvolvimento de um novo paradigma de inserção internacional brasileira, o paradigma Normal com suas diretrizes neoliberais (CERVO, 2003). Novamente, o então presidente trouxe cobranças às Nações Unidas e às nações mais poderosas política e economicamente, alegando que os esforços da década de 1980 foram inócuos no que tange à diminuição da desigualdade.

Chama atenção a ênfase dedicada à categoria Direitos Humanos, uma vez que em termos gerais tanto ela, quanto a categoria Meio Ambiente (6,5%) são temáticas residuais e que foram utilizadas com uma média de 7,4% e 4%, respectivamente, ao longo de todo o período analisado (1985-2017). Isso pode se justificar por dois motivos conjunturais. O primeiro é que o chamado “espírito de Cartagena” e a questão dos direitos humanos exerceu influência sobre a constituição brasileira, promulgada em março de 1988. A segunda razão é que a temática Meio Ambiente veio sendo utilizada a partir de 1988 como resultado das pressões exercidas internacionalmente sobre a política brasileira na Amazônia. Fatos como o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes e as inúmeras imagens de devastação ambiental da região que surgiram na imprensa internacional.

É possível inferir que essas decisões políticas em congruência com os discursos diplomáticos foram utilizadas a fim de realizar a gestão de crise, pois o uso desses temas pode ter sido realizado mais por questão de obrigação do que como estratégia do governo em si. Esse ponto sinaliza uma diferença entre o gênero discursivo diplomático em relação a outros como o eleitoral, pois ao tratar temas diferentes daqueles

geralmente utilizados, um país pode acabar optando por estrategicamente concordar com ações externas para não gerar conflitos ou prejudicar a sua própria reputação.

A fim de suavizar essa imagem na imprensa mundial, além de o Brasil tentar responsabilizar os países desenvolvidos pela maior parcela da poluição mundial e ter trazido à tona o êxito do Tratado de Cooperação Amazônica, o país se propôs a sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que viria a acontecer em 1992 (Rio 92).

Embora Corrêa (2007, p. 502) aponte que “a diplomacia brasileira evoluiu de uma postura defensiva para uma posição aberta e transitiva, adquirindo o Brasil credenciais de interlocutor essencial no encaminhamento multilateral das questões ambientais”, a consolidação dessa postura veio a se expressar com maior força somente nos discursos de Lula da Silva e Rousseff, conforme apresentado nas seções seguintes (5.2.5. e 5.2.6.).

Ao longo do governo Sarney, o Brasil se colocou como um participante ativo em negociações relativas à segurança internacional e em processos de cooperação regional, apontando como um interlocutor da América Latina. Apesar de recente democracia e das dificuldades enfrentadas nas áreas econômicas e de meio ambiente, o país foi apresentado como maduro e consolidado, com avanços significativos e identidade própria, cobrando mudanças em torno de temas como economia e segurança internacional.

Essa apresentação de um Brasil de novas possibilidades no governo Sarney coaduna, assim, com o paradigma Desenvolvimentista, proposto por Cervo (2003), quando o país buscou aliar industrialização e crescimento econômico. No que diz respeito a aspectos controversos, como direitos humanos e meio ambiente, o país buscou consolidar suas ações em prol de uma imagem positiva no sistema internacional, caso da promulgação da Constituição de 1988 e da promoção da Rio 92.

5.2.2. Fernando Collor de Mello (1990-1992): O Brasil que se Adapta

Adaptação criativa significa que estamos dispostos a trabalhar dentro da realidade internacional vigente, com todas as suas limitações, para encontrar novos patamares de convivência, superiores aos existentes. Visão de futuro é o elemento que nos inspira a ir além da ação pragmática e agir sobre ela para

aproximar a realidade dos ideais que nos movem. (LAFER, 1992 *apud* CORRÊA, 2007, p. 554).

Após um período de aproximadamente três décadas, em 1989 o Brasil teve sua primeira eleição presidencial pelo voto direto. Governador do Alagoas e herdeiro de um dos maiores conglomerados de comunicações do Norte-Nordeste do país⁷², o candidato Fernando Collor de Mello (PRN) foi apresentado como um jovem enérgico, que modernizaria o país e não coadunava com as “jogadas dos jaquetões da política” (CONTI, 1999, p. 13).

Ainda como governador, Collor de Mello deu início à sua guerra contra os marajás⁷³, e como presidente foi apresentado como aquele que daria fim ao nepotismo e salários robustos de servidores públicos. Quando tomou posse, a inflação ameaçava aumentar ainda mais do que os 80% ao ano, registrados em 1990 (FAUSTO, 2012; CONTI, 1999). Collor de Mello propôs, então, como metas do seu governo “controlar definitivamente a inflação e acabar com a corrupção” (CORRÊA, 2007, p. 517).

Os maiores problemas enfrentados pelo país estavam relacionados à economia. O então presidente anunciou, assim, um malfadado plano econômico que adotava um “modelo mais liberal de ampla abertura às importações, modernização industrial e tecnológica e preparou o país para a série de desestatizações que viriam nos governos seguintes” (RUSSO, 2013). Impulsionado pela tendência internacional do Consenso de Washington⁷⁴ e caracterizando o início do paradigma Normal (CERVO, 2003), Collor de Mello deu início à modernização do país por meio da abertura ao comércio exterior com a privatização de empresas estatais (RUSSO, 2013; FAUSTO, 2012).

No plano internacional, Collor de Mello assinou o Tratado de Assunção, que deu origem ao bloco do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. Ainda em 1992, ao mesmo

⁷² A Organização Arnon de Mello é proprietária de diversos veículos de comunicação na região Norte-Nordeste do país, entre eles a Gazeta de Alagoas e a TV Gazeta – afiliada da Rede Globo.

⁷³ De acordo com Fausto (2012), os marajás eram aqueles funcionários públicos que recebiam salários muito elevados.

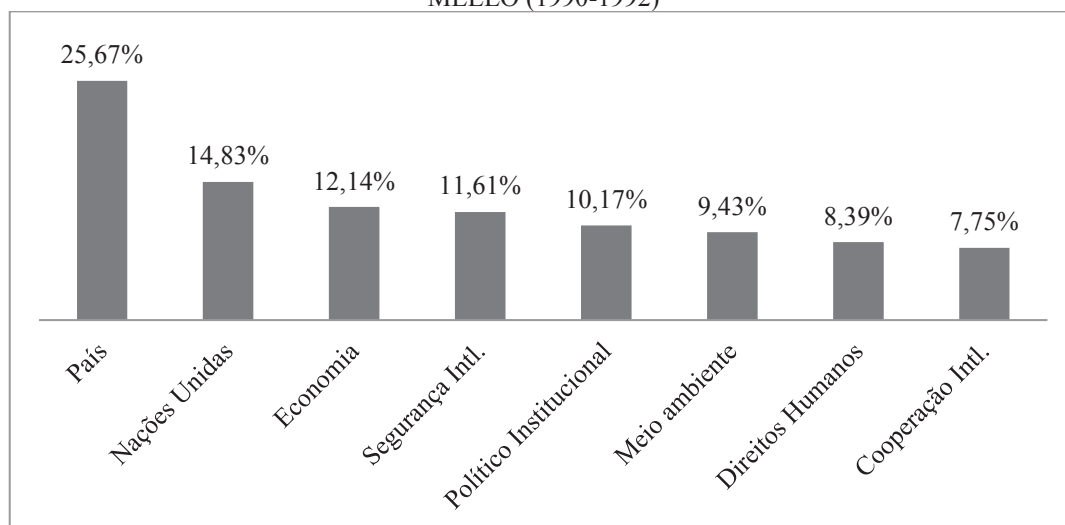
⁷⁴ O Consenso de Washington deu-se como resultado de deliberações realizadas na capital dos Estados Unidos da América em novembro de 1989 envolvendo o governo estadunidense, representantes de organizações financeiras internacionais (FMI, Banco Mundial e BID) e especialistas em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro era realizar uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região, que enfrentavam dificuldades em suas economias, e elaborar diretrizes neoliberais que pregavam um ajustamento macroeconômico dos países em desenvolvimento (RUSSO, 2013; BATISTA, 1994).

tempo em que um processo de impeachment era conduzido contra o presidente, o Itamaraty teve a responsabilidade de sediar a Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), “o maior evento diplomático do pós-guerra” (CORRÊA, 2007, p. 548).

Em linhas gerais, os anos 1990 marcaram o início da coexistência de três paradigmas da inserção do Brasil no sistema internacional – o paradigma Desenvolvimentista, o Neoliberal e o Logístico. Essa “dança de paradigmas” no período demonstra, de acordo com Cervo e Bueno (2012), as indefinições da agenda internacional brasileira no período em questão que, desistindo de fazer política internacional própria, adotou as reformas sugeridas pelo Consenso de Washington, que culminaram nos Planos Collor 1 e 2. A despeito de uma agenda internacional incerta, a “diplomacia brasileira manteve forte presença nos órgãos multilaterais” (CERVO; BUENO, 2012, p. 495).

É possível verificar ao longo dos três anos Collor de Mello que a ênfase discursiva no Debate Geral recaiu sobre as categorias País, com 25,67%, seguida por Nações Unidas, com 14,84% e Economia 12,14%. Além disso, conforme destacam Cervo e Bueno (2012), a diplomacia brasileira voltou-se para novos temas da agenda da globalização, caso dos direitos humanos e da ecologia, temáticas trabalhadas em 9,43% (Direitos Humanos) e 8,39% (Meio Ambiente) dos discursos (Gráfico 4).

GRÁFICO 4. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)



Fonte: O autor (2018).

É possível inferir que a pulverização nos discursos brasileiros, demonstrada no gráfico acima, seja resultado dessas indefinições na agenda brasileira. Há, contudo, de se destacar que ainda que as temáticas relativas ao Meio Ambiente e aos Direitos Humanos fossem novidades nas discussões internacionais, o Brasil já vinha trabalhando com elas ao menos desde o governo anterior, de José Sarney. Assim, a partir do quadro abaixo é possível confirmar que os discursos proferidos ao longo dos três anos de mandato de Fernando Collor de Mello foram pulverizados em termos de temáticas, de modo que todas as categorias foram utilizadas, com mais ou menos ênfase a depender do ano em questão (Quadro 5).

QUADRO 5. TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

Tema	Presidente	Collor		
	Mandato	1º		
	Orador	Collor	Collor	Lafer
Ano		1990	1991	1992
País		0,275	0,227	0,268
Nações Unidas		0,101	0,148	0,195
Cooperação Intl.		0,072	0,063	0,098
Segurança Intl.		0,101	0,125	0,122
Político Institucional		0,130	0,102	0,073
Economia		0,174	0,117	0,073
Meio ambiente		0,072	0,125	0,085
Direitos Humanos		0,072	0,094	0,085
Total		1	1	1

Fonte: O autor (2018).

Bem como seu antecessor, Collor de Mello optou por ele mesmo abrir os trabalhos do Debate Geral em 1990, dedicando 27,5% do discurso à categoria País, seguida por Economia, com 17,4%, e Político Institucional, com 13%. Como primeiro presidente eleito por meio de eleições diretas, Collor iniciou seu governo de forma bastante favorável e utilizou a ideia de modernização do país como “alavanca para uma série de alterações de rumo destinadas a transpor a atuação diplomática brasileira da vertente dos países em desenvolvimento para uma busca de compatibilização com os países desenvolvidos” (CORREIA, 2007, p. 517), conforme exemplifica o extrato a seguir.

O mandato que me conferiu o povo é o de promover a rápida modernização e a plena integração do país na economia internacional, para torná-lo mais competitivo e para que sua gente alcance os níveis de bem-estar a que seu

talento e operosidade lhe dão direito (COLLOR, 1990 *apud* CORRÊA, 2007, p. 521).

Apresentar o próprio país e as mudanças que vinham ocorrendo de forma otimista fez com que o presidente o centrasse sobre uma visão voluntarista e triunfalista, como observa Corrêa (2007). Em outras palavras, o Brasil viria a ser bem-sucedido ao buscar uma integração na economia internacional subserviente aos interesses globais, que se adaptasse dentro da realidade internacional.

Para o Brasil, “nenhum governo pode excluir-se, ou ser excluído, do debate sobre as perspectivas da ordem mundial” (COLLOR, 1990 *apud* CORRÊA, 2007, p. 521). Nesse sentido, aspectos Políticos Institucionais foram utilizados para demonstrar a vocação democrática do Brasil, trazendo forma ao tema como resultado das grandes mudanças que vinham ocorrendo relativas ao regime do *apartheid* na África do Sul, ao fim da Guerra Fria e ao encaminhamento para a dissolução da União Soviética e a reunificação da Alemanha.

Aspectos da Economia foram diretamente relacionados à Rodada do Uruguai e às negociações multilaterais em curso no GATT que se arrastavam desde 1986. O país buscava com isso apresentar uma postura do Brasil menos reivindicatória em relação aos países ricos e desenvolvidos. Ainda que fosse urgente uma solução definitiva para o problema da dívida externa, o orador apresentou sua demanda sem indicar responsáveis, afirmando que parecia ser “indispensável que um diálogo sério, franco e criativo nos traga soluções internacionais que permitam a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.” (COLLOR, 1990 *apud* CORRÊA, 2007, p. 526). Desse modo, o discurso de Collor tendeu a empregar um tom mais conciliatório, mais brando do que durante o governo do seu antecessor.

No ano de 1991, Collor de Mello foi novamente o responsável pelo discurso no Debate Geral, enfatizando as categorias País, com 22,7%, seguida por Nações Unidas, com 14,8%, e Segurança Internacional e Meio Ambiente, ambas com 12,5%. No que tange à Segurança Internacional, a paz como tema tradicional da diplomacia brasileira entrou em voga como reflexo da Guerra do Golfo, da Conferência de Madri sobre o

Oriente Médio⁷⁵, da constituição da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), do Acordo de Salvaguardas Brasil-Argentina e do Compromisso de Mendoza, com o qual Brasil, Argentina e Chile formalizaram o seu repúdio a armas químicas e biológicas. Tangente ao tema, o país se colocou como um exemplo na temática esperando “que, também em nível mundial, se celebre, em futuro próximo, acordo no mesmo sentido.” (COLLOR, 1990 *apud* CORRÊA, 2007, p. 543).

À luz da Conferência sobre o meio ambiente e desenvolvimento que viria a ser sediada pelo Brasil no ano seguinte (Rio de Janeiro, 1992), o então presidente apresentou o tema num tom de cobrança e vinculou-o à questão do desenvolvimento ao afirmar não ser possível “ter um planeta ambientalmente sadio num mundo socialmente injusto” (COLLOR, 1990 *apud* CORRÊA, 2007, p. 531). A Cúpula Mundial da Criança (Nova Iorque, 1990) a Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos (Viena, 1993) e a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) trouxeram a temática de Direitos Humanos à baila, utilizando 9,4% do tempo do discurso.

É válido notar que mesmo com importantes marcos na temática da Cooperação Internacional, como é o caso da assinatura do Tratado de Assunção, que formalmente estabeleceu o Mercosul, e do Tratado de Maastricht que viria a ser assinado ainda em 1991, a temática permaneceu à margem do discurso ocupando somente 6,3% do tempo. É possível inferir que essa relativa ausência da temática demonstra um país que, como resultado de uma agenda de inserção internacional indefinida, não pretendia ou não saberia como agir caso alçado ao papel de protagonista em negociações de nível global.

Em 1992, o responsável por proferir o discurso brasileiro foi o chanceler Celso Lafer. Naquele ano, Lafer dedicou 26,8% do tempo à categoria País, seguida por Nações Unidas, com 19,5%, e Segurança Internacional, com 12,2%. Ao falar sobre o país em meio ao processo de impeachment do então presidente, Lafer explicou que isso não poderia ser visto como uma anormalidade, e sim como algo natural de uma democracia plena e que permitia enfrentar crises e imprevistos sem que o texto constitucional fosse burlado, conforme trecho a seguir.

A democracia que hoje vivemos em toda sua plenitude no plano interno constitui garantia de estabilidade e coesão. [...] Permite-nos enfrentar crises e

⁷⁵ “A Conferência de Madri foi o ponto de partida do processo que culminou em 1994 com o reconhecimento por parte de Israel do Estado Palestino.” (CORRÊA, 2007, p. 531).

vicissitudes dentro da legalidade constitucional, ao mesmo tempo em que nos encoraja a defender seus princípios e métodos também no convívio com as demais Nações. (LAFER, 1992 *apud* CORRÊA, 2007, p. 553)

Além disso, o orador trouxe o aspecto democrático brasileiro como algo a ser expandido para o convívio com outros países. Nessa linha, a campanha pela eleição do Brasil por um assento não permanente do Conselho de Segurança da ONU deu forma na temática Nações Unidas. Outros temas importantes foram a Agenda para a Paz, desenvolvida pelo então Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, que incorpora elementos de uma diplomacia preventiva, promoção da paz e edificação da mesma em contextos pós-conflitos. Com relação a isso, o Brasil se colocou como disposto a “contribuir de maneira ativa e construtiva” (LAFER, 1992 *apud* CORRÊA, 2007, p. 556) para os reajustes do CS e apresentou suas credenciais como participante frequente das operações de paz das Nações Unidas.

A temática do Meio Ambiente foi menos enfatizada do que no ano anterior, passando de 9,4% para 8,5% do tempo. Essa redução do destaque à categoria aparece como aspecto relevante no discurso de Celso Lafer tendo em vista a possibilidade de uma articulação discursiva da Conferência Rio 92, a qual havia sido realizada em junho daquele ano no Rio de Janeiro. Essa conferência ocorreu de forma surpreendentemente positiva a despeito das condições conjunturais do país, caso do processo de impeachment do então presidente e da crise econômica pela qual atravessava o Brasil.

Nos três anos de governo de Collor o tempo dedicado à categoria Economia foi decrescente, passando de 17% em 1990, para 11,7% em 1991 e finalmente em apenas 7% em 1992. O país passou a adotar um tom mais brando com relação à temática, não apenas deixando de cobrar reiteradamente, mas também falando menos do que o governo de José Sarney. Além disso, as denúncias de corrupção e instabilidade econômica, que conduziram em partes ao impeachment do então presidente, podem ter feito com que o orador tentasse, retoricamente, desviar o foco para assuntos que não vinculassem aspectos negativos à imagem do país. Nesse período parecia preferível falar das Nações Unidas, de Meio Ambiente e Direitos Humanos.

O Brasil do governo Collor de Mello foi apresentado de forma mais conciliatório e brando do que o governo do seu antecessor, trouxe reivindicações apenas em áreas como Direitos Humanos e Meio Ambiente e adotou uma postura subserviente à lógica

internacional, principalmente em aspectos econômicos. Apesar disso, o país ainda se colocou como exemplo na questão de segurança e como um possível apoiador nas questões relativas à composição das Nações Unidas e seus órgãos. Dessa forma, ainda que o Brasil de Collor de Mello trabalhasse com uma visão de futuro que buscava aproximar um mundo ideal da realidade concreta, fazia-se necessário a adaptação do próprio país e dos seus objetivos à realidade internacional.

O governo de Collor de Mello terminou com a renúncia do presidente, resultado da pressão popular exercida pelo processo de impeachment. Tal pedido originou-se da insatisfação quanto às denúncias de corrupção, ao bloqueio de todos os depósitos bancários realizado pelo Plano Collor e à perda de apoio no Congresso (FAUSTO, 2012). A renovação proposta pelo caçador de marajás foi frustrada “pela persistência de métodos políticos tradicionais, a inflação ressurgiu com violência após o malogro do ‘Plano Collor’ e a corrupção chegou a níveis inéditos no Brasil” (CORRÊA, 2007, p. 518).

5.2.3. Itamar Franco (1993-1994): O Brasil Integrador

[...] estamos buscando solucionar nossos problemas macroeconômicos sem a tentação autoritária que se expressaria no recurso a expedientes tecnocráticos baseados em estruturas fechadas de tomada de decisão. [...] O caminho que percorremos – que percorre o Governo do Presidente Itamar Franco – é outro, talvez mais complexo e trabalhoso, mas, seguramente, mais democrático e mais capaz de produzir resultados consensuais e permanentes. (AMORIM, 1993 *apud* CORRÊA, 2007, p. 572).

Diferentemente de Collor de Mello, que havia se eleito por voto direto, Itamar Franco (PMDB) “foi alçado à presidência da República como uma contingência da crise de legitimidade que se abatera sobre o Poder Executivo” (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 10). O mandato transitório de Franco durou apenas dois anos e os objetivos do seu governo estiveram pautados na recuperação da normalidade institucional após o processo de impeachment e da capacidade administrativa do Estado, resultado da crise econômica. A consecução desses objetivos seria um processo trabalhoso, mas poderia produzir resultados permanentes.

A partir da posse de Franco a agenda do país foi marcada “pela recuperação da normalidade institucional e da capacidade administrativa do Estado” (CORRÊA, 2007,

p. 547). De acordo com Fausto (2012), o principal problema que o presidente teve de enfrentar foi o retorno da inflação, que ultrapassou os 36% ao ano em dezembro de 1993, e teve como solução o lançamento do Plano Real em julho de 1994.

A expectativa no cenário internacional era de que o Brasil voltasse a alçar uma postura de cunho nacionalista, mas o que se percebeu foi um projeto de inserção que caracterizasse o país como “continental (‘país baleia’), [...] uma nação com interesses múltiplos na dinâmica de globalização da economia mundial (*global trader*) e [...] um ator protagonista no processo de regionalização em curso no âmbito hemisférico (‘sócio privilegiado’)” (HIRST; PINHEIRO, 1995, p. 11).

Franco buscou encontrar um vetor que possibilitasse uma inserção ativa internacionalmente, esta agenda foi pautada na discussão de temas globais como direitos humanos, ecologia, narcotráfico e terrorismo e na proposta de que uma Agenda para o Desenvolvimento fosse acrescentada à Agenda para a Paz (HIRST; PINHEIRO, 1995).

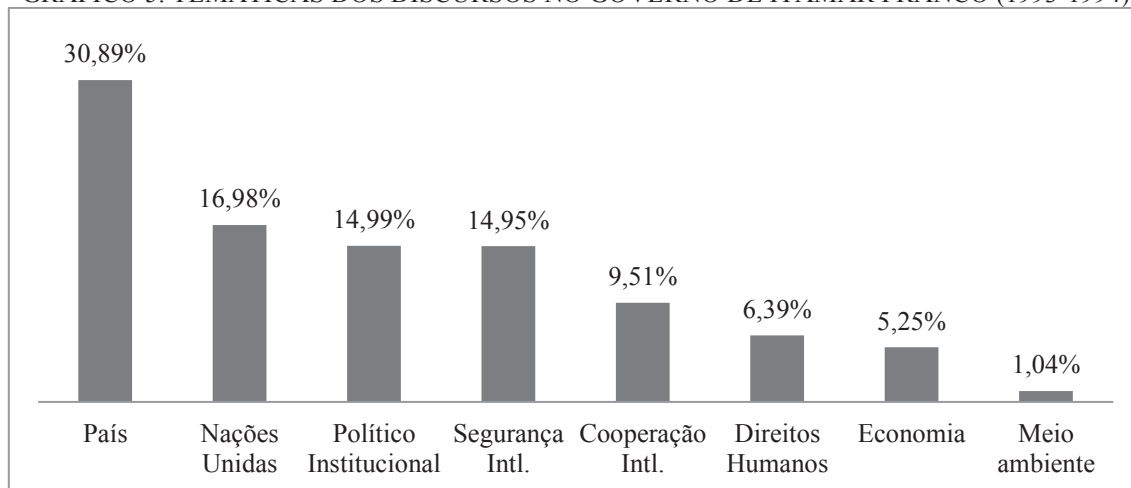
O então presidente também participou da institucionalização do Mercosul e do estabelecimento de uma tarifa externa comum para os quatro países membros à época (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), bloco que era um passo decisivo para dar maior coesão à região. Ao apresentar a proposta de uma Área de Livre Comércio das Américas (ALCSA), Franco semeou a ideia de uma maior integração da América Latina para além do Mercosul. Além disso, em 1994, a Rodada do Uruguai (GATT) foi concluída, culminando na criação da Organização Mundial do Comércio, cuja participação do Brasil viria a ser bastante ativa nas décadas seguintes (AMORIM, 2015).

Quanto aos discursos na Assembleia Geral, as categorias temáticas mais utilizadas no mandato de Itamar Franco foram, em primeiro lugar País, com 30,89%, seguida por Nações Unidas, com 16,98%, Político Institucional, com 14,99%, e Segurança Internacional, com 14,95% (Gráfico 5).

A maneira pela qual o Brasil enfrentou a crise institucional decorrente do afastamento do presidente Fernando Collor serviu como plataforma para apresentar o país como uma democracia que serviria de exemplo para o restante do mundo. Essa perspectiva indicava uma necessária democratização das relações internacionais, em especial naquilo que diz respeito às Nações Unidas que, quando trazida à pauta, foi

cobrada com relação à reforma da Carta de São Francisco e à necessidade de sua atualização, tendo em vista o cinquentenário da organização.

GRÁFICO 5. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1993-1994)



Fonte: O autor (2018).

Crises institucionais em países como o Haiti, Argélia, Moçambique e Timor-Leste, os crescentes movimentos integracionistas islâmicos no Egito e o Tratado de Paz entre Israel e a Organização para a Liberação da Palestina (OLP) fizeram da questão Político Institucional tema relevante nos discursos do período Itamar. Interessante notar, ainda, que alguns temas perderam relevância, caso do Meio Ambiente, com apenas 1,04%, e de Economia que, embora indicasse melhora sob os auspícios do Plano Real orquestrado, em 1994, pelo então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, foi um tema utilizado em apenas 5,25% do tempo.

Analizados de forma individual, ambos os discursos para o Debate Geral proferidos no mandato de Franco foram realizados pelo ministro Celso Amorim, e enfatizaram a categoria País, tanto em 1993, quanto em 1994, com 32,6% e 29,2%, respectivamente. No entanto, a diferença entre eles reside no fato de que, se em 1993 deu-se prioridade às temáticas Político Institucional (19,6%) e Segurança Internacional (17,4%), em 1994 a ênfase recaiu sobre as categorias Nações Unidas (18,8%), e Cooperação Internacional junto de Segurança Internacional, cada uma com 12,5% (Quadro 6).

QUADRO 6. TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE ITAMAR FRANCO (1993-1994)

Tema	Presidente	Franco	
	Mandato	1º	
	Orador	Amorim	Amorim
Ano		1993	1994
País		0,326	0,292
Nações Unidas		0,152	0,188
Cooperação Intl.		0,065	0,125
Segurança Intl.		0,174	0,125
Político Institucional		0,196	0,104
Economia		0,022	0,083
Meio ambiente		-	0,021
Direitos Humanos		0,065	0,063
Total		1	1

Fonte: O autor (2018).

A ênfase dada às categorias País e Político Institucional no discurso de 1993 pode ser vista como reflexo da conjuntura pela qual passava o Brasil, um país recém-redemocratizado, que em menos de uma década vivenciou grandes manifestações contra corrupção e em prol do afastamento de um presidente que havia sido democraticamente eleito. Ainda naquele ano o país viria a decidir via plebiscito sobre o sistema de governo a ser adotado a partir dali, entre parlamentarismo e presidencialismo, vencendo este.

O ministro Celso Lafer instrumentalizou esses elementos ao apresentar o Brasil como um país apto a lidar com esse tipo de situação e, ao mesmo tempo, apontou para a necessidade e possibilidade de transpor características e procedimentos democráticos de sociedades nacionais para o sistema internacional, conforme apresentado a seguir.

[...] o Brasil inscreveu uma nota [...] na evolução das instituições políticas. Estou seguro de que a forma pacífica e estritamente legal e constitucional como ocorreu a transição no Brasil será uma referência necessária nos livros que se venham a escrever sobre a História da Democracia em nosso tempo. E reitero: tal façanha [...] se iniciou e se completou, não como fruto de algum tipo de pressão externa ou para atender alguma ação inspirada por padrões de governabilidade impostos de fora, mas única e exclusivamente como resultado do mais profundo sentimento de cidadania compartilhado pelos brasileiros de todas as classes sociais. (AMORIM, 1993 *apud* CORRÊA, 2007, p. 571).

A experiência do Brasil na construção da paz e da confiança foi novamente lembrada por Amorim, destacando que “nenhuma outra nação tem tido relação ininterrupta de paz e cooperação por tanto tempo com tão números vizinhos”

(AMORIM, 1993 *apud* CORRÊA, 2007, p. 576). Recaiu sobre o ministro o papel de “corrigir o grave equívoco político e estratégico de ver o Sul como área de instabilidade internacional” (AMORIM, 1993 *apud* CORRÊA, 2007, p. 577), e apresentar a América Latina como um exemplo de processos de cooperação bem-sucedidos.

Ainda que o país vivenciasse episódios de extrema violência e afrontamento aos direitos humanos, caso das chacinas da Candelária e de Vigário Geral, a delegação brasileira presidiu o comitê plenário da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993), encarregado da redação da Declaração Final (CERVO; BUENO, 2012, p. 500) e o tema foi utilizado em 6,5% do discurso. O Brasil, ciente dos problemas nessa área almejou projetar a postura de um país não aguardava pela solução dessas questões de forma passiva. Amorim viria a afirmar que o país buscava “solucioná-los [os problemas relativos a Direitos Humanos], de forma radical, isto é, atacando suas raízes sociais e econômicas, há que cuidar de seus aspectos mais imediatos.” (AMORIM, 1993 *apud* CORRÊA, 2007, p. 572).

Com a economia em crise e com a taxa de inflação alcançando quatro dígitos ao ano, o orador optou por não falar muito a respeito do tema Economia, que representou apenas 2,2% do discurso, mas trouxe a necessidade de uma contrapartida aos esforços de liberalização do Brasil e demandou a conclusão da Rodada Uruguai.

Em 1994, o discurso de Celso Amorim à Assembleia Geral foi mais pulverizado se comparado ao ano anterior, sendo cinco as categorias que tiveram uma presença maior do que 10%, a saber, País (26,8%), Nações Unidas (18,8%), Cooperação Internacional, (12,5%), Segurança Internacional (12,5%) e Político Institucional (10,4%).

A visão do país relativa à paz e à ordem mundial foram marcas trabalhadas pelo país em conjunto com sua presença no Conselho de Segurança e com a necessária ampliação do mesmo. Desta forma, o país se apresentou como um país pacífico e pronto a dar a sua contribuição naquilo que acreditava serem as funções das Nações Unidas. O Brasil enfatizou, contudo, que a paz só poderia ser construída com o desenvolvimento, o qual deveria ser efetivado a partir do reconhecimento de que “cada país [é] o principal agente de sua própria prosperidade, [...] capaz de integrar as várias vertentes de sua dimensão internacional, em matéria de comércio, de investimentos e de fluxos de tecnologia” (AMORIM, 1994 *apud* CORRÊA, 2007, p. 585-6). O papel do Brasil no

cenário internacional estaria, dessa forma, na sua força conciliadora não limitada à região geográfica da América Latina, no seu poder de diálogo e em sua afirmação democrática.

Os esforços de cooperação política e econômica do Brasil não se esgotam na América Latina. De vocação universal, nossa diplomacia tem-se empenhado em consolidar e aprofundar os laços que nos unem a países amigos em todos os quadrantes do globo, assim como em desenvolver novas e importantes parcerias políticas e comerciais. [...] temos procurado elevar nosso diálogo a patamares cada vez mais elevados e, em muitos casos, estabelecer relacionamentos dinâmicos e privilegiados. (AMORIM, 1994 *apud* CORRÊA, 2007, p. 589).

Desse modo, a criação do Mercosul, em funcionamento desde 1991, e a estruturação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que viria a ser fundada em 1996, foram exemplos nos quais a participação do país trouxe bons frutos sob a ótica da cooperação internacional. Em termos de Segurança Internacional, ainda que o Brasil enxergasse com bons olhos o encaminhamento dos conflitos na África Austral, no Oriente Médio, na América Central e no sudeste da Ásia, houve naquele ano a menção aos genocídios em Ruanda e na Bósnia-Herzegovina, vistos como signos trágicos e desafios para todos os povos. Para Amorim (1994 *apud* CORRÊA, 2007, p. 582), “o balanço desses últimos anos, embora precário e imperfeito, é positivo. A causa da paz conheceu avanços significativos”.

Ainda que questões institucionais fossem vistas como desafios a serem superados, já era possível perceber alguns avanços. Esse era o caso da resolução das crises em Moçambique, Haiti, Timor-Leste, do fim do regime do *apartheid* na África do Sul e da queda do Muro de Berlim; eventos que foram mencionados como incentivos para que a comunidade internacional, em especial a ONU, continuasse contribuindo, afinal, já era “tempo suficiente para avaliar o caminho percorrido e, sobretudo, para traçar planos que nos conduzam a bom porto.” (AMORIM, 1994 *apud* CORRÊA, 2007, p. 582).

Por fim, ainda que a categoria Economia tenha sido mencionada em apenas 8,3% do discurso, a ênfase foi dada a questões internacionais, como a globalização da economia, o livre comércio e a Rodada Uruguai. Essas questões foram colocadas como problemas de todos, dos países do Norte e do Sul, e a retórica utilizada afirmou que acreditar que os ricos estariam imunes a problemas dessa espécie seria “acreditar que o

incêndio que consome a casa do vizinho jamais ultrapassará as cercas de nossa casa” (AMORIM, 1994 *apud* CORRÊA, 2007, p. 586). Todavia, o plano Real que havia sido lançado naquele ano nem sequer foi mencionado no discurso de Amorim.

Nos anos Franco, a vocação pacífica do Brasil de princípios foi utilizada como exemplo positivo da identidade brasileira a fim de promover a imagem de um país que por opção própria abdicou com sucesso do uso nuclear. A imagem de um país ativo também foi apresentada em relação aos direitos humanos, pois o Brasil, ciente dos seus problemas na área não ficou esperando soluções virem de fora, afirmou que estava empenhado em resolvê-los.

Na área econômica, parece que houve um silenciamento dos problemas que o país passava e embora não tenha tomado a responsabilidade para si, o Brasil apresentava-se como um país integrador o qual buscava soluções pela cooperação com outras nações. Assim, os esforços de cooperação e integração, trazidas nos discursos diplomáticos à ONU e empregados como uma vocação universal do país coadunam-se com a marca do Governo Federal utilizada por Itamar Franco, pois o slogan do então presidente era “Brasil – União de Todos”, conforme apresentado na subseção 3.1.1.

5.2.4. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002): O Brasil de Diálogo

Posso dizer com grande satisfação que, graças a avanços concretos, e não por mero voluntarismo, pudemos ampliar o diálogo e a cooperação com nações amigas de todo o mundo, desenvolvidas e em desenvolvimento. (LAMPREIA, 1993 *apud* CORRÊA, 2007, p. 613).

Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) foi o primeiro presidente a governar o Brasil por dois mandatos consecutivos e “nutria suas ideias e decisões com a filosofia política do neoliberalismo” (CERVO; BUENO, 2012, p. 525). A vitória no primeiro turno das eleições de 1994, com aproximadamente 54% dos votos válidos, veio como resultado da estabilidade monetária decorrente do Plano Real cuja receptividade da população foi decisiva para sua vitória (CORRÊA, 2007; FAUSTO, 2012).

Conforme destaca Fausto (2012, p. 293) ainda que a oposição, e em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), classificassem o Plano Real como um “engodo eleitoral” que logo provocaria recessão, “a grande massa teve um aumento de seu

poder de compra, graças à sensível queda da inflação, por anos seguidos”. A estabilidade e a durabilidade resultantes deste plano econômico foram essenciais para a consolidação de uma imagem de renovação e resiliência, e para o desenvolvimento econômico e social do país sob a administração de Cardoso que, por maiores as dificuldades, superou uma sucessão de crises econômicas, caso da crise do México (1995), Ásia (1997) e Rússia (1998) (KINZO, 2001). Com apoio do Congresso, o governo deu continuidade às privatizações iniciadas por Collor de Mello e às reformas constitucionais, como aquelas que permitiram a sua reeleição em 1998 (RUSSO, 2013; CORRÊA, 2007).

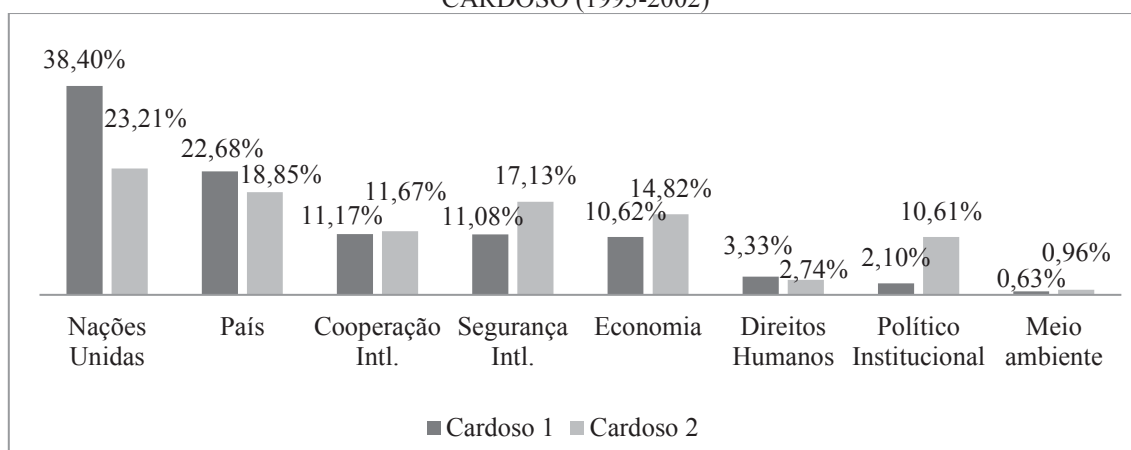
A partir do segundo mandato de Cardoso, houve esforços relativos à criação e desenvolvimento de Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), os quais podem ser entendidos como um “modelo de intervenção que promove o alcance desses dois objetivos: suprir as necessidades das pessoas por meio de transferências de renda, e desenvolver suas capacidades por meio do investimento em capital humano” (BECKER 1964 *apud* COTTA; PAIVA, 2010, p. 57-8). Como resultado, em 2002, conforme destacam Cotta e Paiva (2010), havia sete programas de transferência de renda em funcionamento, a saber: o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa Renda, o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Local e Humano, o Bolsa Qualificação e o Auxílio Gás.

No âmbito externo, a estabilidade do Brasil e o aumento das viagens presidenciais permitiram ao país fortalecer relações políticas, econômicas e financeiras com parceiros desenvolvidos, como os Estados Unidos e diversos países da Europa. Além disso, Cardoso buscou a consolidação do Mercosul e a diplomacia brasileira teve participação relevante no Protocolo do Rio de Janeiro, que articulou a superação do conflito armado entre Equador e Peru. Em linhas gerais, os princípios que nortearam a política externa brasileira durante o governo Cardoso foram: democracia, multilateralismo, legitimidade, diálogo e cooperação (CORRÊA, 2007).

Em relação aos discursos diplomáticos, diferente dos governos anteriores, a temática País foi a segunda mais utilizada, atrás de Nações Unidas, tema que recebeu maior destaque em ambos os mandatos de Cardoso, com 38,40% no primeiro e 23,21% no segundo (Gráfico 6).

Os discursos proferidos ao longo dos mandatos de Cardoso foram, inclusive, aqueles que na média mais realizaram menções à ONU se comparado aos discursos proferidos nos governos de todos os outros presidentes, com 30,8% em ambos os mandatos (1995-2002). Parte disso se justifica por dois motivos: (1) o fato de a organização ter comemorado cinquenta anos de existência em 1995, justamente no seu primeiro ano à frente do Brasil, quando a diplomacia brasileira “cobrou sua função reguladora das relações internacionais, mediante a criação de um *corpus* jurídico que não seja uma hipocrisia para as grandes potências” (CERVO, 2002, p. 14) e (2) a eleição para o assento não permanente do Conselho de Segurança nos anos de 1998 e 1999.

GRÁFICO 6. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)



Fonte: O autor (2018).

Ainda conforme o Gráfico 6, Segurança Internacional foi a terceira temática mais utilizada, com 11,1% no primeiro mandato de Cardoso, subindo para 17,1% no segundo. Parte desse acréscimo se justifica pelas menções aos ataques terroristas contra os Estados Unidos e os desdobramentos da Guerra ao Terror, promovida pelo presidente George W. Bush a partir de 2001. As menções ao tema Economia passaram por um crescendo desde o governo de Itamar Franco, passando de 5,25% na média dos anos de 1993 e 1994, para 10,62% no primeiro mandato de Cardoso (1995-1998) e novamente subindo para 14,82% no segundo mandato, entre 1999 e 2002.

A temática Meio ambiente foi utilizada de forma residual em ambos os mandatos, com 0,63% no primeiro e 0,96% no segundo. Da mesma maneira Direitos Humanos aparece com 3,33% e 2,74%, no primeiro e no segundo mandatos respectivamente. Embora Cardoso houvesse desenvolvido diversos programas de transferência de renda, isso foi pouco utilizado em benefício da imagem do país, se comparado aos discursos nos governos Lula da Silva, como apresentado na seção seguinte (5.2.5.).

Houve, todavia, um crescimento de aproximadamente 500% no tema Político Institucional se comparados o primeiro e o segundo mandato de Cardoso, que passou de 2,1% para 10,61%; resultado dos aspectos democráticos na América Latina como a superação ou necessidade de superação de crises políticas em nações como Bolívia, Paraguai, Guiana, Venezuela e Colômbia, e da realização de eleições livres na Argentina, Chile, Uruguai e México.

No que diz respeito às temáticas utilizadas ano a ano, o quadro abaixo (Quadro 7) apresenta os resultados encontrados a partir da categorização de cada um dos parágrafos sendo que, com exceção dos discursos de 2001 e de 2002, proferidos respectivamente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro Celso Lafer, o ministro Luiz Felipe Lampreia realizou o discurso de abertura do Debate Geral da AG em todos os outros anos. Importante ressaltar que o único discurso de Cardoso foi proferido em 2001, ano cujo atentado de 11 de setembro repercutiu exaustivamente em todos os meios de comunicação.

QUADRO 7. TEMÁTICAS POR DISCURSOS NOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Tema	Ano	Presidente Mandato Orador	Cardoso							
			1º				2º			
			Lampreia	Lampreia	Lampreia	Lampreia	Lampreia	Lampreia	Cardoso	Lafer
			1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
País			0,275	0,250	0,147	0,235	0,153	0,172	0,115	0,314
Nações Unidas			0,413	0,462	0,544	0,118	0,237	0,224	0,192	0,275
Cooperação Intl.			0,013	0,096	0,044	0,294	0,085	0,207	0,058	0,118
Segurança Intl.			0,063	0,087	0,206	0,088	0,153	0,069	0,346	0,118
Político Institucional			0,025	-	0,015	0,044	0,254	0,034	0,077	0,059
Economia			0,113	0,077	0,044	0,191	0,119	0,241	0,135	0,098
Meio ambiente			0,025	-	-	-	-	-	0,038	-
Direitos Humanos			0,075	0,029	-	0,029	-	0,052	0,038	0,020
Total			1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: O autor (2018).

Em 1995, ano da quinquagésima Assembleia Geral, os temas mais significativos no discurso de Lampreia foram Nações Unidas, com 41,3%, seguido por País, com 27,5%, e Economia, com 11%. Utilizando quase metade do seu espaço de fala com a temática das Nações Unidas, o país aproveitou a ocasião para fazer um balanço da atuação da organização ao longo dos seus cinquenta anos de existência, enfatizando sua disposição para contribuir efetivamente numa eventual reforma do sistema e, em especial, do Conselho de Segurança.

Ao falar do próprio país, o orador enfatizou compromissos com o desenvolvimento, a democracia, direitos humanos e a cooperação internacional de modo que “a Administração Cardoso se dedicou, desde o seu início, a consolidar imagem de renovação e estabilidade” (CORRÊA, 2007, p. 592). Tais elementos, para o governo, seriam suficientes para fazer do Brasil um representante legítimo dos países em desenvolvimento para uma ampliação do CS.

Naquele ano, Lampreia destacou as diversas áreas nas quais o Brasil avançava, mas buscava a aprovação de outras nações com relação à economia e à segurança internacional. Logo, o país foi apresentado da seguinte maneira:

[...] um país que ampliou seus compromissos com a democracia e os direitos humanos, com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade econômica, com a paz e o desarmamento – um país em paz, que busca constantemente estender sua presença no mundo pelo fortalecimento de parcerias tradicionais e a promoção de outras novas. *Esperamos de nossos parceiros uma atitude e cooperação compatível com a crescente participação do Brasil nos mercados mundiais e com sua contribuição para a paz e segurança internacionais.* (LAMPREIA, 1995 *apud* CORRÊA, 2007, p. 595-6, grifo nosso).

Quanto à Economia, o país cobrou mudanças no fluxo de comércio internacional com ênfase no desenvolvimento, o fortalecimento da OMC pelo fortalecimento de círculos decisórios, a luta contra “políticas econômicas desvirtuadas” (LAMPREIA, 1995 *apud* CORRÊA, 2007, p. 599), causadoras em última medida da pobreza e do desemprego e colocando os países emergentes, dentre os quais o Brasil fazia parte, como uma nova força no mundo.

O ano de 1996 foi marcado com apenas duas categorias ocupando mais de 70% do discurso, a saber, Nações Unidas, com 46,2%, e País, com 25%. Novamente o

ministro ponderou a respeito da atuação da ONU no sistema internacional, e ao manifestar insegurança a respeito do futuro da organização reafirmou o compromisso brasileiro para com a organização. Além disso, o orador enfatizou a necessidade de haver uma maior participação de países capazes de atuar globalmente e dispostos para arcar com maiores responsabilidades, apresentando as credenciais do Brasil como

uma das maiores democracias do mundo, uma economia em desenvolvimento diversificada e dinâmica, um foco de atração de investimentos produtivos, um mercado de imenso potencial [...] capaz de entreter relações proveitosas com todas as nações, na base do respeito mútuo e da reciprocidade. [um país que] pode fazer a ponte entre os muitos mundos presentes na sua realidade interna. [...] uma força a favor da paz e da integração (LAMPREIA, 1996 *apud* CORRÊA, 2007, p. 613).

A apresentação das características do próprio país como disposto a dar uma efetiva contribuição ao sistema ONU, que começou a tomar corpo no discurso de Amorim no ano anterior, agora passava a ser cada vez mais enfatizada pelos oradores. Isso reflete no ano seguinte, em 1997, quando a categoria mais trabalhada por Lampreia foi Nações Unidas, ocupando mais da metade do discurso, com 54,4%. Naquele momento o Brasil enxergava a organização com preocupação a inércia da organização e a necessidade de reforma, era necessário voltar à sua essência fundadora: “é imperativo que as Nações Unidas recuperem o sentido original da Carta, concentrando-se nas suas missões essenciais” (LAMPREIA, 1997 *apud* CORRÊA, 2007, p. 631). Tais missões estariam alinhadas com as credenciais democráticas, econômicas, integradoras e pacíficas do Brasil, enfim, com os seus princípios.

A diferença em 1997 residiu no crescimento da categoria Segurança Internacional, que passou a ser mencionada em 20,6% do discurso, seguida de País, com 13,5%. Desse modo, nos momentos em que o orador falou sobre o próprio país em 1997, o discurso girava em torno de questões de segurança, como o TNP, a repulsa a atos de terrorismo, a proscrição de minas terrestres e à sua participação no CS.

Naquele ano, o quadro relativo à segurança internacional se mostrava cada vez mais instável em regiões como o Oriente Médio, África, Europa Oriental e América Latina, em especial, a questão Palestino-Israelense, Iraque, Ruanda, Zaire⁷⁶, Albânia e Peru. A ONU foi vista pelo país como detentora de um papel insubstituível para a

⁷⁶ Atual República Democrática do Congo.

superação desses conflitos e as cobranças pela reforma na sua composição foram ainda mais enfáticas no que diz respeito à necessidade de “definir o formato ideal de um Conselho de Segurança ampliado” (LAMPREIA *apud* CORRÊA, 2007, p. 633).

No último ano do primeiro mandato de Cardoso, em 1998, Lampreia realizou um discurso mais pulverizado, dedicando 29,4% do tempo à temática Cooperação Internacional, seguida de País, com 23,5% e Economia, com 19,1%. Diante de um cenário de desconfiança e instabilidade, o Brasil trouxe à baila a necessidade de cooperação em distintas áreas do sistema internacional, como a econômica, a bélica e a político institucional. Foram ressaltados processos de cooperação nos quais o Brasil participou e outros em que o país acatou decisões estrangeiras, caso da liderança no Protocolo do Rio de Janeiro e da decisão de reconhecer a jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), a mesma que viria a julgar o caso Maria da Penha como resultado de omissão, negligência e tolerância do Estado brasileiro em 2001 (LIMA, 2017).

Naquele ano (1998) o Brasil foi apresentado como um país de peso, resultado do histórico comportamento internacional: o Brasil não era obra do acaso e suas credenciais estavam “fortalecidas pelo amadurecimento de nossa democracia e pela vigorosa modernização da economia brasileira” (LAMPREIA, 1998 *apud* CORRÊA, 2007, p. 642). O país recém-ingressara o rol de nações de maior desenvolvimento humano e colocou suas conquistas como resultado do próprio trabalho.

O desenvolvimento da economia do país não era visto como algo isolado, que traria frutos apenas a uma parcela da população. Quando Lampreia (1998 *apud* CORRÊA, 2007, p. 645) afirmou que ainda que o Brasil não estivesse no lugar onde deveria ou desejasse, já havia alcançado “progressos sociais extraordinários ao longo das últimas décadas, nas áreas da saúde, da educação, do combate à pobreza, da redução da desigualdade entre as diversas regiões do País”. O chanceler destacou ainda que a despeito dos desafios que restavam, a população brasileira já estava vivendo melhor.

Ao colocar o discurso de 1998 em paralelo com a marca-país do Governo Federal (“Trabalhando em todo o Brasil”, cf. subseção 3.1.1.), é possível verificar que a mensagem transmitida pelo país tanto pelo discurso quanto pela marca do governo era a de um país que realmente trabalhava em prol de toda a sua população. O discurso de

1998 mostrou que esse esforço interno poderia gerar resultados para sua imagem no exterior.

O ano de 1999 proporcionou uma mudança significativa na temática do discurso, pois foi a primeira vez no período analisado em que o tema Político Institucional foi o mais recorrente, ocupando 25,4% do discurso, seguido de Nações Unidas, com 23,7%, e País e Segurança Internacional, com 15,3% cada. Os avanços democráticos logrados pelos países da América Latina serviram como base para afirmar que a região havia construído uma “nova imagem internacional, a partir da transformação da sua realidade” (LAMPREIA, 1999 *apud* CORRÊA, 2007, p. 655).

Citando país a país, o orador Luiz Felipe Lampreia utilizou o caso da América Latina para demonstrar que era possível que países definissem e construíssem seus próprios destinos sem ingerências externas, uma vez que as situações de Angola, Kosovo e Timor-Leste não pareciam alcançar solução viável por intermédio da ONU, gerando sentimento de frustração e impaciência quanto à efetividade da organização. O Brasil foi apontado como um país de superação que no passado era visto como “o homem doente da América Latina”, que agora estava consolidando suas bases como “um país moderno, economicamente sadio e dinâmico, socialmente mais justo e politicamente maduro” (LAMPREIA, 1999 *apud* CORRÊA, 2007, p. 655-6), mas que dependia do êxito dos seus vizinhos para resolver os próprios problemas.

Economia foi a temática mais utilizada ao longo do discurso no ano 2000, com 25,4%. Em seguida estiveram as categorias Nações Unidas, com 22,4%, Cooperação Internacional, com 20,7% e País, com 17,2%. No último ano à frente do Itamaraty, o ministro Lampreia lamentou a situação do comércio internacional e utilizou o fracasso da Rodada do Milênio da OMC (Seattle, 1999) para criticar o uso de políticas protecionistas dos países desenvolvidos. A visão frente às Nações Unidas foi mais positiva, no que tange aos direitos humanos e à erradicação da fome, à acomodação e negociação para solução de conflitos e às soluções democráticas. Otimismo justificado pela realização da Assembleia do Milênio (Nova Iorque, 2000), uma das reuniões plenárias de alto nível da AG que resultou no estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁷⁷ a fim de eliminar a pobreza e desigualdades.

⁷⁷ No Original: *Millenium Development Goals*.

A promoção de valores e de ideais do país apresentaram aquilo em que o Brasil acreditava, a necessidade de cada nação buscar no interior de si respostas para os problemas que as afligiam buscando a equidade social, a liberdade e a solidariedade. A necessidade de cooperação, ademais, foi colocada por meio do destaque de Lampreia à integração latino-americana e da iniciativa brasileira de promover a I Reunião de Presidentes da América do Sul (Brasília, 2000).

O ano 2001 foi marcado pelos atentados terroristas orquestrados pela Al-Qaeda no dia 11 de setembro cujos ataques suicidas destruíram parte do Pentágono e levaram à total destruição de duas torres do World Trade Center, nos Estados Unidos. O terrorismo ditou o tom do primeiro e único discurso proferido pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, que utilizou a temática Segurança Internacional em 34,6% do tempo. O discurso do presidente na abertura da Assembleia Geral poderia ser uma estratégia de posicionamento do país, uma vez que um evento de tal magnitude e repercussão nos meios de comunicação exigia solidariedade do próprio presidente. Na ocasião, Cardoso afirmou ao presidente George W. Bush que todo o continente americano havia sido atingido juntamente com os Estados Unidos e tomou posição ativa ao invocar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), deixando claro, contudo, que a luta contra o terrorismo não poderia ser uma luta entre civilizações ou religiões.

A temática Nações Unidas foi a segunda mais utilizada, com 19,2%, e passou pela tônica de que a organização necessitaria ser forte, ágil e mais representativa para encontrar uma solução aos conflitos que eclodiam. Ao falar do País (11,5%), Cardoso colocou o Brasil diretamente ligado às questões humanitárias. A liderança instrumentalizada pelo então presidente se deu nas negociações para garantir mais acesso aos mercados e melhores condições humanitárias. Entretanto, o país colocou condições ao afirmar que estaria aberto para receber refugiados, desde que dentro das possibilidades.

O último discurso da era Cardoso foi proferido pelo ministro Celso Lafer, em 2002, e trouxe a categoria País como a principal, com 31,4%, seguida de Nações Unidas, com 27,5%, e de Cooperação Internacional e Segurança Internacional, ambas com 11,8% cada. A poucos meses do pleito que viria a eleger Lula da Silva, Lafer utilizou a tribuna para expor as orientações da PEB: a democracia, o multilateralismo, a

legitimidade, o diálogo e a cooperação (CORRÊA, 2007). Ao mencionar uma necessária reforma dos órgãos da ONU, o Brasil colocou-se como “um país que acredita nas Nações Unidas” e “pronto a dar a sua contribuição para o trabalho do Conselho de Segurança e a assumir todas as suas responsabilidades.” (LAFER *apud* CORRÊA, 2007, p. 693;697).

Já no final do segundo mandato de Cardoso, o país sofreu com incertezas resultantes da vitória de um presidente da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva. Conforme explica Corrêa (2007, p. 690) “os meses que antecederam a eleição de 2002 e os que se seguiram à vitória do candidato do Partido dos Trabalhadores foram difíceis para a economia brasileira com fuga de capitais e pressão sobre a moeda”, desafios enfrentados pelo novo presidente brasileiro. Apesar disso, a categoria Economia foi trabalhada em apenas 9,8% do discurso, menos do que a média em todo o período Cardoso (12,7%), o que pode ser visto como uma estratégia retórica de dar menos importância discursiva a assuntos polêmicos que gerem incertezas.

Ao longo dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil se colocou como uma ponte entre os países do sistema internacional, como um país de diálogo e destacou que “Como país, nunca fomos tentados pelo argumento do poder. Mas sempre, pelo poder do argumento.” (LAFER, 2002 *apud* CORRÊA, 2007, p. 694). Com base nos aspectos diplomáticos do país, o governo Cardoso foi orientado sobre um tripé – democracia, estabilidade monetária e abertura econômica – e tratou de pleitear protagonismo no sistema internacional (CERVO; BUENO, 2012). Assim, o país ao utilizar mais a temática Nações Unidas do que a Países, apresentou sua busca de protagonismo por meio do objetivo de ocupar um assento permanente no CS, caso da reforma de sua composição.

5.2.5. Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010): O Brasil de Bons Exemplos

A mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário. (LULA DA SILVA, 2003 *apud* PLANALTO, 2003, p. 8).

Em 2002, o Partido dos Trabalhadores venceu uma eleição presidencial pela primeira vez na história do partido. Após derrotas em três eleições consecutivas (1989, 1994 e 1998), o candidato da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, tornou-se o primeiro presidente eleito no Brasil sem ensino formal completo. Naquele momento, Lula da Silva afirmou que sua eleição não era apenas o resultado de uma campanha bem sucedida, mas de uma história de vida (PANKE, 2010).

O fim da era Cardoso e a transição para um governo de esquerda capitaneado pelo ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva geraram o que Spektor (2014) chamou de “medo Lula”. O risco-país⁷⁸ ultrapassou estimativas razoáveis devido às instabilidades nos países vizinhos e à força com a qual governos de esquerda se consolidavam na América Latina (SEITENFUS, 2014).

A despeito disso, ao narrar essa transição presidencial e o encontro de Lula da Silva com George W. Bush, Spektor (2014) defende a tese de que equipes de situação e oposição trabalharam juntas em prol dos assuntos de Estado, e demonstraram o amadurecimento da democracia brasileira para o mundo⁷⁹. Há, contudo, de se destacar que esse trabalho não aconteceu por mera benevolência de ambos os lados, mas da necessidade de garantir a estabilidade econômica no país. Desde já, o governo Lula da Silva já demonstrava bons exemplos que poderiam ser externados para o cenário internacional.

Desse modo, Lula da Silva deu continuidade a muitas das políticas neoliberais do seu antecessor, como foi o caso das privatizações e desregulamentações. O novo presidente também logrou a redução dos índices de pobreza e desigualdades sociais por meio da expansão de benefícios sociais criados por Cardoso, como é o caso do Bolsa Escola, que passou a ser chamado Bolsa Família, e da criação de diversos outros, como o Brasil Sem Miséria e o Minha Casa Minha Vida (LA BOTZ, 2015; PLANALTO, 2014b).

Durante a administração de Lula da Silva, o Brasil foi colocado sob os holofotes: os débitos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram quitados, novos mercados foram abertos, o Mercosul se fortaleceu, o crescimento do Produto Interno

⁷⁸ Risco-país é um conceito que busca expressar de forma objetiva o risco de crédito a que investidores estão submetidos quando investem nos títulos públicos daquele país (TESOURO NACIONAL, 2018).

⁷⁹ Spektor (2014) narra com detalhes o planejamento do encontro entre presidentes que envolveu José Dirceu e Antônio Palocci como interlocutores do PT e os ministros Pedro Malan (Ministro da Fazenda) e Pedro Parente (Ministro da Casa Civil) por parte do PSDB.

Bruto (PIB) foi majoritariamente positivo, a econômica melhorou e se manteve estável devido às políticas monetárias e fiscais do governo (NACLA, 2014).

Como resultado, o país passou a ser ouvido e visto como uma potência emergente no sistema internacional. Lula da Silva foi o presidente brasileiro que mais visitou outros países, exercendo uma espécie de ativismo político por meio da diplomacia presidencial e proporcionou ao Brasil uma posição estável de líder regional (ALMEIDA, 2004). Ainda, a liderança do país em operações de paz das Nações Unidas, como o caso da MINUSTAH⁸⁰ no Haiti, também foi instrumentalizada para essa posição de liderança (PIMENTEL; REIS, 2016).

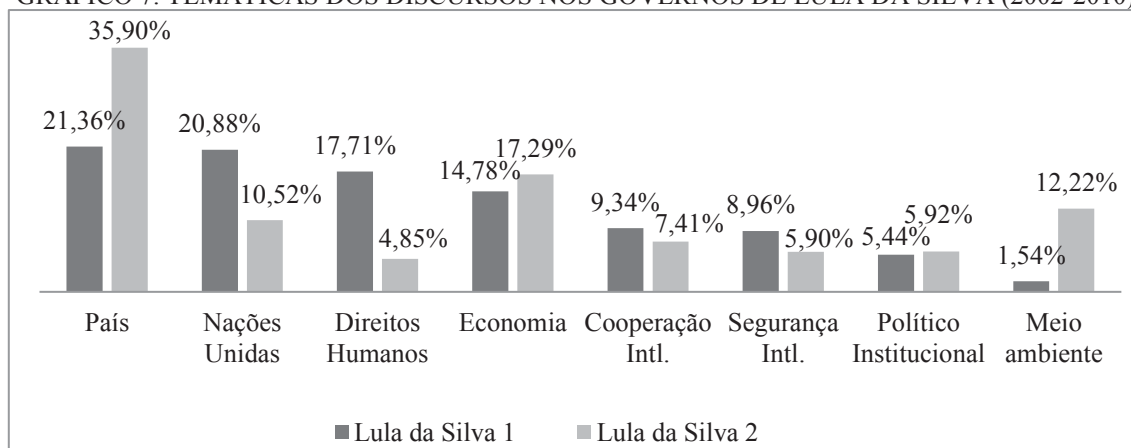
Por outro lado, o então presidente teve de lidar com escândalos de corrupção que foram trazidos à tona durante os seus dois mandatos, como foi o caso do mensalão⁸¹. Não obstante, a dívida pública cresceu e alguns contenciosos acabaram sendo malsucedidos para o Brasil, caso da nacionalização da Petrobrás pela Bolívia e das negociações com o Paraguai envolvendo o custo da energia elétrica (PIMENTEL; PANKE, 2017).

No caso dos discursos no Debate Geral, os dados do Gráfico 7 mostram que a ênfase voltou a ser dada à categoria País, com 21,36% no primeiro e 35,90% no segundo mandato. Todavia, como explicam Cervo e Bueno (2012, p. 527) houve uma mudança no posicionamento da PEB, uma vez que o Brasil passou a adotar uma linha que acompanhava os países emergentes e cuja proposta era “democratizar a ordem da globalização em vez de dar atenção ao intento norte-americano de exportar sua própria democracia”. O país se posicionou como uma alternativa viável de liderança não apenas para a região latino-americana, mas também para todos os países emergentes, já não mais descritos como subdesenvolvidos ou como países do Terceiro Mundo.

⁸⁰ Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti.

⁸¹ O mensalão foi um esquema de corrupção no qual fundos públicos foram usados ilegalmente para pagar membros do Congresso em troca de apoio ao governo na votação de determinados temas. Alguns dos acusados e sentenciados eram membros de alto escalão do Partido dos Trabalhadores (BBC, 2016).

GRÁFICO 7. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA (2002-2010)



Fonte: O autor (2018).

Ainda amparado no Gráfico 7, verifica-se que a segunda categoria mais presente passa a ser diferente entre mandatos. Se no primeiro, entre 2003 e 2006, o destaque foi dado à categoria Nações Unidas, com 20,88%, no segundo mandato (2007-2010) a principal categoria foi Economia, com 17,29%. O maior uso das menções à ONU, num primeiro momento se justifica com a participação do Brasil ao integrar o CS como membro não permanente nos anos de 2004 e 2005 e ao exercer função ativa à frente da MINUSTAH a partir de 2004. Quanto à temática Economia, a crise econômica mundial que atingiu tanto países desenvolvidos quanto emergentes durante o segundo mandato de Lula da Silva foi tema tratado pelo Brasil como decorrência da conjuntura.

Ponto a destacar é a terceira temática mais utilizada em cada um dos mandatos. Enquanto a ênfase dada no primeiro governo de Lula da Silva é à categoria Direitos Humanos, com 17,71%, no segundo passa a ser a categoria Meio Ambiente, com 12,22%. No que tange ao Meio Ambiente, o país trabalhou a questão dos biocombustíveis, de eventos como a Conferência Mundial sobre biocombustíveis (São Paulo, 2008), a 16ª Conferência das Partes (COP 16 – Cancun, 2010), a Rio+20 e da necessidade de adoção do Protocolo de Quioto, tendência iniciada ainda no governo de José Sarney, conforme mencionado na seção 5.2.1. e que viria a ser trabalhada com mais força a partir do segundo governo Lula da Silva.

Quanto à questão dos Direitos Humanos, o histórico de vida de Lula da Silva foi bastante utilizado, fato que confirma a tendência verificada por Panke (2010) em outros discursos ao longo da sua trajetória política: o reforço da própria imagem é uma marca retórica presente nos discursos de Lula da Silva. Além disso, as suas conquistas na área

social à frente do governo e o fato de o brasileiro Sergio Vieira de Mello ter sido vítima de um atentado terrorista à base da ONU em Bagdá, quando ocupava o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, também foram elementos trabalhados na categoria Direitos Humanos.

Analisado ano a ano, o presidente Lula da Silva foi responsável por seis, dos oito discursos de abertura do Debate Geral da AG, deixando somente os discursos de 2005 e 2010 a cargo do ministro Celso Amorim, conforme apresentado no Quadro 8.

QUADRO 8. TEMÁTICAS POR DISCURSO NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA (2003-2010)

Tema	Presidente Mandato Orador	Lula							
		1º				2º			
		Da Silva	Da Silva	Amorim	Da Silva	Da Silva	Da Silva	Da Silva	Amorim
Ano		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
País		0,235	0,138	0,250	0,231	0,350	0,269	0,438	0,379
Nações Unidas		0,255	0,108	0,357	0,115	0,150	0,077	0,125	0,069
Cooperação Intl.		0,059	0,092	0,107	0,115	0,025	0,154	0,031	0,086
Segurança Intl.		0,059	0,154	0,107	0,038	0,025	0,038	-	0,172
Político Institucional		-	0,108	0,071	0,038	0,025	0,077	0,031	0,103
Economia		0,078	0,169	0,036	0,308	0,100	0,269	0,219	0,103
Meio ambiente		-	0,062	-	-	0,225	0,038	0,156	0,069
Direitos Humanos		0,314	0,169	0,071	0,154	0,100	0,077	-	0,017
Total		1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: O autor (2018).

O ano de 2003 foi marcado pela ênfase às seguintes temáticas: Direitos Humanos, com 31,4%, Nações Unidas, com 25,5% e País, com 23,5%. Fortalecendo e ampliando os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTRC) do seu antecessor, o presidente direcionou sua política para objetivos de desenvolvimento econômico e justiça social propondo uma “guerra contra a fome e a miséria” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2003, p. 5). Ao afirmar a confiança que tinha na ONU para a solução dos imbróglis no Iraque e no Oriente Médio, Lula da Silva ainda trouxe à baila a necessidade de mudanças na composição do CS, que não podia ser a mesma do contexto pós-Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito à temática País, os desafios e as conquistas brasileiras serviram como base para apresentar a visão de mundo do país e posiciona-lo como protagonista naquela tribuna. O Brasil se posicionava como um país pragmático, que

praticava os princípios que defendia ao, inclusive, estabelecer relações mais próximas com a Argentina, conforme extrato abaixo.

O Brasil tem se esforçado para praticar com coerência os princípios que defende. O novo relacionamento que estamos estabelecendo com os vizinhos do continente sul-americano baseia-se no respeito mútuo, na amizade e na cooperação. Estamos indo além das circunstâncias históricas e geográficas que compartilhamos, para criar um inédito sentimento de parentesco e de parceria. Neste contexto, nossa relação com a Argentina é fundamental. (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2003, p. 4).

Relevante é a menção da Argentina como de especial importância para o relacionamento que vinha sendo estabelecido no continente. Uma das principais reivindicações brasileiras à ONU é pela reforma na composição do Conselho de Segurança, que se configura a mesma desde 1945. Entretanto, não existe consenso quanto essa reforma no cenário internacional, tampouco regional, pois Brasil e Argentina, as principais economias da América do Sul, enxergam o tema de maneiras diferentes (MARCHIORO, 2013).

O Brasil buscou colocar-se como um exemplo do que deve ser feito e supostamente funcionaria, sugerindo que a aplicação de estratégias realizadas no cenário interno do próprio país serviria para o restante do mundo. Assim, Lula da Silva (*apud* PLANALTO, 2003, p. 8) afirmou que com a “mesma determinação que meus companheiros e eu estamos empregando para tornar a sociedade brasileira mais justa e humana, empregarei na busca de parcerias internacionais com vistas a um desenvolvimento equânime e a um mundo pacífico, tolerante e solidário”.

No ano de 2004, Lula da Silva colocou a questão dos Direitos Humanos novamente como principal temática, com 16,9% ao lado de Economia, seguido por Segurança Internacional, em terceiro lugar com 15,4%. Para Lula da Silva (*apud* PLANALTO, 2004, p. 2), “os antigos súditos tornaram-se eternos devedores do sistema econômico internacional” e isso levou-o a destacar a importância de uma luta contra a fome e a miséria diretamente relacionada à “lógica que drena o mundo da escassez para irrigar o do privilégio” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2004, p. 2). Era necessário alterar grandes estruturas do sistema internacional para tornar o mundo mais cooperativo e solidário, os mais fortes precisariam colaborar com os mais fracos.

A pobreza e a fome seriam, de acordo com Lula da Silva, os únicos elementos que poderiam desenvolver esse senso de cooperação, pois “Se fracassarmos contra a pobreza e a fome, o que mais poderá nos unir?” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2004, p. 4). Ainda naquele ano a agenda permaneceu tomada de confrontos entre o ocidente, capitaneado pelos Estados Unidos, e denominações fundamentalistas islâmicas que ultrapassavam os limites nacionais no Oriente Médio.

O Brasil, que começava a se posicionar como potência regional, seria uma alternativa viável para auxiliar no cenário internacional para a construção, o desenvolvimento e/ou o aprimoramento de espaços políticos, econômicos e de segurança, conforme destacam Carvalho e Gonçalves (2016). Nesse sentido, o orador afirmava que a política externa brasileira “em todas as suas frentes, busca somar esforços com outras nações em iniciativas que nos levem a um mundo de justiça e paz” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2004, p. 5).

Entretanto, em termos discursivos, em 2004 o país ainda não se posicionava com tamanha segurança com relação ao assunto, pois “Sempre que chamado, *e na medida de nossas possibilidades*, o Brasil tem contribuído para a superação de crises que ameaçam a ordem constitucional e a estabilidade de países amigos” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2004, p. 6, grifo nosso).

Em 2005, setores da imprensa chegaram a veicular que a ausência de Lula da Silva na abertura da Assembleia Geral da ONU seria resultado de possíveis constrangimentos das denúncias de corrupção em torno do Partido dos Trabalhadores, as quais configuravam a maior crise do governo Lula da Silva e da história do partido até então. O chanceler Celso Amorim, todavia, negou essa relação causal, pois o então presidente foi à ONU para participar das seções especiais sobre financiamento e desenvolvimento (CANZIAN, 2005).

Naquele ano, o ministro foi responsável por abrir os trabalhos do Debate Geral e enfatizou as temáticas Nações Unidas, em 35,7% do tempo, seguida por Países, em 25%, e Cooperação Internacional e Segurança Internacional, em 10,7% cada. Amorim (*apud* PLANALTO, 2005, p. 1) salientou que “reforma” deveria ser a “palavra de ordem” naquela sessão: a AG deveria ser fortalecida e mais ágil, produtiva e representativa; o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) deveria trabalhar em prol do desenvolvimento econômico e da redução das assimetrias; a Comissão para a

Construção da Paz preencheria a lacuna entre segurança e desenvolvimento; e o CS deveria ser reformado.

Celso Amorim (*apud* PLANALTO, 2005, p. 3) destacou ainda que os esforços brasileiros para estabelecer alianças “estende-se além do horizonte regional”, sendo que naquele momento o Brasil estava trabalhando para reforçar processos de integração em foros como o Mercosul, o IBAS⁸², a CASA⁸³, o G4⁸⁴ e o G20⁸⁵. Aqui a aspiração brasileira de estabelecer relações mais fortes com a África foi destacada pelo orador, que afirmou o compromisso do país com o combate ao terrorismo e com a eliminação de suas causas: a pobreza, e a ausência de liberdades civis e políticas, mais uma vez os princípios da Constituição de 1988 eram evocados.

Lula da Silva voltou a realizar a abertura do Debate Geral em 2006, trazendo desta vez a temática Economia como principal em seu discurso, com 30,8%. País foi a segunda categoria mais utilizada, com 23,1%, seguida de Direitos Humanos, com 15,4%. O presidente criticou a política protecionista de países desenvolvidos e o uso de subsídios agrícolas, os quais faziam da miséria no mundo uma situação política e moralmente insustentável. A criação do G20, para Lula da Silva, fez com que países em desenvolvimento se tornassem ouvidos pelos desenvolvidos, ampliou as possibilidades de deliberação de problemas que afetavam em grande medida os primeiros, pois o caminho da paz seria resultado de um desenvolvimento compartilhado e envolveria aspectos econômicos e sociais.

Ao falar pela primeira vez desta tribuna, em 2003, afirmei a necessidade de agirmos com urgência para combater o flagelo da fome e da pobreza no mundo. É o que estamos fazendo no Brasil. Aliamos crescimento e estabilidade econômica a políticas de inclusão social. [...] Destinar recursos para a área social não é gasto, é investimento. Se fizermos tanto no Brasil,

⁸² O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) congrega as três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁸³ A Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) é uma união de todos os países da América do Sul. Em 2008 ela passou a ser chamada de União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-uniao-de-nacoes-sul-almericanas>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁸⁴ O G4 é um grupo formado por Brasil, Índia, Japão e Alemanha que defende uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas que aumentasse a participação dos emergentes e das nações em desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/09/assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁸⁵ O Grupo dos 20 (G20) é um foro para cooperação internacional em temas econômicos e financeiros composto por vinte países desenvolvidos e em desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

imaginem o que não poderia ser feito em escala global, se o combate à fome e à pobreza fossem, de fato, uma prioridade da comunidade internacional. (LULA DA SILVA, 2006 *apud* CORRÊA, 2007, p. 761).

As conquistas e melhorias logradas pelo país foram tratadas pelo presidente, em especial na área social, como um investimento. Naquele ano, o presidente Lula da Silva apresentou as credenciais do Brasil como um exemplo a ser seguido pelo restante do mundo, um país cuja retórica se alinhava às atitudes. Além disso, semelhante à marca-país do Governo Federal cujo slogan era “Um País de Todos” (cf. seção 3.1.1.), o Brasil se apresentou como um país diverso, com a segunda maior população negra do mundo, onde diferenças eram harmonizadas, onde árabes e israelitas conviviam de forma pacífica, um país de diálogo cujo futuro estava vinculado à América do Sul e que havia se comprometido a partilhar os desafios da África (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2006).

Já em 2007, com um discurso bem pulverizado do presidente Lula da Silva, que tratou todas as temáticas, a ênfase recaiu sobre duas em especial: País, com 35%, e Meio Ambiente, com 22,5%. No ano seguinte ao lançamento do documentário *Uma verdade Inconveniente*⁸⁶, a questão do meio ambiente, da sustentabilidade e do desenvolvimento tomou corpo nas discussões internacionais. Novamente, Lula da Silva mencionou os esforços realizados pelo Brasil na aproximação de distintos povos e regiões “impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com os países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2007, p. 5). Os esforços do Brasil recaíam sobre aquilo que outros não conseguiram realizar, isto é, o país se consolidava como um interlocutor entre distintos povos que ainda se encontravam em meio a conflitos.

O Brasil apresentou seus êxitos na área ambiental, frisou a soberania sobre a Amazônia e mencionou o Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climática, a realização da Rio 92, e proposta de realização da Conferência Internacional sobre Biocombustível (São Paulo, 2008) e a Rio+20 (Rio de Janeiro, 2012). Os biocombustíveis foram tratados como combustíveis que, além de ser uma fonte de energia limpa, poderia criar oportunidades de crescimento econômico para países

⁸⁶ O documentário dirigido por Davis Guggenheim trata dos esforços de Al Gore, que foi vice-presidente dos Estados Unidos, para sensibilizar a opinião pública acerca dos problemas relativos às mudanças climáticas e ao aquecimento global.

pobres e em desenvolvimento. Nesse sentido, o país ainda cobrou o cumprimento dos compromissos de Quioto por parte dos países desenvolvidos, pois estava “seguro de que nossa experiência [do Brasil] no tema pode ser útil a outros países.” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2007, p. 2).

O discurso de 2008 novamente colocou a categoria País em primeiro lugar, desta vez ao lado da categoria Economia, com 26,9% cada uma delas. Esse discurso também foi pulverizado, abordando todas as categorias com mais ou menos ênfase. A causa da crise financeira foi imputada à “euforia dos especuladores [que] transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2008, p. 1). As consequências da crise recaíam sobre os ombros de todos: era necessário estabelecer regras em organismos econômicos supranacionais que tivessem autoridades e instrumentos para refrear o ônus da cobiça de alguns. A questão econômica levou o discurso do presidente diretamente a outras crises; alimentar, energética, ambiental e migratória.

O Brasil demonstrava que havia começado a descartar um “alinhamento conformista” aos centros tradicionais: estava em curso “a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2007, p. 3). Desse modo, Lula da Silva apresentou práticas bem sucedidas de cooperação e integração realizadas pelo Brasil no continente sul-americano afirmando que “No passado, os navegantes miravam a estrela polar para ‘encontrar o Norte’, como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso ‘norte’ às vezes está no Sul.” (LULA DA SILVA *apud* PLANALTO, 2007, p. 3).

No último discurso proferido por Lula da Silva, em 2009, a principal categoria foi País, ocupando quase metade do discurso de abertura do Debate Geral, com 43,8% do tempo. Interessante notar que anos iniciais e finais de mandato tendem a ser aqueles cuja categoria País é mais enfatizada. Uma possível explicação para isso é que no início de cada mandato existe a necessidade de apresentar e posicionar o país ao mundo, e em anos finais os discursos podem ter sido utilizados como uma espécie de prestação de contas à comunidade internacional e à própria população.

Não obstante, as duas categorias que seguiram esta foram Economia, com 21,9% e Meio Ambiente, com 15,6%. Já no início do discurso, o presidente enfatizou três

pontos cruciais e intrinsecamente interligados: a crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática, e a mudança climática. Quanto à primeira, na visão de Lula da Silva, o Brasil foi um dos últimos países a sofrer as consequências da crise e um dos primeiros a sair dela reduzindo a vulnerabilidade externa, tornando credor internacional e seguindo os investimentos na área social. No caso de uma necessária governança internacional era necessária uma ONU revitalizada, com autoridade política e moral para solucionar conflitos, e quanto às mudanças climáticas; o Brasil colocava-se como um país que estava cumprindo a sua parte, propondo alternativas e efetivamente realizando mudanças ao aprovar o Plano de Mudanças Climáticas.

O ano de 2010 foi decisivo para a continuidade do projeto de governo do Partido dos Trabalhadores, pois Lula da Silva não poderia se reeleger e escolheu Dilma Rousseff como sua sucessora. A escolha, todavia, não foi óbvia ou natural quando nominada pelo partido para concorrer ao cargo, o que ocorreu “parcialmente pela falta de alternativas: os líderes mais proeminentes do PT haviam sido pegos no mensalão ou outros escândalos” (THE ECONOMIST, 2010, tradução nossa)⁸⁷. Naquele ano, o então presidente empenhou-se em participar ativamente da campanha eleitoral de Rousseff e optou por não abrir os trabalhos do Debate Geral (MAGALHÃES; SILVA; DIAS, 2015).

Como resultado, o último discurso realizado na era Lula da Silva foi proferido pelo ministro Celso Amorim e abordou todas as categorias, dando destaque à País, com 37,9%, seguida de Segurança Internacional, com 17,2%, e Político Institucional e Economia, com 10,3% cada. O chanceler enfatizou as conquistas do Brasil na área social, a redução da pobreza extrema, a redução de desigualdades, o fato de o país ter cumprido quase todos os ODM e, em especial, a atuação no cenário internacional movida por solidariedade e humanismo, aspectos que vinham dando a tônica dos discursos desde o início da era Lula da Silva.

O orador trouxe novamente a importância dos emergentes nas negociações e soluções de questões globais, como a esfera econômica e ambiental. Entretanto, questões de paz e segurança ainda estavam à margem da participação desses países, que

⁸⁷ No original: *partly for lack of alternatives: the PT's more prominent leaders were caught up in the mensalão or other scandals*

demonstraram na Declaração de Teerã, firmada entre Brasil, Iraque e Turquia, capacidade para lidar com esses assuntos. De acordo com o então chanceler, a diplomacia brasileira durante o governo Lula da Silva foi uma “diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade.” (AMORIM *apud* PLANALTO, 2010, p. 5)

Ao longo do governo de Lula da Silva, o Brasil foi apresentado nos discursos diplomáticos como um país humano, diverso, um exemplo para o mundo, e cujas experiências lhe qualificariam para seus objetivos, afinal, ele vinha “se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem sucedidas” (AMORIM *apud* PLANALTO, 2010, p. 2).

É possível inferir que o protagonismo almejado por Cardoso foi reforçado por Lula da Silva, parte por sua personalidade e carisma pessoal, parte pelos resultados logrados em seus dois mandatos comandando o Brasil. Houve, ainda, continuidades em determinadas políticas do governo, caso da privatização de empresas estatais e da ampliação de Programas de Transferência de Renda Condicionada. A “dança dos paradigmas” (CERVO, 2003, p. 16) que vinha sendo realizada desde os anos 1990 e que durante o mandato de Cardoso ensaiou a introdução do Paradigma Logístico, acabou se consolidando na era Lula da Silva.

Dessa maneira, os resultados encontrados nesta seção coadunam com aqueles defendidos por Spektor (2014) de que independentemente de mudanças político-ideológicas resultantes das trocas de governos do início da Nova República até o governo Lula da Silva, seria possível confirmar a configuração do princípio de continuidade na política externa brasileira (PEB), no caso desta pesquisa sob a ótica dos discursos diplomáticos do país.

A tese de Spektor (2014) somada aos achados nesta pesquisa auxilia a rejeitar em partes a hipótese deste trabalho; de que a imagem que o Brasil projetou de si mesmo em seus discursos diplomáticos a partir do governo Lula da Silva amparou-se mais em projetos de governo do que em uma tradição diplomática. Isso se dá porque ainda que imagens específicas tenham sido projetadas por cada um dos governos, os princípios da

PEB desenvolvidos por Barão do Rio Branco e consolidados na Constituição Federal de 1988 tangem todos os discursos.

Além disso, vale mencionar que há visões contraditórias a respeito dos conceitos de partidarização e politização ruidosa da PEB. De um lado, Spektor (2014) enxerga que uma política autonomista, caso do Brasil, não estaria vinculada a visões partidárias internas. Mesquita (2011, p. 16), por sua vez, defende que “falar de uma partidarização da política externa somente no governo Lula é deixar se levar por devaneios ideológicos, já que em governos anteriores também ocorreu o transbordamento das posições partidárias para a política externa”. Em outras palavras, o autor afirma que interesses partidários estão sempre presentes em negociações que envolvem o processo de formulação da política externa brasileira. Assim, tanto as mudanças na PEB, quanto na imagem projetada pelo Brasil transparecem já no período anterior à Lula da Silva.

Importante destacar que, embora a hipótese seja parcialmente rejeitada neste ponto do trabalho, é necessário verificar, ainda, se os discursos no período posterior aos governos Lula da Silva – isto é, governos Rousseff e Temer (cf. seções 5.2.6. e 5.2.7.) –, se configuram da mesma forma.

Em suma, o Brasil de Lula da Silva foi retratado como um país de bons exemplos. Apesar dos contratemplos, a economia cresceu, empregos foram criados, investimentos aumentaram e o país foi deixado melhor do que quando herdado por ele em 2003. Bem quisto pela maioria dos líderes internacionais, a sua história e “magnetismo pessoal auxiliaram-no a vender a ‘marca Brasil’ ao redor do mundo: uma potência emergente, uma região para investimentos lucrativos e uma democracia tolerante onde um homem como ele poderia se tornar presidente” (THE ECONOMIST, 2010, tradução nossa)⁸⁸. O ex-sindicalista, que trouxe consigo a rejeição e a desconfiança de alguns setores da população, deixou o cargo com alto índice de aprovação após dois mandatos consecutivos (2003-2006 e 2007-2010) (PIMENTEL; PANKE, 2017).

⁸⁸ No original: *personal magnetism have helped him to sell 'brand Brazil' around the world: a coming power, a profitable place to invest and a tolerant democracy where a man like him could become president.*

5.2.6. Dilma Rousseff (2011-2015): O Brasil de Superações

Nos últimos doze anos, em particular, acrescentamos a essas conquistas a construção de uma sociedade inclusiva baseada na igualdade de oportunidades. A grande transformação em que estamos empenhados produziu uma economia moderna e uma sociedade mais igualitária. Exigiu, ao mesmo tempo, forte participação popular, respeito aos Direitos Humanos e uma visão sustentável de nosso desenvolvimento. (ROUSSEFF, 2014 *apud* PLANALTO, 2014, p. 1-2).

Dilma Rousseff chegou à presidência como sucessora de Lula e tornou-se a primeira mulher a presidir o Brasil e a abrir os trabalhos no Debate Geral da AG em 2011. Rousseff era opção de Lula da Silva para disputar as eleições em 2010, contudo, conforme mencionado na seção anterior (5.2.5.) a escolha não foi natural ou óbvia por parte do Partido dos Trabalhadores.

Conforme descreve Panke (2017), Rousseff era conhecida pelas suas habilidades técnicas quando foi Ministra de Minas e Energia e Chefe da Casa Civil durante o governo de Lula da Silva. Tanto é que o seu discurso e campanha eleitorais em 2010 tiveram de ser desenvolvidos a fim de não afastar ainda mais a parcela da população que a enxergava como extremamente técnica e/ou como uma ativista da extrema-esquerda durante os anos de regime militar.

Logo no início do primeiro mandato de Rousseff como presidente, em 2011, a crise financeira global que havia eclodido em 2008 alcançou a maioria dos países desenvolvidos, mas o Brasil ainda conseguia gerenciar bem essa *marolinha*, como fora apelidada por Lula da Silva⁸⁹. A presença do ex-presidente foi perceptível durante os governos Rousseff, pois tanto a Copa das Confederações em 2013, como a Copa do Mundo FIFA em 2014 sediadas no Brasil foram resultado da influência do ex-presidente no ambiente internacional. No mês em que ela foi reeleita (outubro de 2014), o país alcançou os menores índices de desemprego de toda a sua história e, além disso, a então presidente tirou o país do mapa da fome (PLANALTO, 2014b; AGÊNCIA SENADO, 2016).

Apesar das conquistas do governo de Rousseff, a crise financeira chegou ao Brasil, a economia encolheu, o PIB começou a diminuir exponencialmente e os níveis de desemprego e inflação a aumentar. Adicionalmente, escândalos desvelados em

⁸⁹ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

grande parte pela Operação Lava-Jato⁹⁰ e a insatisfação política de diversos setores da sociedade resultaram, primeiramente em mais de um milhão de pessoas protestando contra Rousseff e, então, na interrupção do seu segundo mandato em 2016 por meio de um controverso processo de impeachment (DUARTE-PLIN; MEIRELES, 2016; FOLHA DE S. PAULO, 2016; NICHOLS; PIMENTEL, 2017).

No cenário internacional, o mundo passou por inúmeras turbulências: a Guerra Civil na Síria deu início ao maior deslocamento de migrantes da história, que ficou conhecido como a crise dos refugiados. Diversos regimes políticos ao redor do mundo foram abalados por protestos, manifestações e/ou escândalos de corrupção, caso dos movimentos *Occupy*, da Primavera Árabe e da Crise na Ucrânia/Crimeia. A crise financeira colocou inúmeros países à beira da falência e aumentou a insegurança relativa à capacidade de tantos outros honrarem seus compromissos financeiros.

Concernente aos discursos diplomáticos, o Gráfico 8 apresenta as temáticas trabalhadas pela presidente em seus dois mandatos, sendo a categoria País a mais utilizada, com 37,06% no primeiro e 50,98% no segundo. A ênfase dada a essa categoria ao longo dos governos Rousseff pode se justificar como uma estratégia retórica na tentativa de desenvolver uma imagem específica do país no plano internacional, como apresentado a seguir na análise ano a ano.

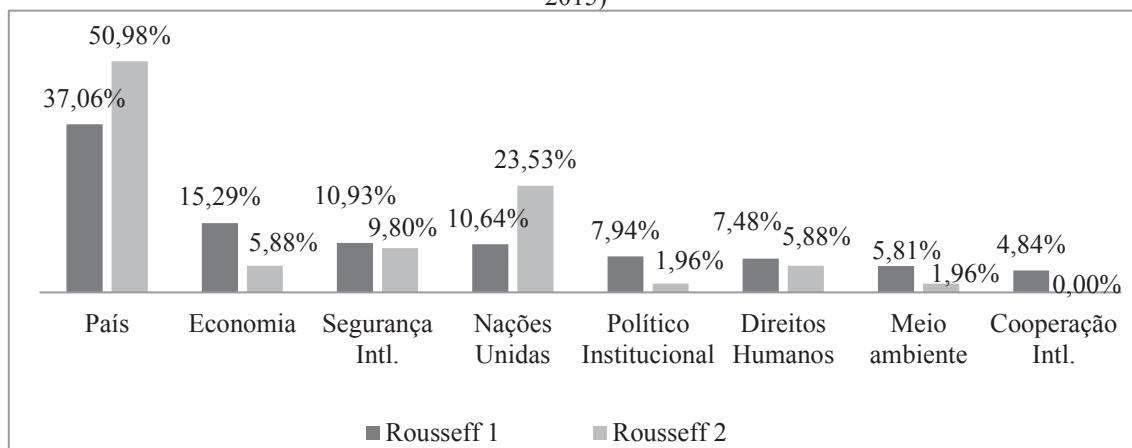
Cervo e Lessa (2014, p. 149) avaliam o primeiro governo Rousseff como um período de declínio na inserção internacional do Brasil, pois a “crise financeira e econômica internacional apenas de leve afeta o declínio, cujas causas são eminentemente internas. As grandes estratégias externas da era Lula da Silva, quando são mantidas, o são de modo lerdo e obstruído”. Apesar do declínio trazido pelos autores, os discursos de Rousseff trouxeram um Brasil de superações que mesmo em meio a dificuldades continuava conquistando resultados positivos.

Os dados do Gráfico 8 mostram, ainda, que enquanto a segunda categoria mais utilizada no primeiro mandato foi Economia, com 15,29%, no segundo mandato foi Nações Unidas, com 23,53%. Enquanto a crise financeira global e seus efeitos para o Brasil e mundo ditaram o tom ao longo do primeiro mandato de Rousseff, o aniversário

⁹⁰ A Operação Lava-Jato é uma investigação lançada em março de 2014 pela Polícia Federal sob alegação de que as maiores empresas de construção civil superfaturaram contratos assinados com a Petrobrás. Os valores envolvidos no esquema foram destinados parte a executivos das empreiteiras e parte a políticos de diversos partidos (BBC, 2016).

de 70 anos das ONU foi trabalhado em 2015 com relação às funções da organização, seu passado, presente e futuro.

GRÁFICO 8. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NOS GOVERNOS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2015)



Fonte: O autor (2018).

A categoria Segurança Internacional foi a terceira mais utilizada em ambos os mandatos, com 10,93% no primeiro e 9,80% no segundo. A multiplicação de conflitos regionais, a expansão do terrorismo e as consequências da guerra civil na Síria foram elementos abordados juntamente com a necessidade de que a comunidade de nações encontrasse ou ao menos se esforçasse para soluções viáveis e rápidas.

A partir do Quadro 9 é possível verificar que Dilma Rousseff não apenas foi a primeira presidente do Brasil, mas também aquela que proferiu todos os discursos de abertura do Debate Geral das Nações Unidas. Em seu primeiro discurso no plenário da AG em 2011, Rousseff utilizou duas temáticas em mais da metade do tempo, sendo elas País, com 35,6%, e Economia, com 27,1%.

Também chama a atenção o silenciamento da categoria Cooperação Internacional que passou de uma média de 4,48% dos discursos no primeiro mandato, para o desaparecimento no segundo. Embora o silenciamento de determinados temas não houvesse ocorrido em nenhum dos discursos do primeiro mandato de Rousseff, essa é uma estratégia retórica empregada em quase todos os governos anteriores, exceto nos anos Collor de Mello (1990-1992).

QUADRO 9. TEMÁTICAS NOS GOVERNOS DILMA ROUSSEFF (2011-2015)

Presidente Mandato Orador	Rousseff				
	1º				2º
	Rousseff	Rousseff	Rousseff	Rousseff	Rousseff
Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Tema					
País	0,356	0,229	0,300	0,597	0,510
Nações Unidas	0,136	0,063	0,163	0,065	0,235
Cooperação Intl.	0,034	0,083	0,038	0,039	-
Segurança Intl.	0,068	0,167	0,125	0,078	0,098
Político Institucional	0,034	0,083	0,188	0,013	0,020
Economia	0,271	0,188	0,075	0,078	0,059
Meio ambiente	0,051	0,104	0,013	0,065	0,020
Direitos Humanos	0,051	0,083	0,100	0,065	0,059
Total	1	1	1	1	1

Fonte: O autor (2018).

No que tange à economia, aspectos pessoais de Rousseff estiveram presentes no pronunciamento de 2011. No seu primeiro discurso, a presidente buscou instrumentalizar a sua condição como mulher, mãe e esposa como sendo características que lhe outorgassem autoridade para falar do desemprego resultante da situação econômica gerada pela crise que eclodiu em 2008.

Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego não é apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor. É significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos. (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2011, p. 2).

O Brasil ainda se apresentou como um país emergente que estaria fazendo a sua parte para superar a crise, mas destacou que havia limites para tal. Rousseff (*apud* PLANALTO, 2011, p. 2) afirmava que assim como “outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda”. Seguindo nessa linha, a oradora cobrou mudanças nos sistemas de negociações e relações entre países, e apresentou o seu país como apto a prestar contribuições solidárias ao mundo, trazendo à baila suas ações a fim de garantir a continuidade de políticas sociais, no ritmo de investimento e crescimento, e o superávit nas contas públicas.

Em 2012, a presidente também enfatizou as mesmas temáticas do ano anterior, ficando País com 22,9% do tempo e Economia com 18,8%. Comparado a 2011, o discurso de 2012 foi mais homogêneo, com a redução de uso das categorias principais e um acréscimo significativo nas demais categorias, caso de Segurança Internacional (passou de 6,8% para 16,7%), Político Institucional (de 3,4% para 8,3%) e Meio Ambiente (de 5,1% para 10,4%). O Brasil ainda estava fazendo a sua parte na questão econômica, logrando avanços na redução da pobreza, ampliando seu mercado de consumo com as taxas de emprego elevadas e controlando os índices de inflação.

Naquele momento, o Brasil se colocou como “um dos protagonistas da iniciativa generosa ‘Aliança de Civilizações’” (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2012, p. 4) e que tinha entre os seus objetivos fomentar relações entre comunidades heterogêneas⁹¹. A Primavera Árabe foi vista pela presidente como um grito das sociedades locais contra a pobreza, desemprego, falta de oportunidades e liberdades civis impostas por governos autoritários. A falta de solução para os conflitos na Síria e na Líbia repercutiam os impasses do CS, novamente chamado por Rousseff para ser reformado. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) realizada naquele ano tornou possível o estabelecimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, no qual o Brasil também esteve envolvido como protagonista.

A questão econômica bastante presente nos dois primeiros discursos apresenta relação direta com a marca-país do Governo Federal (“País Rico é País sem Pobreza”, cf. subseção 3.1.1.). Ao lidar com a situação econômica do Brasil em seus discursos, Rousseff enfatizou que tanto os programas sociais quanto a luta contra a fome e a miséria, ideais herdados do governo Lula da Silva e colocados como prioridades em seu governo, eram mantidos independente das dificuldades conjunturais.

No ano de 2013, Dilma Rousseff optou novamente por trabalhar a categoria País na maior parte do tempo, com 30%. A diferença, entretanto, residiu na categoria Político Institucional, que ocupou 18,8% do discurso, seguida por Nações Unidas, com 16,3%. A categoria Direitos Humanos teve um crescimento se comparada ao ano

⁹¹ “A Aliança de Civilizações é uma iniciativa, no âmbito das Nações Unidas, que busca mobilizar a opinião pública em todo o mundo para superar preconceitos e percepções equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas. Objetiva, ademais, contribuir para o estreitamento das relações entre sociedades e comunidades de extração cultural e religiosa diversas, assim como enquadrar a luta contra o extremismo na perspectiva da prevenção. A iniciativa atua em quatro áreas prioritárias: educação, juventude, meios de comunicação e migrações.” (MRE, 2010).

anterior e passou a ocupar 10% do discurso. A soberania nacional veio à tona com as graves denúncias de espionagem contra os Estados Unidos, país que foi fortemente criticado pelo Brasil e chamado a prestar esclarecimentos.

O Brasil, senhor presidente, sabe proteger-se. Repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas. Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos. (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2013, p. 2)

Embora a justificativa dos Estados Unidos para a espionagem fosse relativa ao monitoramento de grupos terroristas, Rousseff posicionou o Brasil como um país que conseguia viver em paz com seus vizinhos justamente por tratar denúncias de terrorismo com prioridade e mesmo assim respeitar a soberania nacional dos países limítrofes. A temática também foi utilizada para mostrar o que o Brasil estava fazendo em torno da legislação e medidas efetivas quanto à regulação da internet e ao acesso a tecnologias, resultado do Marco Civil da Internet. As cobranças quanto à representatividade e legitimidade do CS novamente foram trazidas à baila.

No último ano do primeiro mandato de Rousseff, em 2014, a presidente utilizou mais da metade do tempo com a categoria País, alcançando a marca de 59,7%, mostrando que para o Brasil “é possível crescer, incluir, conservar e proteger” (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2014, p. 6). Nesse discurso as conquistas e desafios do país foram nominalmente apresentados.

A oradora trouxe dados que abordavam aspectos da econômica brasileira como a dívida externa, o PIB, royalties, índices de emprego e inflação; e melhorias proporcionadas na educação do país como resultado de programas como o Ciência sem Fronteiras. Os escândalos de corrupção que emergiram durante o seu governo foram colocados como aspectos positivos de seu governo, que estava empenhado no “combate sem tréguas à corrupção” (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2014, p. 7) por meio do desenvolvimento do aparato normativo e de ações efetivas para tal.

No ano anterior ao seu afastamento, em 2015, a presidente optou por dar destaque à categoria País, com 51% do seu discurso. Dessa vez, houve um crescimento no uso da temática Nações Unidas, que passou a ocupar 23,5% do tempo do discurso. Dados relativos às conquistas do governo foram apresentados trazendo aspectos

ambientais, como a emissão de gases e uso de fontes de energia renováveis. As manifestações foram apresentadas como um aspecto natural da democracia: um país cuja abertura a mudanças e cujo confronto de ideias ocorria de forma civilizada e respeitosa.

No ano de comemoração da sétima década de existência das Nações Unidas, Rousseff mencionou o passado e os feitos organização ao longo da história, mas outra vez apontou para a necessidade de reforma da organização instrumentalizando os painéis do artista Cândido Portinari, doados pelo Brasil na década de 1970 e reinaugurados havia poucos dias em sua sede. As obras serviriam, de acordo com ela como “um símbolo para as Nações Unidas quanto à sua responsabilidade de evitar os conflitos armados e de promover a paz, a justiça social e a superação da fome e da pobreza” (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2015, p. 6).

Considerando os protestos e manifestações que tomaram conta do Brasil entre os anos de 2013 e 2015 e que tinham entre suas demandas o pedido de impeachment da presidente (NICHOLS; PIMENTEL, 2017), uma possível explicação para a ênfase à categoria País é a estratégia retórica de apresentar que o copo ainda estava meio cheio. Figueiredo (*et al.*, 2000) explica que o orador pode apresentar a situação atual sob um viés negativo (copo meio vazio), ou positivo (copo meio cheio).

Até então Rousseff demonstrava às Nações Unidas que a situação político-institucional do Brasil estava sob controle, e que as manifestações massivas eram anseios e expressões naturais do jogo democrático. Em 2015, contudo, a presidente ventilou a tese de que havia um golpe em curso contra o seu governo. O extrato abaixo demonstra o Brasil que o povo brasileiro, incluída a presidente, gostaria de viver.

Queremos um País em que os governantes se comportem rigorosamente segundo suas atribuições, sem ceder a excessos. Em que os juízes julguem com liberdade e imparcialidade, sem pressões de qualquer natureza e desligados de paixões político-partidárias, jamais transigindo com a presunção da inocência de quaisquer cidadãos. (ROUSSEFF *apud* PLANALTO, 2015, p. 5)

Tendo em vista este apanhado sobre os governos Rousseff, é possível apreender que o Brasil trazido pela então presidente é um país que sabia respeitar e desejava continuar respeitando procedimentos democráticos, conquistados a tão alto custo

durante os anos de regime militar. Além disso, o Brasil é colocado como protagonista em diversas frentes, que sabe conviver com as diferenças entre povos e culturas e que fez o seu melhor para lidar com a situação econômica e, ainda que a crise assolasse outras nações do globo, mantinha-se respirando graças à sua proatividade e galgava uma posição de destaque no cenário internacional. Em linhas gerais, o Brasil é apresentado tanto como um país que havia realizado inúmeras conquistas nas áreas econômica, social, ambiental e política, quanto como um país que lutava para lidar com seus problemas, enxergando-os como algo possível de superar.

5.2.7. Michel Temer (2016-2017): O Brasil da Normalidade

O Brasil traz às Nações Unidas sua vocação de abertura ao mundo. Somos um país que se constrói pela força da diversidade. Acreditamos no poder do diálogo. Defendemos com afinho os princípios que regem esta Organização. Princípios que são, hoje, mais necessários do que nunca. (TEMER, 2016 *apud* PLANALTO, 2016, p. 1).

Devido ao conturbado afastamento da presidente Rousseff, o então vice-presidente Michel Temer herdou a presidência do Brasil em 2016. Com um plano de governo lançado ainda em 2015 pelo seu partido (PMDB) no documento intitulado Uma Ponte para o Futuro⁹² e um discurso de posse vazado antes de mesmo de sua ascensão, Temer já demonstrava as linhas que seguiria pós-impeachment. A busca por um equilíbrio fiscal seria realizada com diversas reformas, e um retorno mais incisivo ao neoliberalismo dariam sinais de que o ciclo “lulista” da economia política brasileira estava com os dias contados (PIMENTEL; NICHOLS; QUEVEDO, 2017; MARCELINO, 2016; SINGER; LOUREIRO, 2016).

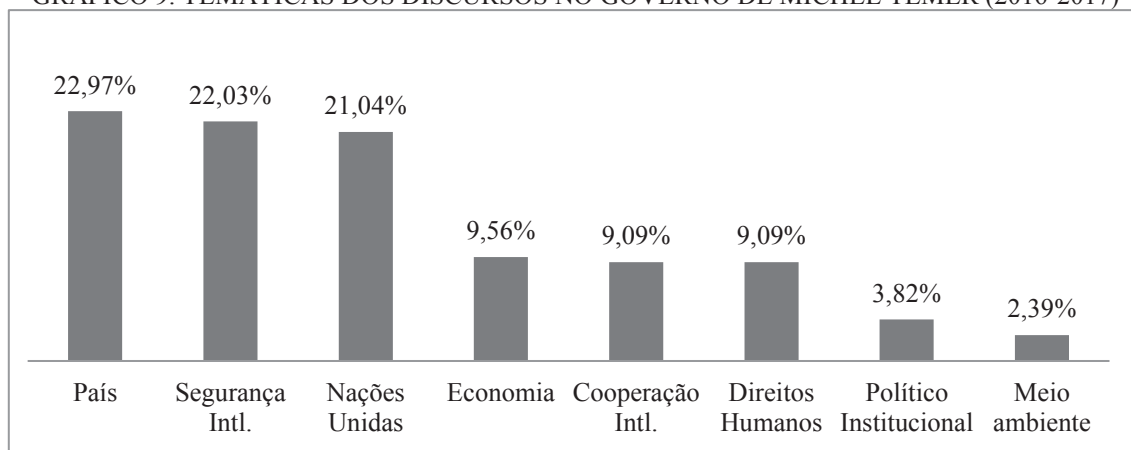
No que diz respeito à política externa, Temer deixou de nomear como Ministros das Relações Exteriores diplomatas de carreira, protocolo que vinha sendo cumprido desde o primeiro mandato de Lula da Silva com a nomeação de Celso Amorim sendo que “das dez nomeações para a chefia do MRE feitas entre 1985 e 2003, apenas três foram para políticos com filiação partidária”, como observa Lima (2005, p.7). Além disso, em pouco menos de um ano, nomeou dois políticos para o cargo, José Serra

⁹² Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

(PSDB) entre maio de 2016 e fevereiro de 2017 e Aloysio Nunes (PSDB), a partir de então.

Assim, por mais que o seu plano de governo desse maior ênfase à economia do país, essa temática não foi a mais utilizada, nem esteve entre as principais nos discursos proferidos à Assembleia Geral da ONU (Gráfico 9).

GRÁFICO 9. TEMÁTICAS DOS DISCURSOS NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2017)



Fonte: O autor (2018).

Ainda em relação às principais temáticas mais utilizadas por Temer nos seus dois anos de mandato (2016 e 2017), o uso de três delas foi bem próximo, a saber, País, com 22,97%, Segurança Internacional, com 22,03%, e Nações Unidas, com 21,04%. O emprego de todas as outras categorias temáticas esteve abaixo dos 10% na média dos dois discursos.

Analisados ano a ano, o então presidente Michel Temer optou por proferir ele mesmo os dois discursos para a tribuna da Assembleia Geral, bem como a sua antecessora, Dilma Rousseff. Dessa vez, os discursos foram bastante homogêneos e trataram de todas as temáticas, conforme apresentado no quadro a seguir (Quadro 10).

QUADRO 10. TEMÁTICAS POR DISCURSO NO GOVERNO DE MICHEL TEMER (2016-2017)

Tema	Presidente Mandato Orador	Temer 1º	
	Ano	Temer	Temer
		2016	2017
País		0,229	0,231
Nações Unidas		0,229	0,192
Cooperação Intl.		0,086	0,096
Segurança Intl.		0,171	0,269
Político Institucional		0,057	0,019
Economia		0,114	0,077
Meio ambiente		0,029	0,019
Direitos Humanos		0,086	0,096
Total		1	1

Fonte: O autor (2018).

Em 2016, Temer optou por dar ênfase na mesma medida a duas categorias principais, a saber, País e Nações Unidas, com 22,9% cada uma. A questão de Segurança Internacional apareceu em terceiro lugar, com 17,1% do tempo dedicado a ela. A apresentação das conquistas do Brasil ao longo dos anos, o seu envolvimento com a ONU, a sua crença no diálogo entre as nações e nos princípios da organização foram colocados como elementos que fariam do Brasil um país apto a colaborar para a superação de impasses quanto à reforma da estrutura do CS.

Ainda, Temer apresentou o processo de impedimento de Rousseff sob a ótica de compromisso com a democracia. Segundo ele, o país havia acabado de “atravessar processo longo e complexo, regado e conduzido pelo Congresso Nacional e pela Suprema Corte brasileira, que culminou em um impedimento. Tudo transcorreu, devo ressaltar, dentro do mais absoluto respeito constitucional.” (TEMER *apud* PLANALTO, 2016b, p. 4).

Na ocasião, Temer foi alvo de protestos nas ruas de Nova York, cidade onde está localizada a sede das Nações Unidas. Além disso, Chefes de Estado e representantes de seis países da América Latina deixaram o plenário da ONU e outros nem sequer entraram no recinto como forma de protesto contra o então presidente⁹³. Era necessário que a imagem de uma democracia consolidada ao longo dos anos, num processo que

⁹³ Chefes de Estado e representantes da Bolívia, Cuba, Costa Rica, Equador, Nicarágua e Venezuela protestaram marcando sua ausência no plenário da Assembleia Geral. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/protesto-na-onu-contra-temer-nao-tem-nenhum-impacto-diz-serra.html>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

vinha sendo realizado desde o governo de José Sarney, não perdesse sua credibilidade diante de tantas denúncias de irregularidade e parcialidade do processo, as quais foram trazidas à tela pelo Partido dos Trabalhadores e seus aliados.

Em seu segundo discurso, em 2017, Temer optou por enfatizar a temática Segurança Internacional, com 26,9%, seguida das categorias País, com 23,1%, e Nações Unidas, com 19,2%. A questão nuclear esteve em voga com a assinatura do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares e dos testes nucleares e missilísticos realizados pelo governo de Kim Jong-un na Península Coreana. Os conflitos na Síria, Afeganistão, Líbia, Iêmen, Mali e República Centro-Africana foram rememorados por Temer ao trazer à tribuna a relação entre prevenção de conflitos, diplomacia e desenvolvimento. O trecho a seguir traz a visão do Brasil quanto aos aspectos nucleares.

O Brasil manifesta-se com a autoridade de quem, dominando a tecnologia nuclear, abriu mão, voluntariamente, de possuir armas nucleares [...] cuja própria Constituição veda o uso da tecnologia nuclear para fins não pacíficos [...] esteve na origem do Tratado de Tlatelolco, que, há meio século, estabeleceu a desnuclearização da América Latina e do Caribe [...] que, com seus vizinhos sul-americanos e africanos, fez também do Atlântico Sul área livre de armas nucleares. [...] que, com a Argentina, estabeleceu mecanismo binacional de salvaguardas nucleares que se tornou, convenhamos, referência para o mundo. (TEMER *apud* PLANALTO, 2017a, p. 3)

A ênfase à Segurança Internacional durante o seu segundo ano de governo pode ter sido realizada como uma estratégia retórica de trazer a atenção do público do orador à aspectos tradicionais da diplomacia brasileira e aos quais não haveria contestação. Diferente do que ocorreria se a ênfase fosse a aspectos Político-Institucionais ou do próprio País.

Nesse sentido, o Brasil foi apresentado como um país de reformas, atravessando transformações e aberto ao mundo, com uma vocação diplomática “verdadeiramente universalista” (TEMER *apud* PLANALTO, 2017a, p. 6). A política levada a cabo pelo governo Temer, entretanto, levanta dúvidas quanto ao seu sucesso e continuidade tanto interna, como externamente. A necessidade de apoio do Congresso fez o governo recuar inúmeras vezes nas propostas de reformas que envolvem inclusive a negociação de pastas e ministérios entre partidos aliados. As mudanças empreendidas por Temer suscitam insatisfação dos extratos mais à esquerda, há denúncias relativas ao seu

envolvimento com escândalos de corrupção e pedidos de impeachment realizados pela oposição (AMORIM, 2017; BETIM, 2017; NUNES, RODRIGUEZ, 2017).

Por fim, a reforma do CS foi apresentada não como uma petição exclusiva do seu país, e sim como um anseio da grande maioria da Assembleia, pois o Brasil “ao lado de tantos outros países, [sustentava] o imperativo de reformar as Nações Unidas. É particularmente necessário ampliar o Conselho de Segurança, para ajustá-lo às realidades do século 21. Urge ouvir o anseio da grande maioria desta Assembleia.” (TEMER *apud* PLANALTO, 2017a, p. 2).

Em linhas gerais, o Brasil apresentado por Michel Temer é um país que passava por uma situação de normalidade, pois seria normal a um país passar por transformações e propor mudanças na condução de sua política. Os discursos de Temer trouxeram aspectos comuns aos governos que o precederam: um país de diversidade, ainda preocupado com o social, com a garantia dos direitos de sua nação, pacífico e com exemplos a serem seguidos por outras nações. Além de trazer essas características de senso comum, do que já era esperado pelo e para o Brasil, deve-se mencionar o esforço trazido pelo orador para apresentar um país que vivia processos democráticos dentro do esperado e que seguia as orientações previstas pela sua própria Constituição. Apesar disso e diferentemente de sua antecessora, Temer apresentou reformas econômicas tanto no discurso – ainda que com pouco destaque –, quanto na prática, seguindo um modelo mais parecido ao do paradigma Normal apresentado por Cervo (2003).

Quanto à hipótese em voga nesta pesquisa, de que o governo Lula da Silva empreendeu a projeção de uma imagem do Brasil amparada mais em projetos de governo do que na tradição diplomática, é possível rejeitá-la de forma parcial novamente quando analisados os discursos no governo de Michel Temer. Em termos discursivos, o então presidente apresentou mudanças nas formulações de políticas econômicas, mas manteve coesão ao posicionar o Brasil como um país de histórico pacífico e que mantinha-se trabalhando para garantir direitos conquistados nos governos anteriores. Nesse sentido, a ênfase a determinados aspectos é natural, uma vez que, conforme apresenta Mesquita (2011), interesses partidários se fazem presentes em quaisquer processos de negociação política e que isso não exclui o processo de formulação da política externa brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil se faz presente como um membro ativo da mais representativa organização no sistema internacional, a Organização das Nações Unidas, desde a sua fundação em 1945. Tendo em vista as mudanças ocorridas no país, que tiveram como marca a redemocratização em 1985, buscou-se com este trabalho, avaliar qual é o Brasil que os líderes brasileiros apresentam em seus discursos diplomáticos na sessão de abertura da Assembleia Geral dessa organização no período da Nova República, objetivo geral da pesquisa.

Tomando como base a hipótese de que a imagem que o Brasil projetou de si mesmo em seus discursos diplomáticos a partir do governo Lula da Silva amparou-se mais em projetos de governo do que em uma tradição diplomática, foi aplicada uma Análise de Conteúdo no *corpus* constituído por trinta e três discursos proferidos pelos representantes do país no período da Nova República, isto é, de 1985 a 2017. Dezoito desses discursos foram articulados pelos próprios presidentes e os outros quinze pelos chanceleres. A partir do método de Análise de Conteúdo foi possível cumprir com os seguintes objetivos específicos: (i) mensurar as temáticas trabalhadas nesses discursos; (ii) identificar perfis projetados pelo Brasil; e (iii) verificar se há rupturas ou continuidades nesses discursos.

Para a consecução desses objetivos, o referencial teórico apresentou discussões relativas à apresentação do Brasil no mundo, sua tradição diplomática e sua relação com as Nações Unidas, comprovando que o Brasil, ainda que não seja uma potência de caráter global, foi e continua sendo um ator relevante para as relações entre nações. Verificou-se, assim, a existência de uma tradição diplomática, desenvolvida desde os tempos do Barão do Rio Branco, de um Brasil aberto ao diálogo e de um país que almeja maior relevância no cenário internacional (CORRÊA, 2007; SANTOS, 2012).

Em seguida, foram apresentados conceitos acerca das diferentes formas de comunicação, seja ela política, pública, governamental ou de Estado e as implicações que cada uma delas traz para o entendimento da comunicação feita pelo Brasil no cenário internacional. A partir do referencial teórico atestou-se a existência de dificuldades na conceituação de termos como comunicação política, comunicação pública, comunicação de Estado e comunicação governamental. As fronteiras entre os

conceitos não são bem delineadas, distintos autores classificam os mesmos termos sob óticas diferentes e, por vezes, consideram-nas o mesmo tipo de comunicação a despeito de suas particularidades (BRANDÃO, 2009; 2011; DUARTE, 2011; HASWANI, 2011; KUNSCH, 2011; LOCATELLI, 2017; WEBER, 2011). Optou-se neste trabalho pelo uso do termo comunicação governamental ao verificar que ela pode ser persuasiva enquanto tem como objetivo a aprovação pública e a governabilidade para alcançar objetivos em períodos de governo.

Além disso, foi avaliado que a comunicação pode ser estrategicamente empregada para a aprovação pública por meio da construção da imagem pública de sujeitos políticos. Tal processo é complexo e envolve inúmeros agentes, meios e ocorre em várias etapas. Se de um lado os oradores planejam estrategicamente a emissão de suas mensagens a fim de alinhar, afastar ou projetar imagens ideais e imagens reais, de outro, é na esfera da opinião pública que essa imagem será comparada com a realidade (GALICIA, 2010; 2013; GOMES, 2004; MCNAIR, 2015; WEBER, 2004). É nesse movimento que se retroalimenta com diversas informações que discursos diplomáticos podem ser utilizados para disseminar e ampliar as mensagens junto à opinião pública no cenário internacional (GOMES, 2004; HUNT, 2015; PANKE, 2010).

Embora o trabalho tenha verificado que discursos diplomáticos podem ser empregados como um instrumento relevante para a projeção internacional da imagem de um país, constatou-se a escassez de estudos que olhem para este gênero discursivo em diversos campos de estudo (CARVALHO, 2011; GOMES, 2011; OLIVER, 1950). No caso de estudos específicos da área de Comunicação, eles representam somente 5% e 7% do total de estudos sobre discursos diplomáticos nas plataformas BTDC e EBSCOhost, respectivamente.

A partir da aplicação do método de Análise de Conteúdo verificou-se que o Brasil utiliza o Debate Geral da Assembleia Geral da ONU para tratar de temáticas diversas que envolvem *low* e *high politics*. De maneira semelhante ao estudo de Yang (2014), os discursos diplomáticos servem como instrumento relevante em prol da construção internacional de uma imagem nacional brasileira. A imagem projetada pelo país ao longo do período da Nova República, pode ser definida como “O Brasil de Princípios”, conforme explorado na seção 5.1., um país que ampara os seus discursos tanto em aspectos relativos à sua tradição diplomática, quanto nos princípios

consolidados na Constituição Federal, mas que já existiam e eram instrumentalizados antes de sua promulgação no ano de 1988.

Ao tomar como referência as diferenças entre comunicação governamental e de Estado, seria possível verificar o mesmo tipo de ênfase à tradição diplomática brasileira e a princípios constitucionais em discursos proferidos durante o regime militar (1964-1985), o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1946), ou quiçá durante o governo do Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914)? Nesses casos, é possível inferir que a resposta seja negativa, uma vez que o uso da comunicação de Estado apresenta objetivos e raciocínios diferentes no caso de ser empregada em regimes democráticos e em regimes autoritários. Entretanto, seria possível confirmar tal afirmação somente por meio pesquisas comparativas dos períodos mencionados com outros não-autoritários, ou até mesmo buscar se os princípios constitucionais em voga aparecem nos discursos.

Não obstante, embora o aparato teórico tenha indicado semelhanças entre discursos diplomáticos e discursos eleitorais (PANKE; CERVI, 2011, PANKE, 2010; OLIVER, 1950) e apontado que as comunicações eleitoral e governamental se diferem, via de regra, pelo período em que é utilizada (CASTRO, 2016; CHARAUDEAU, 2015; 2006) há peculiaridades em cada uma delas. Em determinados momentos, a linguagem utilizada nos discursos do Brasil se assemelha àquela proposta por Gorenc (2011), colorida e rica em metáforas. Contudo, também é possível verificar que nesses mesmos discursos o país adota tons de confronto sob a forma de cobranças aos países mais desenvolvidos, conforme mencionado por Oliver (1950).

Enquanto discursos eleitorais destacam aspectos positivos do candidato ao cargo eletivo (CASTRO, 2016), percebeu-se que os discursos diplomáticos proferidos pelo Brasil não apresentaram o mesmo padrão e o destaque ao próprio País não é regra ao longo do tempo ou em todos os governos desta análise, caso de discursos nos governos de José Sarney, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer. Cogitou-se como uma possível explicação que no caso de o orador ser o próprio presidente haveria maior ênfase ao país, e quando fosse chanceler o destaque seria a outras categorias. Isso não pode ser verificado, pois ainda que três dos cinco discursos no período de José Sarney tenham sido efetuados pelo chanceler Roberto de Abreu Sodré e sete dos oito do governo de Fernando Henrique Cardoso tenham sido proferidos pelos chanceleres Luiz

Felipe Lampreia e Celso Lafer, foi o próprio Michel Temer quem esteve na plataforma da ONU em seus dois discursos.

Outra característica que merece menção é o silenciamento de determinadas categorias ao longo de todo o período analisado. Tal silêncio foi empregado como estratégia retórica, possivelmente para trazer a atenção dos interlocutores para outros assuntos de interesse do orador. É possível que a não menção a categorias como Meio Ambiente e Direitos Humanos, em treze e quatro discursos respectivamente, seja por se tratarem de assuntos de *low politics*, isto é, que não necessariamente são vitais para a soberania dos Estados no sistema internacional.

Também foram verificados momentos em que o Brasil enfatizou aspectos controversos, caso das mesmas temáticas quando trabalhadas na passagem dos anos 1980 para os anos 1990. Nesse caso, os discursos foram desenvolvidos como uma espécie de gerenciamento de crise: era necessário mostrar um país ativo, que reconhecia e buscava resolver seus problemas internos. A partir desses dados é possível inferir que temas relativos a *low politics* são instrumentalizados na medida em que podem trazer algum tipo de benefício para o país – i.e. conquistas e/ou conferências internacionais –, ou evitar ou minimizar prejuízos, como é o caso de violações de direitos humanos. A menção de temas de *high politics* por sua vez, como é a Segurança Internacional ocorre em todos os discursos.

Durante o mandato de José Sarney (1985-1989), o Brasil é trazido como “O Brasil de Novas Possibilidades”. É um país que, apesar do passado e presente difíceis, vislumbrava novas possibilidades, fazendo sua parte e tentando se projetar como um país maduro e com identidade própria por meio da participação ativa em negociações internacionais. Ainda que houvesse vulnerabilidades, o país as reconhecia e trabalhava para resolvê-las cobrando a mesma postura dos países desenvolvidos.

O governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), por sua vez, traz o país como “O Brasil que se Adapta”, pois embora tenha se colocado como exemplo na questão de segurança e como um possível auxiliador em questões relativas à ONU, adotou uma postura subserviente à lógica internacional, um possível resultado da conjuntura relativa a aspectos políticos, institucionais e econômicos. Esta seria uma adaptação criativa em que o país estava disposto a trabalhar dentro das realidades interna e externa.

“O Brasil Integrador” apresentado no governo Itamar Franco (1993-1994) destacou o histórico pacífico como opção, e não falta de alternativas. O país também foi trazido como uma nação ativa tanto no cenário interno, quanto externo e que, ciente dos seus problemas se empenhou em encontrar soluções. Ao destacar o empenho integrador e cooperador no cenário internacional, também foi possível identificar relações diretas com a marca-país deste governo, cujo slogan era “Brasil – União de Todos”.

Os discursos proferidos nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) posicionaram o país como “O Brasil de Diálogo”, como uma ponte entre as nações do sistema internacional, um país de diálogo. A marca-país “Trabalhando em todo o Brasil” também conversou com os argumentos discursivos neste período, pois o país era resultado de muito trabalho, e não obra do acaso. Os oradores almejaram protagonismo amparando seus argumentos no aspecto pacífico e democrático do país: o Brasil estava pronto para contribuir e arcar com maiores responsabilidades. Embora tenha-se verificado mudanças na porcentagem temática empregada em cada um dos governos de Cardoso, não há mudanças significativas na imagem projetada pelo país.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), a imagem trabalhada do Brasil foi a de uma nação humana e multifacetada, como “O Brasil de Bons Exemplos”. A marca-país “Um País de Todos” refletia esses aspectos trabalhados nos discursos ao longo do período, pois havia oportunidades para todos. Além disso, as experiências do país lhe outorgavam credenciais para a conquista de seus objetivos: o país já se empenhava a replicar experiências bem sucedidas. É possível inferir que o protagonismo almejado por Cardoso foi reforçado nos governos Lula da Silva, parte pelas características pessoais do então presidente, parte pelos resultados logrados em seus dois mandatos.

A personalidade e as conquistas pessoais de Lula da Silva foram aspectos enfatizados ao longo dos discursos, o que é uma característica natural do orador, conforme explanado por Panke (2010). Embora já fosse esperado que o então presidente desse destaque a essas características, verificou-se que o mesmo ocorreu nos discursos dos presidentes José Sarney e Dilma Rousseff, os quais trazem o seu próprio histórico de vida para legitimar aquilo que falam em nome do Brasil. Vale mencionar ainda que, embora Fernando Collor de Mello tenha centrado sua estratégia de comunicação em torno de si mesmo ao longo do seu governo, conforme apresentado na seção 3.1.1., não

foi possível verificar o mesmo raciocínio nos discursos diplomáticos proferidos durante o seu governo. Uma possível resposta para tal diferença pode ser a fragilidade em que Collor de Mello precisou governar quanto à estabilidade política e econômica.

Ao longo dos cinco anos nos quais Dilma Rousseff governou o Brasil (2011-2015), a então presidente apresentou o país como “O Brasil de Superações”. Verificou-se que o país trazido pela então presidente é um país que sabe respeitar os procedimentos democráticos, conquistados a um custo tão alto. A presidente trouxe o Brasil como protagonista em diversas frentes, como um país que sabe conviver com as diferenças entre povos e culturas, que fazia o seu melhor para lidar com os imbróglios internos, que se mantinha respirando devido à sua proatividade e ainda galgava uma posição de destaque no cenário internacional. A superação no passado e a possibilidade de fazer o mesmo com os eventos presentes foram características verificadas ao longo de todo o processo.

No que diz respeito ao uso de marca no governo Rousseff, a marca-país “País Rico é País sem Pobreza” pode ser verificada nos seus dois primeiros discursos diplomáticos, quando a presidente enfatizou que o combate à fome e à miséria continuava como prioridade em seu governo, herança do governo Lula da Silva. Percebe-se dessa maneira que a presença do ex-presidente permanece não apenas no cenário nacional ou no processo eleitoral de Dilma Rousseff, mas também como forma de sustentar a credibilidade do seu governo, pois Lula da Silva era uma figura bem quista por grande parte dos líderes mundiais.

O Brasil apresentado por Michel Temer (2016-2017) é “O Brasil da Normalidade”, isto é, um país que passava por transformações e que vinha propondo mudanças na condução da sua política por meio de reformas políticas e econômicas. Embora tenha projetado um clima de normalidade institucional no país, houve manifestações dentro da própria ONU contra o então presidente. Apesar dessas implicações, Temer trouxe um país de diversidade, ainda preocupado com o social, com a garantia dos direitos de sua nação, pacífico e com exemplos a serem seguidos por outras nações.

A partir dos resultados encontrados com a aplicação da Análise de Conteúdo, foi possível rejeitar parcialmente a hipótese desta pesquisa, isto é, a hipótese de que a imagem que o Brasil projetou de si mesmo em seus discursos diplomáticos a partir do

governo Lula da Silva amparou-se mais em projetos de governo do que em uma tradição diplomática. Embora tenham havido mudanças na imagem projetada pelo país durante os governos Lula da Silva, não foi possível atestar que esse fato é exclusividade dos seus governos. Ademais, também é possível verificar aspectos tangentes à imagem do país que permanecem ao longo de todo o período analisado.

Verificou-se que em relação à imagem desenvolvida pelo Brasil, foram utilizados alguns aspectos ao longo de todo o período e de forma coerente entre todos os governos, este seria o que intitulou-se por “O Brasil de Princípios”. Esse é o caso do histórico pacífico do país e do fato de ter aberto mão voluntariamente da energia nuclear para fins militares, da questão democrática conquistada e consolidada, da projeção das próprias ações na busca de protagonismo, em especial nas suas relações com os vizinhos das Américas e da África, e da ênfase às conquistas nas áreas sociais e de direitos humanos. Esses aspectos coadunam com os princípios que regem as relações internacionais do país e consolidados na sua Magna Carta, uma das conquistas durante a Nova República que marcou a redemocratização.

Dentro disso, ao tomar como referência a Constituição de 1988, a integração da América Latina está presente como princípio para as relações internacionais do país. Assim, a instrumentalização da região como referencial geográfico para apresentar as credenciais do Brasil como um interlocutor ativo durante o governo Lula da Silva (BARBOSA, 2011; RODRIGUES, 2015; SANTOS, 2006) também é verificada em outros governos, caso de Sarney, Franco e Cardoso.

Ao longo de todo o período, com mais ou menos ênfase, o Brasil se apresenta como um país que busca prestígio através de sua inserção internacional, trabalha sua imagem como instrumento para o desenvolvimento social e econômico e tenta se estabelecer como *region-builder* no Atlântico Sul (ABDENUR; NETO, 2014). Deste modo, o país utiliza os seus discursos como estratégia e busca manter uma coerência entre discurso e prática política ao longo do tempo, o que estaria de acordo com a premissa de Onuf (1989) de que no sistema internacional dizer equivale a fazer.

No que diz respeito às práticas de política externa brasileira, a “dança dos paradigmas” (CERVO, 2003) foi verificada ao longo de todo o período, demonstrando que há a influência de outros agentes na definição de políticas de governo e que a política externa brasileira se constitui da mesma forma, isso não seria exclusividade de

Lula da Silva. Os resultados coadunam com aqueles encontrados por Machado (2006), de que os governos Sarney e Cardoso apoiaram políticas neoliberais em seus discursos. Verificou-se, além disso, que o mesmo ocorreu nos discursos de Temer.

Tangente à opção conceitual pelo uso do termo comunicação governamental em detrimento da comunicação de Estado, é possível aferir que a comunicação realizada pelo Brasil por intermédio dos discursos diplomáticos na abertura do Debate Geral da ONU pode ser classificada como comunicação de governo. Isso decorre das alterações verificadas a cada troca de governo, pois tanto a imagem projetada, quanto a política externa acabam por ser influenciadas por objetivos próprios de cada governante, bem como por outros sujeitos políticos, como é o caso de partidos, grupos de pressão, etc.

Consequentemente, para além da tradição diplomática construída por Barão Rio Branco, em que a política externa estaria além e acima de discussões de política interna, verificou-se que há sim influência desta naquela. Conforme apresentado por Hobsbawm (1990) e Nardin (2013), as práticas políticas dentro de um Estado são condensadas e envolvem diversos agentes. Para ilustrar, este é o caso da presença constante nas definições de diretrizes da política externa brasileira de Marco Aurélio Garcia, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo, que foi nomeado assessor do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu governo. Ou quiçá, das diversas nomeações de políticos de carreira para o cargo de ministro das relações exteriores por Temer em um curto período.

Quanto aos discursos internacionais, hodiernamente não há informações na documentação oficial do governo – resoluções e decretos – sobre qual é o agente responsável por sua construção. Desse modo, as mudanças e indefinições discursivas e da imagem do país podem ser não apenas resultado de estratégias de governo ou dos diversos agentes envolvidos, mas também da falta de comunicação entre os envolvidos. Se isso pode dar mais autonomia ao processo, também é factível o surgimento de resultados inesperados em decorrência da inexistência de um planejamento de comunicação adequado ou ao menos que formalize quais são os agentes encarregados por minutar, redigir ou revisar os discursos. A investigação das rotinas de produção desses discursos emerge, aqui, como um campo a ser explorado em pesquisas futuras.

No que diz respeito à tradução da imagem do Brasil em aspectos visuais, caso das marcas-país do Governo Federal e da Marca Brasil, também não foi possível atestar

uma harmonia entre o trabalho realizado pelas distintas entidades responsáveis por promover a imagem do Brasil no exterior, sejam elas autarquias, assessorias, ministérios, secretarias ou agências públicas, conforme apresentado na seção 3.1.1.1.

Em relação à marca-país do Governo Federal, não foi possível verificar padrões nas mudanças promovidas ao longo dos anos, tanto no que diz respeito ao uso de cores, slogans, *taglines* ou valores. Conforme apresentado, a imagem transmitida por intermédio dessa marca coadunou com os discursos no Debate Geral da ONU somente nos governos dos presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e no primeiro mandato de Dilma Rousseff.

No caso da Marca Brasil “Sensational!” desenvolvida e consolidada durante os governos do Partido dos Trabalhadores – Lula da Silva e Rousseff – constatou-se que ela permaneceu a mesma independente das mudanças políticas e ideológicas resultantes da ascensão de Temer (PMDB) à presidência. É possível identificar aspectos dessa marca que trazem o Brasil como um país diverso, cheio de peculiaridades e que sabe conviver com as diferenças nos discursos proferidos no período de administração dos três presidentes. Ao menos no que diz respeito ao turismo internacional, estaria o Brasil buscando um alinhamento na imagem projetada por si?

Embora seja factível aferir a imagem que o Brasil projetou de si mesmo, conforme propõe este trabalho, não é possível determinar que essa é a imagem pública do Brasil no cenário internacional. Para que isso fosse verificado seria necessário um esforço posterior para avaliar se a imagem projetada equivale à imagem recebida e retransmitida pela opinião pública por meio da imprensa, por exemplo. Diferentes agentes da imprensa internacional perceberam a imagem do Brasil da mesma forma? E quanto a agentes da imprensa nacional? Como os discursos diplomáticos brasileiro reverberam nesse contexto?

Reconhece-se, assim, a existência de algumas limitações nesta pesquisa. Não obstante, embora este trabalho tenha sido desenvolvido da forma mais objetiva e transparente possível, deve-se rememorar que “as análises do passado, por mais objetivas que procurem ser, estão sempre sujeitas a revisões e a visões diversas de interpretar” (FAUSTO, 2012, p. 306). Afinal, a história de um país nunca pode ser tida como concluída.

Por fim, espera-se que esta dissertação contribua para a construção do conhecimento relativo à comunicação política e governamental e, em especial, para a análise de discursos diplomáticos, carente de pesquisas nas áreas de Comunicação e Comunicação Política. Nesse sentido, abre-se campo para futuras pesquisas que realizem análises de outros discursos a partir das categorias temáticas empregadas nesta Análise de Conteúdo, que comparem diferentes períodos temporais, regimes ou até discursos de outros países a respeito do Brasil. Também é possível direcionar esforços para a avaliação das estratégias retóricas utilizadas pelos oradores, conforme previsto por Castro (2016) e Wiethoff (1981), análises sobre as rotinas de produção de discursos diplomáticos e avaliações da repercussão dos próprios discursos brasileiros por parte da opinião pública.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014. DOI: 10.1590/0034-7329201400101.

AGÊNCIA SENADO. Dilma diz que ter tirado o Brasil da miséria é seu maior orgulho. **Da Redação**, 29 ago. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/29/dilma-diz-que-ter-tirado-o-brasil-da-miseria-e-seu-maior-orgulho>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Análise Institucional da Política Exterior do Brasil: 15 anos de diplomacia brasileira, 2002-2007**. Uma seleção de trabalhos de Paulo Roberto de Almeida. 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/33150249/Analise_Institucional_da_Politica_Exterior_do_Brasil_15_anos_de_diplomacia_brasileira_2002-2017_Uma_selecao_de_trabalhos_de_Paulo_Roberto_de_Almeida?auto=download>. Acesso em: 11 jul. 2017.

_____. Uma nova ‘arquitetura’ diplomática? – Interpretações divergentes sobre a política externa do Governo Lula (2003-2006). **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 49. N. 1. 2006.

_____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Rev. bras. polít. int.**, 47(1), 2004.

ALMOND, Gabriel A.; POWELL JR., G. BINGHAM. **Uma Teoria de Política Comparada**. 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1980.

AMORIM, Celso. "Política externa é uma política pública como as demais. Está sujeita à expressão das urnas". 08 abr. 2010. **Entrevista concedida a Douglas Portari e João Cláudio Garcia**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=6458>. Acesso em: 21 nov. 2017.

_____. **A diplomacia multilateral do Brasil** - Um tributo a Rui Barbosa. Palestra do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da “II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional - O Brasil e o Mundo que vem aí” Rio de Janeiro, Palácio Itamaraty, 5 de novembro de 2007. Brasília : FUNAG, 2007. Disponível em: <https://utexas-ir.tdl.org/bitstream/handle/2152/24710/548-A_diplomacia_multilateral_do_Brasil_Um_tributo_a_Rui_Barbosa.pdf?sequence=2>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. A ONU aos setenta: reforma do Conselho de Segurança (apontamentos para um livro de memórias). In: **O Brasil e as Nações Unidas : 70 anos**. Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura, Maria Luisa Escorel de Moraes e Eduardo Uziel (organizadores) ; Eduardo Uziel ... [et al.]. Brasília : FUNAG, 2003.

AMORIM, Felipe. Rito da votação de denúncia contra Temer será semelhante ao do impeachment. **UOL**, Brasília, 16 jul. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/16/em-denuncia-contra-temer-deputados-anunciam-o-voto-como-no-impeachment-entenda.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Para entender Relações Públicas**. 4. Ed. São Paulo : Edições Loyola, 2005.

_____. Mito e realidade da opinião pública. **R.A.E.**, n. 11, 1964.

ARBIX, D. Contenciosos Brasileiros na Organização Mundial do Comércio (OMC): Pauta Comercial, Política e Instituições. **CONTEXTO INTERNACIONAL**, Rio de Janeiro, vol. 30, no 3, setembro/dezembro 2008, p. 655-699

ARISTÓTELES. **Tratados de lógica I (Órganon)**: Categorías; Tópicos; Sobre las Refutaciones Sofísticas. Introducción, traducción y notas de Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Editorial Gredos, 2000.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 29 ed. Porto Alegre : Globo Editora, 1992.

AYROSA, Eduardo A. T. Imagem de país: uma escala para avaliar atitudes relativas a países. XXII Encontro Anual da ANPAD, 1998, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 1998.

AZEVEDO JUNIOR, A. de C.; CASTRO, F. E. de; PANKE, L. (orgs.). **Eleições 2016: análise do HGPE em capitais brasileiras**. Londrina, Syntagma Editores, 2017.

BARBOSA, Gabriela Gonçalves. **A inserção da América do Sul no discurso diplomático brasileiro no Governo Lula (2003-2010)**. 2011. 172f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa : Edições 70, 1977.

BARNETT, Michael N.; FINNEMORE, Martha. The Politics, Power, and Pathologies of International Organizations. **International Organization**, v. 53, n. 4, 1999, p. 699-732.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira; LEÃO, Renato Zerbini Ribeiro. O Brasil e o espírito da Declaração de Cartagena. Mini-Feature: Brasil. **Revista Forced Migration**, ed. 35, Julho de 2010. Disponível em: <<http://www.fmreview.org/sites/default/files/disability/FMR35brasil.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; VARELLA, Marcelo Dias; SCHLEICHER, Rafael T.. Meio ambiente e relações internacionais: perspectivas teóricas, respostas institucionais e novas dimensões de debate. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 47, n. 2, p. 100-130, Dec. 2004. DOI: 10.1590/S0034-73292004000200004.

BARTELS, L. M. Public Opinion: Political Aspects. In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Palo Alto and Berlin : Elsevier, 2001. p. 12560-12563

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994. Disponível em: <<http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/consenso%20de%20washington.pdf>>. Acesso em 15 ago. 2017.

BBC . **What has gone wrong in Brazil?** Latin America & Caribbean. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-latin-america-35810578>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

BEITZ, Charles R. **Political theory and international relations**. New Jersey : Princeton University Press, 1999.

BETIM, Felipe. Denúncia contra Temer x impeachment de Dilma: o que é mais grave, pedaladas ou corrupção? **El País**, São Paulo, 28 jun. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/27/politica/1498593857_443254.html. Acesso em: 15 ago. 2017.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, 11. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOZZA, Gabriel Alexandre; PANKE, Luciana. Estratégias Argumentativas no Facebook do Movimento #YOSOY132 Pós-Eleição Presidencial Mexicana de 2012. **Cadernos de Comunicação**, v. 17, n. 2 (2013). DOI 10.5902/2316882X9030

BRANDÃO, E. P. Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública. In: XXIX CONGRESSO BRASILEIRO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2006, Brasília. Anais Eletrônicos, Brasília,

_____. Comunicação Pública. In: XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 1998, Recife. **Anais...** São Paulo : Intercom, 1998.

BRANDÃO, H.H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. Ver. Campinas : Editora da Unicamp, 2012.

BRASIL. **Instrução Normativa SECOM-PR nº. 2**, de 16 de Dezembro de 2009. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/documentos-e-arquivos/9%20-%20IN%2002%20%2016-12-09.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. Ministério das Relações Exteriores. Gabinete do ministro. Portaria Nº 212, de 30 de abril de 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 mar. 2018.

BRUNO, F. M. R.; AZEVEDO, A. F. Z. de; MASSUQUETTI, A. Os contenciosos comerciais e os principais casos de retaliação do Brasil à prática de subsídios agrícolas

na Organização Mundial de Comércio. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.44, n.1, p.188-195, jan, 2014.

BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica**: Um Estudo da Ordem Política Mundial. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CANEL, María José; SANDERS, Karen. Government Communication: An Emerging Field in Political Communication Research. In: SEMETKO, Holli A.; SCAMMELL, Margaret (eds.) **The Sage Handbook of Political Communication**. Thousand Oaks : SAGE Publications Ltd., 2012.

CANZIAN, Fernando. Presidente não discursará na ONU. Brasil. **Folha de S. Paulo**, 08 set. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0809200513.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**: revista eletrônica de administração, Lavras, v. 6, n. 1, p. 69-85, jan.-jun. 2003.

CARDIM, C. H. A luta pelo princípio da igualdade entre as nações - Rio Branco e Rui Barbosa na Conferência de Paz da Haia de 1907. In: **II Conferência da Paz**, Haia, 1907 : a correspondência telegráfica entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa / [Centro de História e Documentação Diplomática]. – Brasília : FUNAG, 2014.

CARVALHO, Evandro Menezes de. **Semiotics of International Law**. Trade and Translation. Law and Philosophy Library 91. Dordrecht ; Heidelberg ; London ; New York : Springer, 2011. DOI 10.1007/978-90-481-9011-9

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Patrícia Nasser de; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise da sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 3, 2016. DOI: 10.21530/ci.v11n3.2016.570

CASARÕES, G.; VIGEVANI, T.. O lugar de Israel e da Palestina na política externa brasileira: antissemitismo, voto majoritário ou promotor de paz? **História** (São Paulo) v.33, n.2, p. 150-188, jul./dez. 2014. DOI: 10.1590/1980-43692014000200009

CASTRO, Daniela. **Decoding Speech**: A Content Analysis on Egyptian President Anwar Al-Sadat. 2015. 48 f. Tese (Graduação em Geografia). – Departamento de Geografia. Honors College of Texas State University, San Marcos.

CASTRO, Fernando Emmendoerfer de. **As manifestações brasileiras de 2013 sob a ótica do HGPE dos candidatos a presidente do Brasil em 2014**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CERVI, Emerson U. O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 1, Junho, 2011, p.106-136.

CERVO, Amado Luiz. O Brasil na atual ordem mundial. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.1, n.2, Jul-Dez, 2012.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Rev. Bras. Polít. Int.** n. 46, v. 2, p. 5-25, 2003.

_____. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 5-35, June 2002. DOI: 10.1590/S0034-73292002000100001.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4 ed. Ver. Ampl., 1ª reimp. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2012.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). **Rev. Bras. Polít. Int.** 57 (2). 2014. p. 133-151. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf>>. Acesso em: 10/05/2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. O discurso político. In: EMEDIALO, W.; MACHADO, I.; MENEZES, W. (Org.). **Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CIOFFI-REVILLA, Claudio A. Diplomatic communication theory: Signals, channels, networks, **International Interactions: Empirical and Theoretical Research in International Relations**, v. 6, n. 3, p. 209-265, 1979.

COMUNICAÇÃO ELEITORAL (CEL). Grupo de Pesquisa Comunicação Eleitoral. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.comunicacaoeleitoral.ufpr.br/>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.

CORONATO, Daniel Rei. **De Sarney a Dilma: o Brasil na Assembleia Geral da ONU**. NEAI - Núcleo de Estudos e Análises Internacionais. Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – IPPRI/UNESP. 28 set. 2015. Disponível em: <<http://neai-unesp.org/de-sarney-a-dilma-o-brasil-na-abertura-da-assembleia-geral-da-onu/>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Henrique. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social No Brasil. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia (orgs.). **Bolsa família 2003-2010 : avanços e desafios**. Brasília : Ipea, 2010. p- 57-100.

DAG HAMMARSKJÖLD LIBRARY. **Who is the first speaker in the annual general debate of the General Assembly?**. 21 set. 2016. Disponível em: <<http://ask.un.org/faq/14451>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

DALBOSCO, Vagner. **Elementos de Comunicação e marketing político**. Chapecó : Argos, 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 32 ed. São Paulo : Saraiva, 2013.

DECAT, E. 'Governo Federal: Ordem e Progresso' será o slogan de Temer. **O Estado de S. Paulo**, Política, 12 mai. 2016. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-federal-ordem-e-progresso-sera-o-slogan-do-governo-temer,10000050764>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

DINNIE, K. **Nation Branding**. Concepts, Issues, Practice. Oxford : Elsevier, 2008.

DONAHUE, Ray T.; PROSSER, Michael H. **Diplomatic discourse: international conflict at the United Nations : addresses and analysis**. Greenwich : Ablex Publishing Corporation; Londres : JAI Press Ltd, 1997.

DUARTE-PLON, L.; MEIRELES, C. “Tudo ficou mais claro: é golpe”. **Carta Capital**, São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/904/201ctudo-ficou-mais-claro-egolpe201d>>. Acesso em: 5 jul. 2016.

DUARTE, J. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. Ed. São Caetano do Sul : Difusão Editora, 2011.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo : Perspectiva, 1993.

ELGSTRÖM, O. Do Images Matter? The Making of Swedish Neutrality: 1834 and 1853. **Cooperation and Conflict**, n. 35, v. 3, 2000. DOI: 10.1177/00108360021962093

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. Plano Aquarela. Marketing Turístico Internacional do Brasil (2003-2006). 2003. Chias Marketing. Disponível em: <http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/export/sites/lai/galerias/download/Plano_Aquarela_2003_a_2006.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2. ed., 5. Reimpr. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FERREIRA, O. S. Política Externa: Assunto de Estado ou de Governo? **Pensar & Repensar**. 2014. Disponível em: <<http://www.oliveiros.com.br/politica-externa-assunto-de-estado-ou-de-governo/>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FIGUEIRA, A. C. R. Política Externa: Política de Estado ou Política de Governo? **Mundorama**, 2010. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?article=politica-externa-politica-de-estado-ou-politica-de-governo-por-ariane-cristine-roder-figueira>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimyr L. 'Estratégias de Persuasão em Eleições Majoritárias: Uma Proposta Metodológica para o Estudo da Propaganda Política'. In: FIGUEIREDO, Rubens (ed.). **Marketing Político e Persuasão Eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo : Contexto, 2015.

FOLHA DE S. PAULO. Impeachment não foi golpe, diz revista britânica 'The Economist'. **Poder**, São Paulo, 13 set. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/09/1812832-impeachment-nao-foi-golpe-diz-revista-britanica-the-economist.shtml>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

_____. Campanha quer resgatar auto-estima brasileira. **Brasil**, Reportagem Local, 20 jul. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2007200403.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 16 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GADEBATE. **General Assembly of the United Nations** / General Debate of the 71st Session / Frequently Asked Questions (FAQ), 2016. Disponível em: <<https://gadebate.un.org/en/faq>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

GALICIA, Javier Sanchez. Comunicar para governar. In: ELIZALDE, Luciano; RIORDA, Mario. **Comunicación Gubernamental 360**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : La Crujía, 2013. p. 47-68.

_____. **Treinta claves para entender el poder**. México : Piso 15: 2010.

GAUN. General Assembly of the United Nations: President of the 68th Session. **Oswaldo Aranha**. 2014. Disponível em: <<http://www.un.org/en/ga/president/bios/bio02.shtml>>. Acesso em: 07 ago. 2017.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Navegantes, Bandeirantes e Diplomatas. Brasília : FUNAG, 1999.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. Rio Branco, inventor da história. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco**: 100 anos de memória. Brasília : FUNAG, 2012. p. 629-650

GOMES, A. de T. Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas Abordagens. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, 2011.

GOMES, Wilson. 20 de política, Estado e democracia digitais: uma "cartografia" do campo. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Democracia digital, comunicação política e redes**: teoria e prática. Rio de Janeiro : Folio Digital : Letra e Imagem, 2016.

_____. A política de imagem. In: GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo : Paulus, 2004.

GORENC, Nina. Pasti in Izzivi Političnega in Diplomatskega Diskurza. **Teorija in Praksa**, v. 48, n. 4, jul/ago, 2011.

GÖRGEN, James. **Sistema Central de mídia**: proposta de um modelo sobre os conglomerados de comunicação no Brasil. 2009. 141f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte : Editora UFMG; Brasília : Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HASWANI, M. F. Comunicação pública 360 graus e a garantia de direitos. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. Ed. São Caetano do Sul : Difusão Editora, 2011.

HELD, David. Reframing global governance: Apocalypse soon or reform!. **New Political Economy**, v. 11, n. 2, p. 157-176, 2006.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2004.

HIRST, Monica; PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Rev. Bras. Polít. Int.** 38 (1): 5-23, 1995.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e Nacionalismo desde 1780** : programa, mito e realidade. [trad. Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino]. – Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

_____. **Era dos extremos**: O breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Alan. **Public Diplomacy** – What it is and how to do it. Geneva : United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), 2015.

IBINARRIAGA, J.A.; HASBUN, R. T. **El arte de la Guerra electoral**: Guía esencial para entender cómo funciona una campaña política. México : Grijalbo, 2012.

JERVIS, R. **The Logic of Images in International Relations**. Nova Iorque : Columbia University Press, 1989.

JUNGSMANN, Raul. Aula Inaugural proferida pelo Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann. **Curso Defesa, Segurança e Política Externa**. Brasília : Instituto Rio Branco, 2017. Disponível em: <<http://funag.gov.br/images/Apresentacao-/2017.01.25-Aula-Magna-do-MD-IRBr.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser contruído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012. DOI: 10.1590/S0104-93132012000300003.

KEOHANE, Robert Owen. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**. Princeton University Press : New Jersey, 1984.

KEOHANE, Robert Owen; MARTIN, Lisa L. The promise of institutionalist theory. **International Security**, Harvard, v. 20, n.1, p. 39-51, 1995.

KINZO, Maria D'Alva G.. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 15, n. 4, p. 3-12, Dez. 2001. DOI 10.1590/S0102-88392001000400002.

KOTLER, Philip; GERTNER, David. O estratégico marketing de lugares. **HSM Management**, n. 44, 2004.

KRASNER, Stephen. Causas estruturais e consequências dos regimes internacionais: regimes como variáveis intervenientes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, 2012.

KRATOCHWIL, Friedrich. Constructivism as an Approach to Interdisciplinary Study. In: FIERKY; JORGENSEN (eds.). **Constructing International Relations: the next generations**. Londres : M. E. Sharpe, 2001.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Relações públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional**. São Paulo : Summus, 1997.

KURAN, T. Public Opinion: Microsociological Aspects. In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Palo Alto and Berlim : Elsevier, 2001. p. 12556-12560

LA BOTZ, Dan. Brazil: Lula, Rouseff, and the Workers Party Establishment in Power. **New Politics** 15(2), 2015. Disponível em: <<http://newpol.org/content/brazil-lula-rousseff-and-workers-party-establishment-power>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

LAURENT, Hermel. **Pierre Zémor** : La communication publique . In: Politiques et management public, v. 13, n. 2, 1995. 50e numéro. Cahier 1. pp. 152-154.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas**. Editora Companhia das Letras, 2001.

LIEDTKE, P.; CURTINOVI, J. Comunicação pública no Brasil: passado, presente e futuro. **Comunicação Pública** [Online], v.11, n. 20. DOI : 10.4000/cp.1171

LIMA, Camila Machado. O caso Maria da Penha no Direito Internacional. A pressão externa fomentando mudanças em uma nação. **Jus.com.br**. Direito internacional público, 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/58908/o-caso-maria-da-penha-no-direito-internacional>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

LIMA, Maria Regina Soares de. “A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul.” **Revista Brasileira de Política Internacional**, 8 (1): 24-59, 2005.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Tradução e prefácio de Jacques A. Wainberg. Petrópolis : Vozes, 2008.

_____. **Public Opinion** [1922]. Nova Iorque : Hancourt, Brace and Company, 1997.

LOCATELLI, C. Comunicação pública e barragens – estratégias e atores. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (org.) **Comunicação pública e política** – pesquisa e práticas. Florianópolis : Insular, 2017.

LOPES, Dawisson Belém **Política Externa na Nova República**: os primeiros 30 anos. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2017.

_____. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 54, n. 1, 2011.

_____. A ONU tem autoridade? Um exercício de contabilidade política (1945-2006). **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 50, n. 1, p. 47-65, 2007.

LUQUE, L. A. B., DE LAS HERAS PEDROSA, C., SÁNCHEZ, P. I. La heráldica cívica en la provincia de Málaga Evolución y análisis de su imagen. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, n. 11, v. 6, p. 155-180, 2016. DOI: 10.5783/RIRP-11-2016-09-155-180

MACHADO, Silvio Romero Martins. **Ideologia e discurso diplomático**: a inserção do Brasil na ordem neoliberal (1985-1999). Passo Fundo : Editora Universidade de Passo Fundo, 2006.

MACHIORO, Kelvin. Propostas e Grupos da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. **Conjuntura Global**, Curitiba, Vol.2, n.4, out./dez., 2013, p. 244-252.

MAGALHÃES, André Matos; SILVA, Marcelo Eduardo Alves da; DIAS, Fernando de Mendonça. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. **Opin. Publica**, Campinas , v. 21, n. 3, p. 535-573, 2015.

MAGNOLI, D.; BARBOSA, E. S. **O leviatã desafiado** : [1946-2001], vol. 2. Rio de Janeiro : Record, 2013.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo**. 2. ed. Reform. São Paulo : Atual, 2008.

MALUF, Sahid; MALUFE NETO, Miguel Alfredo. **Teoria Geral do Estado**. 32 ed. São Paulo : Saraiva, 2016.

MARCELINO, F. **Temer e sua ponte para o passado**. 2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/brasil/temer-e-sua-ponte-para-o-passado/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MARQUES, Francisco P. J.; MONT'ALVERNE, Camila; KNISS, Andressa Buttore; PUPOR, Amanda. O que significa “Opinião Pública”? Um estudo sobre os diferentes sentidos do termo nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Estudos em Comunicação**, n. 25, v. 1, 2017. DOI: 10.20287/ec.n25.v1.a04

MARIANO, M. P. A diplomacia e a continuidade na política externa brasileira. In: **A política externa brasileira e a integração regional**: uma análise a partir do Mercosul [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 15-36

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 82, p. 57-66, Nov. 2008. DOI 10.1590/S0101-33002008000300003.

MCCARTHY, Erin. 30 Presidential Nicknames—Explained!. 2017. **Mental Floss**. Disponível em: <<http://mentalfloss.com/article/57009/30-presidential-nicknames-explained>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

MCNAIR, Brian. Image, Political. In: MAZZOLENI, Gianpietro (ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. Nova Jersey : John Wiley & Sons, Inc., 2015.

_____. **An introduction to political communication**. 3. ed. Londres; Nova Iorque : Routledge, 2003

MEARSHEIMER, John J. A realist reply. **International Security**, Harvard, v. 20, n. 1, p. 82-93, 1995.

_____. The false promise of International Institutions. **International security**, Harvard, v. 19, n. 3, p. 5-49, 1994.

MELLO, E.; SPEKTOR, M.; Presidencialismo de coalizão condena o país ao atraso, dizem pesquisadores. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 dez. 2017. Ilustríssima. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1939782-presidencialismo-de-coalizao-condena-pais-ao-atraso-como-mostra-lava-jato.shtml>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

MÉRITENS, Patrice. Pour ou contre la communication gouvernementale?. **Le Figaro.fr**, 28 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/lefigaromagazine/2009/02/28/01006-20090228ARTFIG00182--pour-ou-contre-la-communication-gouvernementale-.php>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

MESQUITA, L. C. Partidarização da Política Externa Brasileira – Uma proposta para a participação partidária na Política Externa. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 3, 2011, São Paulo. **Anais...** Belo Horizonte : ABRI, 2011. p. 1-19.

MICHELIS, Lidia de. Political Discourse. In: MAZZOLENI, Gianpietro (ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. Nova Jersey : John Wiley & Sons, Inc., 2015.

MIGNOZZETTI, U. G. **Relações comerciais e alinhamento nas decisões em organizações multilaterais**: um estudo dos padrões de votação na Assembleia Geral da ONU. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa De Pós Graduação em Ciência Política. Universidade de São Paulo, São Paulo.

MILANI, Carlos; PINHEIRO, Leticia. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional** 35 (1): 11-41, 2013.

MIYAMOTO, S. **As grandes linhas da política externa brasileira**. Brasília : CEPAL, 2011.

- MONASTERIO, Diego. Discurso político: el valor de las “palabras palpables” 15 “claves” del discurso de impacto. In: FARA, Carlos *et al.* **Acciones para una buena comunicación en campañas electorales : manual de marketing y comunicación política**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Konrad Adenauer Stiftung, 2013. p. 189-202.
- MORAES, Reginaldo C. O legado de Margareth Thatcher. **Conjuntura Internacional**, v. 10, n. 2, 2013. p. 19-29.
- MRE. Ministério das Relações Exteriores. **Aliança de Civilizações das Nações Unidas – Terceiro Fórum**. 2010. Disponível em: <<http://www.aliancadecivilizacoes.mre.gov.br/pt-br/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.
- NACLA. **Introduction: Lula’s Legacy in Brazil**. Disponível em: <<https://nacla.org/article/introduction-lula%E2%80%99s-legacy-brazil>>. Acesso em: 14 ago. 2017. 2014
- NARDIN, Terry. International Relations, Philosophical and Methodological Debates. In: KALDIS, Byron (ed.). **Encyclopedia of Philosophy and the Social Sciences**, v. 1. Los Angeles ; Londres ; Nova Déli ; Singapura ; Washington : Sage Reference, 2013.
- NICHOLS, Bruno Washington; PIMENTEL, Pedro Chapaval. Impeachment e imagem pública: uma análise do discurso vazado de Michel Temer. **Revista Internacional de Relaciones Públicas**, n. 13, v. 7, p. 41-60, 2017. DOI 10.5783/RIRP-13-2017-04-41-60
- NORRIS, Pippa. Political Communication. In: SMELSER, Neil J.; BALTES, Paul B. (eds.) **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**. Elsevier, 2001. DOI 10.1016/B0-08-043076-7/04694-5
- NUNES, Raul Cavedon; RODRIGUEZ, Vitória Gonzalez. A Política Externa Brasileira de Temer-Serra: retração política e subordinação econômica. **Bol. Conj. Nerint**. Porto Alegre, v.1 n. 4, p. 1-91, 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2017/03/POR-Nunes-Rodriguez.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- NYE JR, J. S. **Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History**. 6. Ed. Nova Iorque : Person Longman, 2007.
- OLIVER, Robert T. The rhetoric of power in diplomatic conferences. **Quarterly Journal of Speech**, v. 40, n. 3, p. 288-292, 1954. DOI 10.1080/00335635409381988
- _____. Role of speech in diplomacy, **The Southern Speech Journal**, v. 16, n. 3, p. 207-213, 1951. DOI: 10.1080/10417945109371174
- _____. The speech of diplomacy as a field for research, **Central States Speech Journal**, 1:2, 24-28, 1950. DOI: 10.1080/10510975009362261
- ONUF, Nicholas. **World of our Making: The strange career of constructivism in international relations**. Columbia : University of South Carolina Press, 1989.
- PAGE, Benjamin I. The Mass Media as Political Actors. **PS: Political Science and Politics**. V. 29, n. 1. Mar., 1996, pp. 20-24. DOI: 10.2307/420185

PANKE, Luciana. A Methodology for Analysis of Female Universe in Electoral Spots. **Journal of Media Critiques**. v.3, n. 12, 2017. DOI: 10.17349/jmc117406

_____. **Campanhas Eleitorais para Mulheres: desafios e tendências**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

_____. HGPE 2012 na única capital onde o candidato à reeleição não chegou ao segundo turno. In: PANKE, Luciana; CERVI, Emerson U (org.). **Eleições nas capitais brasileira em 2012: um estudo sobre o HGPE em disputas nacionais**. Curitiba : Independente, 2013. p. 21-37.

_____. **Lula do sindicalismo à reeleição**. Um caso de comunicação, política e discurso. Guarapuava: Unicentro. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

PANKE, Luciana; CERVI, Emerson U. Análise da Comunicação Eleitoral: uma proposta metodológica para os estudos de HGPE. **Revista Contemporânea**. V. 9. N. 3, p. 390-403, 2011.

PAPADOPOULOS, N.; HESLOP, L.A. (Eds.). **Product and Country Images: Impact and Role in International Marketing**. New York: Haworth Press, 1993.

PARTNER PERSPECTIVES. How Many Countries Are There in the World in 2017? **Stratfor Worldview**, 28 jun. 2017. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/the-hub/how-many-countries-are-there-world-2017>>. Acesso em: 25 out. 2017.

PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito Constitucional descomplicado**. 8.ed. Rio de Janeiro : Forense; São Paulo : MÉTODO, 2012.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica* [1958]. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão ; revisão da tradução Eduardo Brandão. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

PETERSON, Eugene H. **A Mensagem: Bíblia em Linguagem Contemporânea**. [supervisão exegetica e teológica Luiz Sayão]. São Paulo : Editora Vida, 2011.

PETERSON, M. J. **The UN General Assembly**. Nova Iorque : Routledge, 2006.

PIMENTEL, P. C. A Organização das Nações Unidas e sua Assembleia Geral como Arquétipos da Sociedade Internacional. **Conjuntura Austral**, v. 8, n. 42, 2017.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; NICHOLS, Bruno Washington, QUEVEDO, Josemari Poerschke de. Do Vazamento de um Discurso À Posse do Governo Interino: O Marketing Político de Michel Temer. In: XII Congresso da Compolítica, 2017, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro : Compolítica, 2017.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; PANKE, Luciana. What does Brazil talk about? The Workers' Party Diplomatic Addresses at the General Debate of the United Nations General Assembly. In: IAPSS World Congress 2017, 2017, Budapeste. **Anais...** Nijmegen : IAPSS, 2017. p. 1-13.

_____. **Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas: Análise dos Discursos de 2011 e 2015.** In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2016, Curitiba. **Anais...** São Paulo : Intercom, 2016.

PIMENTEL, Pedro Chapaval; REIS, Rafael Pons. A inserção e a consolidação do Brasil no sistema internacional por meio da MINUSTAH. **Conjuntura Global** 5(3), 2016, p. 599-621. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/cg.v5i3.50548>

PLANALTO. **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, na Abertura do Debate Geral da 72ª Sessão da Assembleia Geral da ONU.** 2017a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-presidente-da-republica-michel-temer-na-abertura-do-debate-geral-da-72o-sessao-da-assembleia-geral-da-onu>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Portal do Planalto.** 2017b. Discursos. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos#b_start=0>. Acesso em: 04 jan. 2016.

_____. **Estrutura da Presidência.** 2016a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/presidencia/estrutura-organizacional>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. **Pronunciamento do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Debate Geral da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova York/EUA (20min19s).** 2016b. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/discursos/discursos-do-presidente-da-republica/discorso-do-senhor-presidente-da-republica-michel-temer-durante-abertura-do-debate-geral-da-71a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-eua>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA.** 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-70a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU).** 2014a. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **President Dilma Rousseff / Biography.** 2014b. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/perfil/president-dilma-rousseff>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

_____. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA. 2013. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas. 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

_____. **Celso Amorim**, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, na 65ª Sessão da Assembleia Geral da ONU. 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10001-discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2010>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. 23-09-2009 - **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, abertura debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque-EUA (18min48s). 2009. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/lula-audios-2010/23-09-2009-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-abertura-debate-geral-da-64a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua-18min48s/view>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. 23-09-2008 - **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, abertura debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas - Nova Iorque-EUA (15min41s). 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/2008-audios-lula/23-09-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-abertura-do-debate-geral-da-63a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua-15min41s/view>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. 25-09-2007 - **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembleia-Geral das Nações Unidas. 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex->

presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-09-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-62a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. 19-09-2006 - Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate Geral da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas. 2006. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/19-09-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-61a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas/view>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores**, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. 2005. Disponível em: < <http://relacoesexteriores.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7768-discurso-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-60a-sessao-da-assembleia-geral-das-nacoes-unidas>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva na 59ª Assembléia-Geral da ONU**. 2004. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/discursos/2004/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-59a-assembleia-geral-da-onu.pdf/view>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

_____. **Discurso do Presidente da República**, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da 58ª Assembléia Geral da ONU. 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/pdfs-2003/2o-semester/23-09-2003-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-58a-assembleia-geral-da-onu/download>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

PORTAL BRASIL. Dilma toma posse e anuncia lema do novo governo: “Brasil, Pátria Educadora”. **Governo**, 02 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2015/01/dilma-toma-posse-e-anuncia-lema-do-novo-governo-201cbrasil-patria-educadora201d>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. Governo lança nova logomarca com slogan "País rico é país sem pobreza". **Governo**, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2011/02/governo-lanca-nova-logomarca-com-slogan-pais-rico-e-pais-sem-pobreza>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

PRADO, A. Slogan ‘Ordem e Progresso’, escolhido por Michel Temer, retoma ideal positivista. **O Globo**, País, 18 jun. 2016. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/slogan-ordem-progresso-escolhido-por-michel-temer-retoma-ideal-positivista-19317825>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO. **PPGCOM-UFPR**. Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.sacod.ufpr.br/portal/comunicacaomestrado/>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

REIS, Fernando Guimarães. Repensando o Barão do Rio Branco: retrato inacabado. In: PEREIRA, Manoel Gomes (org.). **Barão do Rio Branco : 100 anos de memória**. Brasília : FUNAG, 2012. (p. 685 – 748)

RIORDA, Mario. “Gobierno bien pero comunico mal”: análisis de las rutinas de la comunicación gubernamental (RCG). In: ELIZALDE, Luciano; RIORDA, Mario (eds.). **Comunicación Gubernamental 360**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : La Crujía, 2013. p. 69-98.

RIORDA, Mario; ELIZALDE, Luciano. Introducción ¿Hacia dónde va la comunicación gubernamental?. In: ELIZALDE, Luciano; RIORDA, Mario (eds.). **Comunicación Gubernamental 360**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : La Crujía, 2013. p. 7-14.

_____. Planificación estratégica de la comunicación gubernamental: realismo e innovación. In: ELIZALDE, Luciano; RIORDA, Mario (eds.). **Comunicación Gubernamental 360**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : La Crujía, 2013. p. 15-46.

RIPSMAN, Norrin M. **False Dichotomies: Why Economics is High Politics**. Concordia University. Montreal, Canadá. 2006. Disponível em: <<https://www.files.ethz.ch/isn/22143/Ripsman.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

RODRIGUES, Gustavo Carbonaro. **Narrativas brasileiras: Identidade e discurso diplomático no governo Lula**. 2015. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROLANDO, S. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. 1. Ed. São Caetano do Sul : Difusão Editora, 2011.

ROSENAU, James e CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília/São Paulo: Editora da UNB/Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RUGGIE, John Gerard. The false premise of realism. **International Security**, Harvard, p. 62-70, 1995.

RUSO, Mario. Privatizações ganharam força a partir dos anos 90. **O Globo**, 21 out. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/privatizacoes-ganharam-forca-partir-dos-anos-90-10448501>>. Acesso em: 15 ago. 2016

SANCHEZ, Giovana. Entenda por que o mundo não impediu o genocídio de Ruanda. **G1**, 04 abr. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/04/entenda-por-que-o-mundo-nao-impediu-o-genocidio-de-ruanda.html>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SANTOS, Antônio Marques Porto. Crise centro-americana e sua evolução, entre 1985 e 1990. O caso da Nicarágua. Os grupos de Contadora e de Apoio; a participação brasileira, Brasília : Instituto Rio Branco, 1992.

SANTOS, Luciana Magalhaes Silva dos. **A construção da América do Sul: Contribuições da Análise do Discurso para o estudo de Relações Internacionais.** 2006. 110 f. (Mestrado Profissionalizante em Diplomacia), Instituto Rio Branco, Brasília.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro.** Brasília : FUNAG, 2014.

_____. **O evangelho do Barão.** São Paulo : Ed. Unesp, 2012.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. **O Brasil e as Nações Unidas.** Brasília : FUNAG, 2013.

_____. O Brasil e as Nações Unidas. **Estud. av.**, São Paulo , v. 9, n. 25, p. 119-128, dez. 1995 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000300009>.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV. **Rev. Antropol.**, São Paulo , v. 43, n. 1, p. 257-261, 2000 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100010&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Aug. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012000000100010>.

SECOM. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal – Patrocínio.** Brasil – Governo Federal. Junho/2016. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/patrocinius/manual-de-uso-da-nova-marca-do-governo-federal-patrocinio-junho-2016>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal.** Patrocínio. Governo Federal – Brasil, Pátria Educadora. SECOM / PR - Janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/orientacoes-gerais/patrocinius/manual-da-marca-de-governo-patrocinio-jan2015v2.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

_____. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal.** Brasil, Um país de Todos – Governo Federal. SECOM/PR-2009. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/ManualGovFederal.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das Organizações Internacionais.** 5. ed. Porto Alegre : Livraria do Advogado Editora, 2012.

SILVA, André Luiz Reis da. Atuação dos Países Emergentes na Assembleia Geral da ONU: As convergências da política externa brasileira com o Grupo Next Eleven (2000-2010). In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 4, 2013, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2013.

_____. As transformações matriciais da Política Externa Brasileira recente (2000-2010). **Meridiano** 47, v. 11, n. 120, jul.-ago 2010, p. 18 a 24.

SINGER, A.; LOUREIRO, I. (Orgs.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

SITE SECOM. **História da SECOM**, 2014. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/historia-da-secom>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SLOCUM, Fred. Public Opinion. In: DARITY JR., William A. (ed.). **International Encyclopedia of Social Sciences**, v.2, 2 ed. Detroit : Macmillan Reference USA, 2008. p. 615-618.

SNEED, Annie. Trump's First 100 Days: Climate and Energy. **Scientific American**, 29 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/trumps-first-100-days-climate-and-energy/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

SPEKTOR, Matis. **18 Dias**: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush. Rio de Janeiro : Objetiva, 2014.

TESOURO NACIONAL. FAQ: Classificação de Risco. 2018. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/classificacao-de-risco-faq>. Acesso em: 04 jan. 2018.

TESSEROLI, Ricardo Germano. **Problemas urbanos e temas de campanha**: estratégias de comunicação para o HGPE nas eleições majoritárias de Curitiba em 2012. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

THE ECONOMIST. **Brazil's presidential election: Lula's legacy**. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/17147828>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais** : a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo : Atlas, 1987.

UNIC/Rio. **Transformando Nosso Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2009. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

UNITED NATIONS. High-level meetings of the 71st session (2016). **General Assembly of the United Nations**, 2016. Disponível em: <<http://www.un.org/en/ga/71/meetings/index.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

_____. **Charter of the United Nations and Statute of The International Court of Justice**. São Francisco, 1945. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

VENTURA, Roberto. "Euclides da Cunha e a República." **Estudos avançados**, 10.26, 1996. p. 275-291.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHOS, M. P.; LOCATELLI, C. (org.) **Comunicação pública e política** – pesquisa e práticas. Florianópolis : Insular, 2017.

_____. Imagem Pública. In: RUBIM, Antônio. **Comunicação e Política**, conceitos e abordagens. Salvador : Editora UFBA, 2004. p. 259-308.

WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEBER, Robert Philip. **Basic Content Analysis**. 2. ed. California : SAGE Publications, Inc., 1990.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics', **International Organization** v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WIETHOFF, William E. A Machiavellian Paradigm for Diplomatic Communication. **Journal of Politics**, v. 43, n. 4, nov. 1981. DOI: 10.2307/2130190

WILLIAMS, David C.; YOUNG, Marilyn J.; LAUNER, Michael K. A Methodology for Analyzing Political Speech: Western Approaches to Rhetorical Theory. **Гуманитарные науки. Humanities & Social Sciences**. Siberia, v. 5, n. 12, p. 1744-1752, 2012. Disponível em: <<http://elib.sfu-kras.ru/handle/2311/3234>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

WRIGHT, Q. The Escalation of International Conflicts. **Journal of Conflict Resolution**, v. 9, n. 4, 1965. DOI: 10.1177/002200276500900402

YANG, Xiaochang. Research on The Impact of The World Expo's Chinese Elements on National Image Construction. **China Media Report Overseas**, v. 10, n. 1, jan. 2014.

YOUNG, Oran R. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. **International Organization**, v. 36, n. 02, p. 277-297, 1982.

ZAGO, J. G.; SOBRINHO, J. Análise de imagens oficiais: as marcas do governo brasileiro. **Novaescola**, 02 set. 2017. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/5497/analise-de-imagens-oficiais-as-marcas-do-governo-brasileiro>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je ? Paris, 1995. Tradução resumida do livro: Prof. Dra. Elizabeth Brandão (2011) Disponível em: <<https://comunicacaopublicafiles.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

ZÉMOR, Pierre. Éthique et déontologie de la communication publique . **LEGICOM**, 1996/1, n. 11, p. 52-56. DOI: 10.3917/legi.011.0052

APÊNDICE 1 – HISTÓRICO DAS DEMANDAS ABERTAS VIA E-SIC**DATA: 24/10/2017 10:52**

PEDIDO: Gostaria de solicitar os slogans utilizados pela Marca Brasil nos governos José Sarney, Itamar Franco, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. O uso servirá para dissertação de mestrado em Comunicação (PPGCom-UFPR) cujo objetivo é analisar a imagem pública projetada pelo Brasil no cenário internacional. Grato.

RESPOSTA: Prezado senhor, Informamos que a Marca Brasil foi registrada em 2005, concebida por meio de concurso da Embratur e apesar de ter havido uma atualização de layout, sempre apresentou seu slogan com a palavra “Sensacional” (arquivo anexo). Seu uso é vinculado exclusivamente à promoção turística do país. Diante do exposto, e tendo em vista o teor da solicitação, pensamos que o senhor talvez esteja se referindo à Marca do Governo Federal, cuja gerência que não compete a esta Autarquia, e sim à SECOM (Secretaria Especial de Comunicação Social), vinculada a Presidência da República. Atenciosamente, SIC - Embratur

DATA: 30/10/2017 08:47

PEDIDO: Bom dia, estou desenvolvendo minha dissertação de mestrado em Comunicação (UFPR) e gostaria de solicitar quais foram os slogans utilizados pelos governos entre os anos de 1985 e 2003. Tanto os utilizados como comunicação para o Brasil (Secom e Radiobrás), quanto para o mundo (Apex - Embratur). Não consigo encontrar todos no site da Secom, EBC, Embratur, Apex ou google. Obrigado, Pedro Pimentel

RESPOSTA: Prezado, Em atenção à sua solicitação, a área responsável pelo assunto informa que para solicitar pesquisas à EBC, a Gerência de Acervo recebe pedidos de pesquisa externa por meio da centraldepesquisas@ebc.com.br Após recebimento do email, a equipe da Central de Pesquisas envia um Formulário de Solicitação de Pesquisa onde o solicitante deverá preencher os dados, justificar o motivo do pedido, assinar e encaminhar, por email, para a Central. Após o recebimento do formulário preenchido, os pesquisadores verificam nas bases de dados a existência do material solicitado. De

acordo com a finalidade, a liberação será realizada pela própria Gerência de Acervo ou encaminhada a área de Marketing e Negócios da empresa. Segue anexo o formulário de solicitação de material do acervo. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo telefone: (61) 3799-5464 Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão - SIC/EBC

APÊNDICE 2 – PRESIDENTES, CHANCELERES E ORADORES NA AG

Os presidentes e chanceleres marcados com * (asterisco) não estavam exercendo o cargo no momento em que ocorreu o Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas em cada um dos anos.

ANO	Presidente	Partido	Chanceler	AGNU	Orador
1985	João Figueiredo * José Sarney	PMDB	Olavo Setúbal	XL	José Sarney
1986	José Sarney	PMDB	Olavo Setúbal * Roberto de Abreu Sodré	LI	Roberto de Abreu Sodré
1987	José Sarney	PMDB	Roberto de Abreu Sodré	XLII	Roberto de Abreu Sodré
1988	José Sarney	PMDB	Roberto de Abreu Sodré	XLIII	Roberto de Abreu Sodré
1989	José Sarney	PMDB	Roberto de Abreu Sodré	XLIV	José Sarney
1990	José Sarney * Fernando Collor	PRN	Francisco de Abreu Sodré * Francisco Rezek	XLV	Fernando Collor
1991	Fernando Collor	PRN	Francisco Rezek	XLVI	Fernando Collor
1992	Fernando Collor Itamar Franco *	PRN	Francisco Rezek * Celso Lafer Fernando Henrique Cardoso *	XLVII	Celso Lafer
1993	Itamar Franco	PMDB	Fernando Henrique Cardoso * Luiz Felipe Lampreia * Celso Amorim	XLVIII	Celso Amorim
1994	Itamar Franco	PMDB	Celso Amorim	XLIX	Celso Amorim
1995	Itamar Franco * Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia	L	Luiz Felipe Lampreia
1996	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia	LI	Luiz Felipe Lampreia
1997	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia	LII	Luiz Felipe Lampreia
1998	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia	LIII	Luiz Felipe Lampreia
1999	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia	LIV	Luiz Felipe Lampreia
2000	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia	LV	Luiz Felipe Lampreia
2001	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Luiz Felipe Lampreia * Luiz Felipe de Seixas Corrêa * Celso Lafer	LVI	Fernando Henrique Cardoso
2002	Fernando Henrique Cardoso	PSDB	Celso Lafer	LVII	Celso Lafer
2003	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LVIII	Luiz Inácio Lula da Silva
2004	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LIX	Luiz Inácio Lula da Silva
2005	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LX	Celso Amorim
2006	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LXI	Luiz Inácio Lula da Silva
2007	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LXII	Luiz Inácio Lula da Silva
2008	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LXIII	Luiz Inácio Lula da Silva
2009	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LXIV	Luiz Inácio Lula da Silva
2010	Luiz Inácio Lula da Silva	PT	Celso Amorim	LXV	Celso Amorim
2011	Dilma Rousseff	PT	Antonio Patriota	LXVI	Dilma Rousseff
2012	Dilma Rousseff	PT	Antonio Patriota	LXVII	Dilma Rousseff
2013	Dilma Rousseff	PT	Antonio Patriota * Eduardo dos Santos * Luiz Alberto Figueiredo	LXVIII	Dilma Rousseff
2014	Dilma Rousseff	PT	Luiz Alberto Figueiredo	LXIX	Dilma Rousseff
2015	Dilma Rousseff	PT	Luiz Alberto Figueiredo Mauro Vieira *	LXX	Dilma Rousseff
2016	Dilma Rousseff * Michel Temer	PMDB	Mauro Vieira * José Serra	LXXI	Michel Temer
2017	Michel Temer	PMDB	José Serra * Marcos Bezerra Abbott Galvão * Aloysio Nunes	LXXI	Michel Temer

APÊNDICE 3 – LINHA DO TEMPO (1983-1999)

Ano	Evento
1983	Movimento das "Diretas Já"
1984	Declaração de Cartagena
1985	Eleição indireta da chapa Tancreto Neves (PMDB) e José Sarney (FL)
1985	Falecimento de Tancredo Neves e posse de José Sarney
1986	Plano Cruzado
1986	Plano Cruzado 2
1986	Eleição para a Assembleia Nacional Constituinte encarregada da nova constituição
1986	A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) é estabelecida
1986	Grupo do Rio é criado (Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política da América Latina e do Caribe)
1987	Brasil declara moratória
1987	Plano Bresser
1988	Promulgação da Constituição Federal de 1988
1988	Brasil integra o Conselho de Segurança como membro não permanente (1988-89)
1988	Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (Viena)
1989	Plano Verão
1989	Fernando Collor de Mello (PRN) é eleito pelo voto direto (1990-1992)
1989	Consenso de Washington
1989	Queda do Muro de Berlim
1989	Inflação alcança 1764,83% (IPCA)
1990	Fim do apartheid na África do Sul
1990	Plano Collor 1
1990	Guerra do Golfo
1990	Reunificação da Alemanha
1991	Plano Collor 2
1991	Collor assina o Tratado de Assunção: início do Mercosul
1991	Dissolução da União Soviética (URSS)
1991	Brasil promulga a Convenção Contra Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) no Rio de Janeiro
1992	Itamar Franco (PMDB) assume a presidência interinamente
1992	Fernando Collor sofre Impeachment
1992	Brasil promulga o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
1992	ONU lança o relatório "Agenda para a Paz"
1993	Plebiscito: Presidencialismo x Parlamentarismo
1993	Inflação alcança 2477,15% (IPCA)
1993	Brasil integra o Conselho de Segurança como membro não permanente (1993-94)
1993	Conferência Mundial para os Direitos Humanos em Viena
1994	Plano Real elaborado pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso
1994	Brasil promulga o Tratado de Tlatelolco
1994	Genocídio em Ruanda resulta em 800 mil mortes
1994	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) é eleito presidente do Brasil (1995-2003)
1994	Genocídio em Ruanda
1995	Crise econômica do México (Crise do Peso Mexicano)
1995	IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Pequim)
1995	Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (Copenhague)
1995	Massacre de Srebrenica
1995	Organização Mundial do Comércio é criada
1996	Brasil adere ao TNP após 30 anos
1996	Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
1996	Tratado de Interdição Completa de Ensaios Nucleares (CTBT) é adotado pela ONU
1996	Massacre de Eldorado do Carajás
1997	Crise econômica da Ásia (Crise dos Gigantes Asiáticos)
1997	Conferência de Oslo sobre Minas Terrestres
1997	Tratado de Ottawa
1998	Brasil integra o Conselho de Segurança como membro não permanente (1998-99)
1998	Crise econômica da Rússia (Crise do Rublo)
1998	Fernando Henrique Cardoso (PSDB) é reeleito (1999-2003)
1998	Estatuto de Roma estabelece o Tribunal Penal Internacional (Corte Penal Internacional)
1999	Zona do Euro é criada na União Europeia

FONTE: O autor (2017).

APÊNDICE 4 – LINHA DO TEMPO (2000-2017)

Ano	Evento (cont...)
2000	Crise das Pontocom
2000	Assembleia do Milênio
2001	Ataques Terroristas (World Trade Center e Pentágono)
2001	Invasão Afeganistão pelos Estados Unidos
2001	Crise Argentina
2001	Fórum Social Mundial (Porto Alegre)
2002	Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é eleito presidente (2003-2006)
2002	Fim da Guerra Civil em Angola
2002	Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável
2003	Invasão Iraque
2003	Sérgio Vieira de Mello é vítima de atentado contra a sede da ONU em Bagdá
2004	Brasil lidera Minustah
2004	Brasil integra o Conselho de Segurança como membro não permanente (2004-05)
2005	Mensalão
2005	Petrolão
2005	Brasil paga dívida com FMI
2005	Protocolo de Kyoto entra em vigor
2005	Criação da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas
2005	Cúpula Mundial da ONU
2006	Nacionalização da Petrobrás por Evo Morales (Bolívia)
2006	Luiz Inácio Lula da Silva é reeleito (2007-2011)
2006	Criação do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
2008	Crise financeira global (A Grande Recessão)
2009	Crise da Dívida na Europa
2010	Primavera Árabe (2010-2012)
2010	Brasil integra o Conselho de Segurança como membro não permanente (2010-11)
2010	Dilma Rousseff é eleita presidente (2011-2015)
2010	Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) é criada
2011	Occupy movement
2011	Brasil inicia comando naval da Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil)
2011	Brasil, Paraguai e Uruguai apoiam Argentina na questão Ilhas Malvinas/Falkland Islands
2011	Guerra Civil na Síria e Crise dos refugiados
2012	Crise da Energia Elétrica (Brasil x Paraguai)
2012	José Dirceu, José Genoíno e Delúbio Soares são condenados por corrupção ativa e formação de quadrilha
2012	Paraguai é suspenso do Mercosul
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Natural (CNUDN) é realizada no Rio de Janeiro
2013	Manifestações e protestos "Não é por R\$ 0,20"
2013	Brasil lidera Monusco
2013	Brasil sedia a Copa das Confederações FIFA
2013	Dilma Rousseff exonera ministros (Fazenda, Agricultura, Esporte, Turismo e Cidades)
2013	A adesão da Venezuela ao Mercosul é aprovada
2014	Brasil investe no Porto de Mariel (Cuba)
2014	Crise Ucrânia/Crimeia
2014	Operação Lava-Jato
2014	Brasil sedia a Copa do Mundo FIFA
2014	Brasil é chamado de anão diplomático por Israel
2014	Dilma Rousseff (PT) é reeleita em eleição mais acirrada da história do país (2015-2016)
2014	Fim do embargo a Cuba
2014	Fundação do Novo Banco de Desenvolvimento (Banco do BRICS)
2015	Manifestações contra a presidente
2015	Processo de impeachment de Dilma Rousseff
2015	Conferência do Clima da ONU (COP-21)
2016	Michel Temer assume a presidência interinamente
2016	Brasil sedia as Olimpíadas
2016	Michel Temer assume a presidência
2017	Estados Unidos se retira do Acordo de Paris

FONTE: O autor (2017).